



UNIVALI
UNIVERSIDADE
DO VALE DO ITAJAÍ

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

FABÍOLA BEKER OKUDA

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A INSERÇÃO ACADÊMICA DE
MULHERES DISCENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE
NÍVEL MÉDIO E SUA RELAÇÃO COM A REDE ESTADUAL DE SANTA
CATARINA (2014-2023)

ITAJAÍ
2025

FABÍOLA BEKER OKUDA

**ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A INSERÇÃO ACADÊMICA DE
MULHERES DISCENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE
NÍVEL MÉDIO E SUA RELAÇÃO COM A REDE ESTADUAL DE SANTA
CATARINA (2014-2023)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade do Vale do Itajaí, vinculada à linha de pesquisa Práticas Docentes e Formação Profissional e ao grupo de pesquisa Educação e Trabalho, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: **Dra. Ana Claudia Delfini**

**ITAJAÍ
2025**

FABÍOLA BEKER OKUDA

**ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A INSERÇÃO ACADÊMICA DE
MULHERES DISCENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE
NÍVEL MÉDIO E SUA RELAÇÃO COM A REDE ESTADUAL DE SANTA
CATARINA (2014-2023)**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Educação da Universidade do Vale do Itajaí.

Linha de Pesquisa: Práticas Docentes e Formação Profissional

Itajaí, 10 de março de 2025.

Profa. Dra. Verônica Gesser
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Ana Claudia Delfini
UNIVALI – Orientadora

Prof. Dr. Paulo Rogério Melo de Oliveira
UNIVALI

Prof. Dr. Sadi José Rodrigues da Silva
DIGP- SED

Profa. Dra Tania Regina Raitz
UNIVALI - Suplente

Dedico esta obra ao meu marido Bruno, ao meu parceiro peludo de estudos Yuki, aos meus pais Anselmo (*in memoriam*) e Antonieta, por sempre acreditarem na importância dos estudos e apoio em toda minha caminhada de vida.

AGRADECIMENTOS

Construir esta pesquisa foi uma jornada desafiadora e gratificante. Cada palavra escrita foi fruto de muito esforço e dedicação. Agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, tornando essa jornada tão especial.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha profunda gratidão à professora Ana Cláudia Delfini, minha orientadora, por sua confiança, orientação e apoio. Sua expertise e paciência foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também ao meu amor, Bruno, por sua parceria e companheirismo em todos os momentos. Sua alegria e apoio incondicional me deram forças para seguir em frente.

Agradeço imensamente à minha família, em especial à minha mãe, por seus ensinamentos e exemplo de mulher forte e determinada. Agradeço também aos meus irmãos, cunhadas, sobrinhos e sogros por sua torcida e carinho. Agradeço as minhas amigas e amigos, em particular à Taciana e à Luciane, por dividirem as angústias diárias durante esta trajetória. A amizade e o companheirismo de vocês foram essenciais para superar os desafios desta jornada.

Além disso, gostaria de agradecer aos colegas do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Trabalho pelas ricas discussões e reflexões que tivemos nas tardes de segunda-feira. As ideias e perspectivas compartilhadas foram de grande valor para o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, agradeço a Deus por me conceder força e sabedoria para concluir esta etapa.

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza e temos o direito de ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Boa Ventura de Souza Santos

RESUMO

Esta dissertação está vinculada à linha de pesquisa “Práticas Docentes e Formação Profissional” e ao grupo de pesquisa “Educação e Trabalho” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí. Apresentou como objetivo analisar a produção científica mais recente (2014-2023) sobre a inserção acadêmica das mulheres discentes nas diferentes áreas profissionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e sua relação com a rede estadual de ensino de Santa Catarina. A finalidade foi conferir como esse tema é tratado pela literatura científica na área da Educação para que se possa obter uma maior compreensão sobre a inserção acadêmica das mulheres nas diferentes áreas do conhecimento na educação profissional. O referencial teórico adotado é baseado em autoras como Scott (1995), Louro (2014), Auad (2018), Almeida (1998), Safiotti (2013), Moura (2007), entre outros que contribuem para uma discussão da inserção da discente na educação profissional e relações de gênero. A pesquisa é de natureza quali-quantitativa. A coleta de dados qualitativos foi por meio do levantamento bibliográfico e histórico, enquanto a composição dos dados quantitativos se deu com os dados do Censo Escolar dos anos de 2014 a 2023, apresentando uma série histórica por área profissionalizante ofertada na rede estadual de ensino e a inserção da mulher. O estado do conhecimento foi o procedimento metodológico escolhido, realizou-se um levantamento de teses, dissertações e artigos disponíveis nas plataformas da Capes, BDTD e SciELO sobre educação profissional, gênero e inserção acadêmica. Os resultados apontam que as construções históricas têm sido rompidas aos poucos na educação profissional, mas que algumas áreas ainda estão predominantemente femininas ou masculinas e que são resultado de um processo educacional excludente na formação educacional da mulher catarinense. Espera-se possibilitar futuras reflexões sobre a questão de gênero nessa modalidade e na busca de políticas públicas de incentivo e aprimoramento da oferta.

Palavras-chave: educação profissional, mulheres discentes, gênero, inserção acadêmica.

ABSTRACT

This dissertation is linked to the research line "Teaching Practices and Professional Training" and the research group "Education and Work" of the Graduate Program in Education at the University of Vale do Itajaí. The objective was to analyze the latest scientific production (2014-2023) on the academic integration of women students in different professional areas of Technical Vocational Education at Second Level and its relationship with the state educational system of Santa Catarina. The purpose was to check how this topic is treated by the scientific literature in education so that a greater understanding can be obtained on the academic integration of women in different areas of knowledge in professional education. The theoretical framework is based on authors such as Scott (1995), Louro (2014), Auad (2018), Almeida (1998), Safiotti (2013), Moura (2007), among others, who contribute to the discussion on female students' inclusion in professional education and gender relations. The research is of a qualitative and quantitative nature. The collection of qualitative data was through bibliographic and historical survey, while the composition of quantitative data was with the data from the School Census from 2014 to 2023, presenting a historical series by professional area offered in the state education system and the integration of women. The state of knowledge was the chosen methodological procedure, and it was carried out a search of theses, dissertations and articles available on the platforms of Capes, BDTD and SciELO on professional education, gender and academic integration. The results show that the historical constructions have been dismantled gradually in professional education, but that some areas are still predominantly female or male and that are the result of an educational process excluding in the educational training of the Santa Catarina woman. It is hoped that future reflections will be made possible on the gender issue in this context and in the pursuit of public policies that will encourage and improve supply.

Keywords: professional education, female students, gender, academic integration.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de instituições superiores com pesquisa na temática por estado do brasileiro.....	42
Gráfico 2 - Número por programa de pós-graduação - Teses e Dissertações	42
Gráfico 3 - Quantitativo de Produções/Ano – 2014 a 2023	53
Gráfico 4 - Total de vagas no Técnico de Administração - Rede estadual de Santa Catarina.....	69
Gráfico 5 - Contabilidade em porcentagens – Rede estadual de Santa Catarina	70
Gráfico 6 - Produção cultural e Design.....	72
Gráfico 7 - Enfermagem – rede estadual de Santa Catarina.....	76
Gráfico 8 - Automação Industrial – Rede estadual de Santa Catarina	79
Gráfico 9 - Eletroeletrônica – Rede estadual de Santa Catarina.....	81
Gráfico 10 - Mecânica – Rede estadual de Santa Catarina	82
Gráfico 11 - Eletromecânica – Rede estadual de Santa Catarina	82
Gráfico 12 - Informática– Rede estadual de Santa Catarina	84
Gráfico 13 - Agroecologia – Rede estadual de Santa Catarina.....	88
Gráfico 14 - Aquicultura – Rede estadual de Santa Catarina.....	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - CEDUPs na rede estadual de ensino.....	29
Figura 2 - CEDUPs e Escolas de Educação Básica que ofertam educação profissional na rede estadual de Santa Catarina.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Desigualdade de Gênero	4
Tabela 2 - Descritores e resultados das pesquisas nos repositórios da Capes e BDTD – Teses e Dissertações	38
Tabela 3 - Descrição de Artigos encontrados na SciELO e na Capes.....	48
Tabela 4 - Descrição de Artigos de acordo com a temática na SciELO e na Capes	49
Tabela 5 - Descrição dos trabalhos selecionados na SciELO e na Capes – Artigos Científicos.....	50
Tabela 6 - Artigos – Categorização.....	52
Tabela 7 - Matrículas da Educação Técnica Profissional de Ensino Médio de Santa Catarina - 2014 a 2023.....	59
Tabela 8 - Percentual Médio (%) de mulheres de acordo com Cor/Raça na Educação Profissional Técnica de Ensino Médio – Integral	60
Tabela 9 - Percentual Médio (%) de mulheres de acordo com Cor/Raça na Educação Profissional Técnica de Ensino Médio – Subsequente.....	61
Tabela 10 - Percentual Médio de mulheres de acordo com Cor/Raça na Educação Profissional Técnica de Ensino Médio – Concomitante.....	61
Tabela 11 - Presença feminina no Curso Técnico de Administração.....	68
Tabela 12 - Contabilidade (subsequente e concomitante) – Rede estadual de Santa Catarina.....	70
Tabela 13 - Contabilidade (integrado) – Rede estadual de Santa Catarina.....	70
Tabela 14 - Edificações – Subsequente e Concomitante - Rede estadual de Santa Catarina.....	73
Tabela 15 - Edificações – Integrado - Rede estadual de Santa Catarina	73
Tabela 16 - Produções Categoria B.....	77
Tabela 17 - Informática (subsequente e concomitante) – Rede estadual de Santa Catarina.....	84
Tabela 18 - Informática (integrado) – Rede estadual de Santa Catarina	84
Tabela 19 - Agropecuária – (Concomitante e subsequente) - Rede estadual de Santa Catarina	88
Tabela 20 - Agropecuária – (integrado) - Rede estadual de Santa Catarina	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descritores	36
Quadro 2 - Critérios estabelecidos para inclusão	37
Quadro 3 - Critérios estabelecidos para exclusão	37
Quadro 4 - Descrição dos trabalhos selecionados na BDTD e na Capes – Dissertações e Teses	40
Quadro 5 - Dissertações e Teses selecionadas e seus objetivos.....	43
Quadro 6 - Bibliografia categorizada – Categoria A: discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional	46
Quadro 7 - Bibliografia categorizada – Categoria B - discussões de gênero na inserção acadêmica em cursos da área de Exatas	47
Quadro 8 - Bibliografia categorizada – Categoria C: discussões de gênero na inserção acadêmica em cursos da área da Agropecuária.....	48
Quadro 9 - Produções Categoria A	64
Quadro 10 - Produções Categoria C	86

LISTA DE ABREVIATURAS

ATD	Análise Textual do Discurso
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Capex	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDUP	Centro de Educação Profissional
CIS	Centros Interescolares de Segundo Grau
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica
EMIEP	Ensino Médio Integrado e Educação Profissional
FESC	Fundação Educacional de Santa Catarina
GED	Gerenciamento Eletrônico de Documentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
SBPC	Sociedade Brasileira para Pesquisa da Ciência
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SED/SC	Secretaria de Estado de Santa Catarina
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIGESC	Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Contextualização e problema de pesquisa	1
1.2	Relevância científica e prática	8
1.3	Estrutura do trabalho	8
2	METODOLOGIA.....	9
2.1	Natureza e tipo de pesquisa	9
2.2	Contexto da pesquisa	10
2.3	Categorias ou variáveis de estudo.....	10
2.4	Procedimentos, instrumentos e técnicas de coleta de dados	11
2.5	Procedimentos, técnicas e sistemas utilizados para análise de dados.....	11
2.6	Fluxo da pesquisa.....	12
3	REVISÃO TEORICA E ESTADO DO CONHECIMENTO.....	13
3.1	Pensando gênero	13
3.2	Relacionando gênero com os papéis sociais femininos, inserção acadêmica e Educação Profissional	16
3.3	Educação Profissional da rede estadual de Santa Catarina	27
3.4	Traçando a história das mulheres na rede estadual de Educação Profissional de Santa Catarina	30
3.5	Estado do Conhecimento	36
3.5.1	Seleção dos descritores.....	36
3..5.2	Critérios para seleção de teses e dissertações	37
4	ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E LEVANTAMENTO DE DADOS DO CENSO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	56
4.1	Comentários gerais das pesquisas.....	56
4.1.1	Perfil das estudantes: um olhar sobre as mulheres nos cursos técnicos de nível médio da rede estadual de Santa Catarina	57

4.2	Em busca por respostas - análise de teses, dissertações e artigos e levantamento dos dados do Censo Escolar	64
4.2.1	Categoria A - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional	64
4.2.2	Categoria B - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na cursos das áreas de Exatas.....	76
4.2.3	Categoria C - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica em cursos de Agropecuária	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS.....	94

INTRODUÇÃO

Contextualização e problema de pesquisa

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Brasil, 1996) vigente no Brasil são organizadas em dois níveis: educação básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e educação superior. Esses níveis de ensino têm por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Melo Pachêco, 2020, p. 8). Essa finalidade adquire maior vínculo com o Ensino Médio, uma vez que esse visa a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando.

Segundo a LDB (Brasil, 1996), a Educação Profissional e Tecnológica “integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”, abrangendo cursos “I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação”.

O Ensino Médio, assim como todas as etapas da educação básica, pode ser ofertado por uma ou mais modalidades de ensino, entre elas incluem-se a Educação Profissional e Tecnológica e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Em 16 de fevereiro de 2017 ocorreu a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pela Lei n.º 13.415. Com a implantação do Novo Ensino Médio, algumas mudanças ocorreram, como o aumento de carga horária e foco na formação profissional, podendo ser ofertado nos Itinerários Formativos de todas as unidades escolares com Ensino Médio no território nacional.

A grade curricular tem a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos. A Formação Geral Básica encontra embasamento na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe a organização curricular dos componentes curriculares por Áreas do Conhecimento: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Já a parte flexível do novo currículo é composta pelos chamados Itinerários Formativos, onde cada estado poderá organizar da forma mais adequada as suas

características regionais. Nos Itinerários Formativos são oferecidas as trilhas de aprofundamento, onde o aluno pode ter a opção de escolher “Formação Técnica Profissional”. Reportando ao estado de Santa Catarina, a implantação do Novo Ensino Médio¹ iniciou em 2020, com 120 escolas pilotos, em 2022 foi expandida para todas as unidades escolares ofertantes de Ensino Médio, exceto para algumas unidades de Educação de Jovens e Adultos e Escolas de Educação Indígenas.

A Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021, aprovada pelo Ministério da Educação (MEC), define as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional. Refere-se a um conjunto de orientações a ser observado pelo sistema de ensino da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no qual se nota uma preocupação em discutir e integrar no projeto político-pedagógico das unidades educacionais temas relacionados à diversidade, incluindo as relações de gênero. A resolução define ainda as estruturas de como os cursos técnicos podem ser desenvolvidos no Ensino Médio: I - integrado, ofertado somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição; II - concomitante, ofertado a quem ingressa no Ensino Médio ou já esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso; e III - subsequente, desenvolvido em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

Em Santa Catarina temos a Resolução n.º 001, de 21 de fevereiro de 2022, do CEE/SC, que estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação.

A problematização inicial desta pesquisa se fundamenta na legislação da educação profissional que, ao definir os parâmetros para a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, exerce um papel fundamental na promoção e no acesso das mulheres a oportunidades educacionais e profissionais. Serve, também, como base para a construção de políticas públicas que visam ampliar o acesso e a permanência das mulheres nos cursos técnicos e profissionalizantes,

¹ O Censo Escolar passa a coletar os dados sobre o Novo Ensino Médio a partir de 2022. Os dados que compõem o Itinerário Formativo - Trilhas de aprofundamento (tipos de cursos técnicos), dados do Censo Escolar 2022 e 2023, não foram divulgados, de acordo com Nota Pública n.º 1/2023 CGCQTI/DEEP, que ressalta a dificuldade de tratamento dos dados do Novo Ensino Médio e não divulgação dessas informações.

contribuindo para a sua inserção no mundo de trabalho e para a redução das desigualdades de gênero.

A inserção da mulher discente na academia foi marcada por um longo processo de luta contra as desigualdades de gênero. Historicamente restrita ao espaço doméstico e submetida a papéis sociais predefinidos, a mulher enfrentou diversas barreiras para acessar a educação e se inserir no mundo profissional. Diante do histórico de desigualdades de gênero no acesso à educação e ao mercado de trabalho, este estudo buscou analisar como os estereótipos de gênero se manifestam na Educação Profissional Técnica de Nível Médio² e sua relação na rede estadual de Santa Catarina. A partir da construção do Estado do Conhecimento e da análise de dados do Censo Escolar de Santa Catarina, buscou-se compreender as especificidades dessa inserção, identificando possíveis desigualdades de gênero.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a compreensão da construção social das identidades de gênero é fundamental para analisar as relações de poder e as desigualdades entre homens e mulheres. Ao interagirem com o mundo concreto para satisfazer suas necessidades, os sujeitos produzem conhecimentos e, ao mesmo tempo, são moldados por esses conhecimentos. Nessa perspectiva, a categoria gênero nos mostra que a construção das identidades masculinas e femininas é um processo social contínuo, influenciado por diversas instituições e práticas, como a família, a escola e os meios de comunicação. Esse processo não é linear ou harmonioso, mas marcado por conflitos e contradições, como aponta Meyer (2005). A compreensão dessa dinâmica é essencial para desnaturalizar as relações de gênero e construir uma sociedade mais justa e equitativa.

A escolha de uma profissão baseada em estereótipos de gênero é um desafio que as mulheres enfrentam desde cedo. A sub-representação feminina em áreas como construção civil, tecnologia, cargos de liderança e carreiras militares, por exemplo, reflete a influência desses estereótipos e pode limitar as opções de carreira na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Para Cardoso (2011, p. 14), a questão da mulher no contexto da educação profissional exige “discussões relevantes como as que se referem a divisão sexual do trabalho, a igualdade,

² Educação Técnica de Nível Médio e composta pelas modalidades Integrada, Concomitante e Subsequente.

dominação e submissão entre homens e mulheres em função dos contextos sociais, econômicos e políticos e culturais”.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022 e 2023 o Brasil contava com uma força de trabalho composta por 43.380.636 de mulheres, em um total de 100.984.563 de trabalhadores ativos. A pesquisa aponta que as mulheres não ocupam 1/3 dos cargos como de Diretoras Gerais ou Gerentes Gerais, assim como cargos de liderança/chefia tendem a ter um valor mais elevado de remuneração para homens na mesma função.

A Tabela 1 demonstra a desigualdade de gênero em alguns setores profissionais:

Tabela 1 - Desigualdade de Gênero

Dirigentes/Gerência	Homens	Mulheres
Diretores gerais e gerentes gerais	75,5%	24,5%
Dirigentes de serviços de tecnologia da informação e comunicações	73,1%	26,9%
Dirigentes de vendas, comercialização e desenvolvimento	61,3%	38,7%
Dirigentes de administração e de serviços	56,6%	43,4%
Dirigentes de indústria de transformação, mineração, construção e distribuição	76,3%	23,7%
Dirigentes de Produção agropecuárias, silvicultura, aquicultura e pesca	84,4%	15,6%
Gerentes de comércio atacadistas e varejistas	60%	40%
Gerentes de hotéis e restaurantes	56%	44%

Fonte: Elaboração com base nos microdados da PNAD Contínua – IBGE.

A escolha profissional precisa ser analisada, conforme Hirata e Kergoat (2007), a partir da divisão social do trabalho pelas lentes das questões de gênero:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale mais que de um trabalho de mulher”). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papeis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Ao discutir a relação entre gênero e escolhas profissionais, este estudo visou contribuir para a desconstrução de normas sociais que restringem as oportunidades das mulheres. Discutir sobre gênero e inserção acadêmica é proporcionar uma reflexão sobre as relações de dominação e opressão construídas socialmente, bem como representa uma forma de contestação e conscientização em direção a ações

afirmativas.

Ao analisar a inserção acadêmica das mulheres na sociedade contemporânea, é fundamental considerar a persistência da segregação das áreas de acordo com o gênero. As mulheres tendem a se concentrar em determinadas áreas do mercado de trabalho, muitas vezes associadas a papéis tradicionalmente femininos. Esta ênfase espelha as opções acadêmicas e está profundamente vinculada a espaços profissionais culturalmente classificados como femininos.

A curiosidade a respeito do assunto foi despertada no ano de 2022, ao analisar os dados do Sistema Educacenso³, o qual fazia parte da Coordenação estadual do Censo Escolar, e identifiquei uma maior concentração das mulheres em determinadas áreas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Ao consultar aos dados do Censo Escolar de 2021⁴ revelou-se que embora as mulheres representassem mais da metade das matrículas nessa modalidade em todo o país, essa participação não era uniforme entre as diferentes áreas de formação. Essa constatação, aliada à importância do Censo Escolar como principal fonte de informações sobre a educação básica no Brasil, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023, p. 1), “motivou esta pesquisa, que busca compreender os fatores que influenciam as escolhas profissionais das mulheres na Educação Profissional Técnica e as desigualdades presentes nesse contexto”.

Com mais de 20 anos de experiência no magistério catarinense, observei que os jovens brasileiros apresentam diferentes projetos de vida. Enquanto alguns visam a continuidade dos estudos em uma universidade, outros optam pela Educação Profissional Técnica de Nível Médio, como uma forma de se inserir mais rapidamente no mundo do trabalho. Essa diversidade de percursos demonstra a importância de oferecer opções de formação que atendam às diferentes necessidades e expectativas dos estudantes. Os(as) autores(as) refletem sobre esse dualismo na educação brasileira:

A literatura sobre a dualidade na educação brasileira é bastante vasta e concordante quanto ao fato de ser o Ensino Médio sua maior expressão. De fato, o Ensino Médio, ainda é o grande “nó” do ensino brasileiro, não sendo muito clara ainda a sua principal função, razão pela qual ser, neste

³ Sistema utilizado pelas escolas para coletar os dados do Censo Escolar anualmente e posteriormente encaminhados ao INEP.

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/pesquisa-revelaprofissional>

nível de ensino, onde se revela com mais evidência a contradição entre capital e trabalho, expressa no falso dilema de sua identidade: destina-se à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho? (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 31).

A partir de uma constatação dos dados do Censo Escolar, nasceu a intenção de analisar a inserção acadêmica (discente) feminina na educação profissional, como a temática tem sido desenvolvida e quais reflexos podemos identificar na educação da rede estadual de Santa Catarina.

A delimitação desta pesquisa está na questão da inserção acadêmica da mulher discente na Educação Profissional Técnica de Nível Médio a partir do levantamento do Estado do Conhecimento (2014 a 2023), alinhando com os dados do Censo Escolar da Educação Básica entre os anos 2014 e 2023 da rede estadual de Santa Catarina.

A pergunta-problema que nasce dessa reflexão é: o direcionamento das escolhas profissionais sofre a influência das construções socioculturais de gênero, sobretudo em relação a espaços e lugares tidos como masculinos e femininos, e quais?

Esta dissertação teve como objetivo principal analisar a produção científica publicada entre 2014 e 2023⁵ sobre a inserção acadêmica de mulheres discentes nas diversas áreas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e, através dos dados do Censo Escolar e como ocorre a inserção das alunas nessa modalidade dentro da rede estadual de Santa Catarina. A escolha desse período se justifica pela necessidade de analisar um recorte temporal que contemple as políticas públicas educacionais mais recentes, especialmente aquelas relacionadas à expansão da educação profissionalizante técnica, como a meta 11 do último Plano Nacional de Educação. Além disso, a delimitação até 2023 visa garantir a uniformidade dos dados, uma vez que os dados do Censo Escolar de 2024 ainda não estão disponíveis.

O propósito deste estudo foi realizar um Estado do Conhecimento a partir de teses, dissertações e artigos científicos na área da educação a fim buscar respostas à pergunta-problema sobre a inserção acadêmica das mulheres nas diferentes áreas da educação profissional. Essa análise permitirá uma compreensão mais

⁵ Considerando que os dados do Censo Escolar de 2024 ainda não estão disponíveis e serão divulgados apenas em 2025, optou-se por delimitar o período de análise da pesquisa até o ano de 2023, a fim de garantir a uniformidade dos dados e a comparabilidade dos resultados.

ampla dos desafios e oportunidades enfrentados por essas mulheres, bem como das políticas e práticas educacionais que podem promover sua equidade.

Para garantir a originalidade e a relevância do estudo, realizou-se uma busca exaustiva em plataformas, como a da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e da Scientific Electronic Library Online (SciELO), com o objetivo de identificar trabalhos científicos publicados no período delimitado que abordassem a temática da inserção acadêmica de mulheres na educação profissional técnica de nível médio. Os resultados da pesquisa indicaram uma lacuna na literatura, uma vez que não foram encontrados estudos específicos sobre a rede estadual de ensino catarinense, sendo a maioria dos trabalhos concentrada nos institutos federais.

A apresentação de informações dessa natureza mostra-se considerável para a área de estudos de gênero e ciência, destacando-se por abordar questões importantes relacionadas à equidade e à diversidade. Ao tratar da questão da igualdade e da diversidade, o estudo contribui para a compreensão dos desafios enfrentados pelas mulheres e para a proposição de ações afirmativas que promovam sua participação mais efetiva nesse nível de ensino nas diferentes áreas, mostrando a necessidade de políticas públicas.

Para a compreensão de estudos de gênero, as autoras referenciadas são Scott (1995) e Louro (2008, 2014); para a discussão da inserção acadêmica das mulheres, utiliza-se Almeida (1998), Louro (1999, 2008, 2014), Bruschini e Amado (1988), Rosemberg (1975, 2014), Rosemberg e Amado (1992), Rosemberg e Madsen (2011), Auad (2018) e Saffioti (2013); e sobre a educação profissional, tem-se como embasamento Moura (2007).

O objetivo geral foi analisar a produção científica mais recente (2014-2023) em educação sobre a inserção acadêmica das mulheres discentes nas diferentes áreas profissionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e sua relação na rede estadual de ensino de Santa Catarina.

Os objetivos específicos foram:

- Realizar um levantamento da produção científica no período de 2014 a 2023, mapeando a presença feminina na Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

- Investigar a partir do Estado do Conhecimento como os estereótipos de gênero influenciam a percepção de habilidades e interesses de homens e mulheres em relação a diferentes profissões;
- Analisar os dados do Censo Escolar para investigar a participação feminina na Educação Profissional Técnica de Nível Médio da rede estadual de Santa Catarina, com foco em identificar tendências, desigualdades e avanços no comparativo com base no levantamento literário;
- Historicizar a Educação Profissional da rede estadual de Santa Catarina e o caminho histórico da mulher nessa modalidade de ensino.

Relevância científica e prática

A relevância deste estudo de gênero e educação profissional se situou na necessidade de uma teoria mais complexa e ampla sobre a temática, que possibilite uma avaliação mais aprofundada das interações sociais e das dinâmicas de poder que cercam o tema, além de produzir dados que possibilitam reconhecer padrões e tendências sociais, contribuindo na formação de uma compreensão mais robusta e segura da realidade social. Além de incentivar políticas públicas, práticas de ensino e intervenções sociais, com o objetivo de fomentar a igualdade de gênero no campo da educação profissional.

Estrutura do trabalho

No capítulo 1 apresentamos a revisão bibliográfica sobre inserção acadêmica, educação profissional e relações de gênero e a historicização da educação profissional da rede estadual de Santa Catarina com ênfase no caminho histórico da mulher nessa modalidade de ensino.

No capítulo 2 apresentamos a análise dos achados da produção científica na BDTD, Capes e SciELO e o levantamento de dados do Censo Escolar e da pesquisa documental na rede estadual do Censo Escolar da Educação Profissional.

METODOLOGIA

Natureza e tipo de pesquisa

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa e o tipo de pesquisa refere-se ao Estado do Conhecimento na temática de gênero e inserção acadêmica das mulheres discentes nas diferentes áreas profissionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O aspecto quanti nesta pesquisa se refere aos dados do Censo Escolar da Educação Básica, coletados anualmente em todas as unidades escolares do país, em regime de colaboração entre INEP, estados e municípios.

Para Minayo e Sanches (2009), há uma relação complementar entre as abordagens quantitativas-qualitativas:

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e concretos e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice e versa (Minayo; Sanches, 2009, p. 247).

Pesquisas quali e quanti proporcionam descrever fatos observados, discutidos e fundamentar por meio de indicadores. Os indicadores são instrumentos que quantificam aspectos da realidade, matematizá-los pode auxiliar a compreender a realidade da educação brasileira, em especial o que se refere ao Ensino Médio e à Educação Profissional nessa etapa de ensino:

Os indicadores são sinalizadores da realidade, de ordem quantitativa ou qualitativa, que servem para avaliação de processos ou avaliação de resultados. Além disso, são importantes instrumentos para medição, estabelecimento de parâmetros, avaliação e gestão, bem como para subsidiar argumentações substantivas no sentido de articulação com o contexto histórico-social, político e econômico no qual são gerados para explicar a realidade (Minayo, 2001, p. 12).

A pesquisa quanti-qualitativa/qualiquantitativa ou métodos mistos, como denominam Creswell (2007), apresentam uma tipologia voltada para as Ciências Sociais. Objetivando sistematizar a utilização da pesquisa quanti-qualitativa/qualiquantitativa, os autores definem quatro desenhos metodológicos da abordagem mista: 1. a triangulação busca comparar e contrastar dados estatísticos com dados qualitativos obtidos simultaneamente; 2. embutido, no qual um conjunto de dados (quantitativos) apoiam os outros dados (qualitativos) ou vice-versa, ambos também obtidos simultaneamente; 3. explanatório, no qual dados

qualitativos são utilizados para explicar resultados quantitativos ou vice-versa; e 4. exploratório, cujos resultados qualitativos contribuem para o desenvolvimento do subsequente método quantitativo. Analisando as quatro metodologias, dentro da abordagem mista, optou-se pela triangulação, desta forma garantindo maior credibilidade e confiabilidade à pesquisa.

Contexto da pesquisa

Trata-se de um estudo sobre a inserção acadêmica da mulher discente na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (modalidade integrado, concomitante e subsequente) a partir do estado do conhecimento produzido (2014 a 2023), alinhando com os dados do Censo Escolar da Educação Básica entre os anos 2014 e 2023 da rede estadual de Santa Catarina.

O contexto da pesquisa se refere à seguinte produção científica: teses e dissertações, artigos na SciELO e os dados coletados do Censo Escolar do Estado de Santa Catarina, em específico a rede estadual, sobre a Educação Profissional e as mulheres como sujeitos principais. Fazem parte deste universo as escolas de Educação Básica do Estado que ofertam a Educação Profissional e os Centros de Educação Profissional (CEDUPs).

Categorias ou variáveis de estudo

As categorias de análise qualitativa são: educação profissional, inserção acadêmica e mulheres discentes. As variáveis quantitativas utilizadas nesta pesquisa estão relacionadas aos dados do Censo Escolar e têm as seguintes descrições e delimitações (INEP, 2023):

- Quantitativo de matrículas por eixo de formação técnica com descrição do nome do curso;
- Sexo: identifica o sexo dos estudantes com as opções feminino e masculino;
- Cor/Raça: informação declarada pelo responsável do estudante de até 16 anos incompletos ou pelo próprio estudante, a partir de 16 anos de idade. As opções são as mesmas coletadas pelo IBGE (branca, preta, parda, amarela, indígena ou não declarada), acrescidas da opção “Não declarada”;
- Data de nascimento: identifica o dia, mês e ano de nascimento do aluno, sendo utilizado o dado por faixa etária por sexo.

Procedimentos, instrumentos e técnicas de coleta de dados

A coleta de dados consiste em uma busca aprofundada nas plataformas dos bancos de teses e dissertações da Capes e BDTD e no portal de periódicos da SciELO, assim como comparar com os dados coletados do Censo Escolar entre 2014 e 2023, relativos ao número de matrículas de homens e mulheres por área de conhecimento, por ano, idade e raça, com foco específico no Ensino Profissional Técnico de Nível Médio, no qual se inclui o Ensino Médio Integrado, Concomitante e Subsequente. Os dados foram fornecidos pelo banco de dados disponível na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.

Procedimentos, técnicas e sistemas utilizados para análise de dados

Neste estudo, utilizou-se a análise descritiva e interpretativa para a discussão dos resultados da produção científica levantada nos bancos de dados BDTD, Capes e SciELO. Para Reis e Reis (2002), a análise descritiva corresponde à primeira etapa de

estudo dos dados coletados. Utilizamos métodos de Estatística Descritiva para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos (Reis; Reis, 2002, p. 5).

Para os dados do Censo Escolar, a análise será focada na inserção das discentes nos diferentes eixos/cursos nas escolas que ofertam a Educação Profissional na rede Estadual de Santa Catarina, acompanhando os dados ano a ano, ou seja, numa série histórica. Como afirma Reis e Reis (2002, p. 23), “um dos objetivos do estudo de séries temporais ou históricas é conhecer o comportamento da série ao longo do tempo (aumento, estabilidade ou declínio dos valores)”.

Os dados do Censo Escolar estão todos tabelados conforme as variáveis previstas, devidamente tratados pelas equipes do INEP e Secretaria de Estado da Educação. Anualmente, o INEP fornece a cada Estado seus dados coletados, baseado nos cinco formulários de coletas: Formulário de Escola, Formulário de Gestor Escolar, Formulário de Turma, Formulário de Aluno e Formulário de Profissional Escolar em sala de aula.

Os dados serão apresentados em gráficos e planilhas com posterior análise descritiva, ou seja, os dados já estão sistematizados para serem analisados. Pretende-se, ainda, fazer uma análise dos dados coletados do número de matrículas de homens e mulheres por área de conhecimento e por ano (série

temporal). Também será feita a análise dos seguintes documentos consultados no Arquivo Público de Santa Catarina, no Sistema de Acervo documental da rede estadual: Decretos, Portarias, Leis e Registros Escolares, com o objetivo de historicizar a educação profissional e compreender as diferentes configurações e espaços ocupados pelas mulheres desde a implantação dessa modalidade em Santa Catarina.

Fluxo da pesquisa

Seguindo a organização desta pesquisa, este estudo seguirá o fluxo descrito primeiramente na etapa 1: revisão bibliográfica sobre inserção acadêmica, educação profissional e relações de gênero e a historicização da educação profissional da rede estadual de Santa Catarina com ênfase no caminho histórico da mulher nessa modalidade de ensino. Na etapa 2 será apresentada a análise dos achados da produção científica na BDTD, Capes e SciELO, triangulada com o levantamento de dados do Censo Escolar.

1 INSERÇÃO ACADÊMICA, GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES DISCENTES: HISTORICIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA

Neste capítulo, apresentamos a revisão bibliográfica sobre inserção acadêmica, educação profissional e relações de gênero e a historicização da educação profissional da rede estadual de Santa Catarina com ênfase no caminho histórico da mulher nessa modalidade de ensino.

1.1 Pensando gênero

Para iniciar esta caminhada é importante compreender algumas questões relacionadas a gênero. Entretanto, pensar gênero é sentir-se aflito diante de uma série de discussões, interpretações e variada literatura. A americana Joan Scott, uma das grandes estudiosas do tema e que serve como referência para inúmeras pesquisas, reitera que o termo gênero não tem uma definição unânime, podendo incluir pontos de vistas teóricos, políticos ou simplesmente mencionar as relações entre os sexos.

O movimento feminista tem suas raízes ainda no século XIX, com o que chamamos de primeira “onda do feminismo”, o debate sobre as relações de poder e a invisibilidade das mulheres vem à tona em 1955. No Brasil, as pesquisas de gênero ganham destaque com Guacira Lopes Louro, uma proeminente pesquisadora dos estudos de gênero, nas décadas de 1980 e 1990 e que ainda hoje é uma referência nacional.

Segundo Scott (1995), o uso do termo gênero pretende esclarecer a conexão entre homens e mulheres, uma vez que qualquer informação sobre as mulheres implica necessariamente no estudo dos homens. Scott (1995, p. 86) define: “O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Louro (2014) reforça que as concepções de gênero se alteram de acordo com o contexto histórico em que se encontram dentro de cada sociedade, indo de acordo com os vários grupos que a compõem:

O conceito de gênero configura-se num construto social e histórico, produzido sobre características biológicas [...] é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz

ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos [...] o conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para prática social e tornadas parte do processo histórico (Louro, 2014, p. 22).

Partindo da definição de conceito de gênero sugerida por Scott (1995), podemos significar que o conceito de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos que se interrelacionam. A primeira delas está baseada nas relações sociais e nas diferenças entre os sexos, sendo essa composta por quatro elementos determinantes; e a segunda parte é uma representação primária de dar significado às relações de poder. A primeira definição é composta por quatro elementos que se relacionam:

- O primeiro elemento se refere aos símbolos ou representações ligadas ao sexo. A mulher como um símbolo de inocência de pureza;

- O segundo são as interpretações dos significados dos símbolos. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma posição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido de masculino e do feminino (Scott, 1995). Essa posição binária parte de uma lógica excludente, se é feminino não pode ser masculino e vice e versa, como um caráter de modelo, de norma geral, como complementa Scott (1995, p. 21): “como se essas posições normativas fossem de um consenso social e não de um conflito”;

- Sobre o terceiro elemento, a autora cita “a permanência eterna na representação binária dos gêneros”, que consiste num chamado a um papel tradicional entre homens e mulheres, desconsiderando todos os processos de construção de gênero nas organizações sociais e na política, indo além do aspecto doméstico ou de parentesco, pensando no mercado de trabalho e na formação dessas profissionais;

- O quarto item enquadrado na primeira parte de análise pela autora se refere à subjetividade, de qual forma os indivíduos internalizam esses símbolos e como se estabelecem a partir das relações humanas e das construções históricas.

Para Louro (2015), ver sob uma perspectiva gênero somente biológica serve como “justificativa” para defender uma aparente distinção supostamente natural entre os gêneros:

O argumento de que os homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestida por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e justificar – a desigualdade social (Louro, 2015, p. 25).

Em relação à segunda parte sugerida pela autora, o gênero como um meio de atribuir significado, ou seja, o gênero como uma maneira primordial de dar significados às relações de poder, Scott (1995, p. 88) refere que “[...] o gênero é um campo primário do interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. Nesse contexto, a análise de gênero surge como uma ferramenta para desvendar as entrelaçadas relações entre as diversas formas de interatividades humanas. Analisar essa categoria é essencial para compreender a organização da igualdade e desigualdade e onde elas foram construídas.

Quando os historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero na sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (Scott, 1995, p. 89).

A seguir, apresenta-se o ponto de vista compartilhado por Louro (2000, p. 100):

Ao afirmarmos o caráter relacional e múltiplo das identidades, a sua fluidez e sua inconstância, estamos a sugerir uma abordagem muito mais complexa. Ao articular-se em variadas combinações, as identidades de gênero, raça, classe, sexualidade, religião e nacionalidade – são – todas – constituídas por redes de poder. Não identidades fora do poder, todas exercitam e, simultaneamente, todas sofrem a sua ação. As identidades fazem parte dos jogos políticos, ou melhor, as identidades fazem-se por meio das relações políticas.

Entender as diferenças de homens e mulheres como culturalmente construídas, que não estão ligadas ao sexo, colabora para a desconstrução das visões naturalizadoras que vinculavam o feminino à fragilidade e à submissão. Quando falamos em gênero é necessário ir além das questões meramente físicas ou biológicas, é preciso levar em consideração que a construção do masculino e do feminino vem de um contexto cultural, social e histórico e é definida pelas relações sociais e de poder.

Este estudo parte da questão de gênero na visão das duas autoras analisadas, pois entendemos que questões do “determinismo biológico” e cultural se fazem presentes na inserção feminina no Ensino Profissional Técnico de Nível Médio, trazendo essa discussão como ponto de partida para as construções predeterminadas durante décadas nas escolhas acadêmicas femininas.

1.2 Relacionando gênero com os papéis sociais femininos, inserção acadêmica e educação profissional

A colonização portuguesa instaurou um sistema educacional brasileiro que perpetuou a inferiorização e a desigualdade entre homens e mulheres, assim como entre as classes sociais e raciais. Conceitos científicos, religiosos, culturais e legais legitimaram a atribuição de papéis sociais específicos a cada grupo, naturalizando a superioridade de alguns e a subalternidade de outros. As mulheres, independentemente de sua origem racial, foram submetidas a uma condição de subordinação, confinadas ao espaço privado da vida doméstica.

Conforme Saviani (2007), o período colonial brasileiro caracterizou-se por grandes propriedades rurais, trabalho escravo e uma sociedade hierarquizada, dominada pelos senhores de engenho. A educação, nesse contexto, principalmente nas mãos dos jesuítas, tinha como objetivo principal a catequização e a difusão da fé católica. As mulheres, nesse período, eram marginalizadas do acesso à educação formal, sendo destinadas ao casamento, ao trabalho doméstico ou à escravidão. A sociedade colonial não valorizava a educação feminina, considerando-a desnecessária para os papéis sociais atribuídos às mulheres. A ausência de leis que garantissem direitos às mulheres consolidava essa situação de subordinação.

De acordo com a Resolução CNE/CEB n.º 4/1999, a primeira referência a um esforço do governo para profissionalização masculina remonta a 1809, quando um Decreto do Príncipe Regente, que viria a ser D. João VI, estabeleceu o "Colégio das Fábricas" logo após a suspensão da restrição à operação de indústrias manufatureiras em território brasileiro. Em 1816 foi sugerida a fundação de uma "Escola de Belas Artes", cujo objetivo era unir o ensino de ciências e desenho aos ofícios mecânicos. O Colégio das Fábricas era destinado somente a homens, mulheres eram proibidas.

E no ano de 1827, há quase dois séculos, o parlamento brasileiro deu o ponto de partida para a inserção da mulher no mundo “acadêmico” e os conteúdos que seriam úteis à sua formação. No dia 15 de outubro de 1827 foi sancionada a primeira lei educacional brasileira e nela consta o direito das meninas de frequentarem escolas.:

Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Dom Pedro, por Graça de Deus, e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos subditos, que a Assembléa Geral decretou, e nós queremos a lei seguinte: Art 11º Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento (Brasil, 1827, p. 71).

Representando um marco discreto, a Lei de 1827 abriu as portas para a inserção formal das mulheres no sistema educacional brasileiro. Até então, as oportunidades de escolarização eram extremamente limitadas, restringindo-se, em sua maioria, às mulheres das classes mais altas que contavam com preceptoras estrangeiras ou frequentavam os poucos conventos religiosos que ofereciam educação básica.

A lei imperial de 1827 autorizou a abertura de classes femininas. Contudo, a mesma lei introduziu diferenças entre os currículos dos meninos e das meninas, em função do que se esperava socialmente dos sexos. Pela posição das mulheres no meio social, sua instrução, ainda era considerada menos importante, se considerada a necessidade de preparação para o casamento (Auad, 2018)⁶.

Acreditava-se que, para as meninas, conhecimentos básicos de aritmética, como as quatro operações, seriam suficientes para a gestão da vida familiar. A educação feminina, portanto, era direcionada para o domínio de habilidades domésticas, como costura e culinária, preparando-as para os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres na sociedade da época.

Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brazileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórmula do art. 7º (Brasil, 1827, p. 71).

Para Auad (2018), embora tenha representado um avanço considerando a posição social das mulheres da época, a Lei de 1827, que permitiu o acesso feminino à educação, não pode ser considerada um marco histórico equivalente ao

⁶ Livro em formato e-book, não consta paginação.

direito ao voto, conquistado quase um século depois. A inserção das mulheres na escola era marcada por profundas desigualdades, sendo restrita, em sua maioria, às mulheres brancas. As mulheres negras, por sua vez, vivendo sob o regime escravocrata, estavam completamente à margem do sistema educacional e de quaisquer direitos.

O preenchimento das vagas de professores também apresentava particularidades: era exigido que fossem do mesmo sexo dos alunos. É importante ressaltar que, até então, as mulheres tinham acesso limitado à educação formal, o que dificultava que elas dominassem as habilidades de leitura, escrita e cálculo necessárias para aprovação nos exames de Êxito⁷. Conseqüentemente, a ausência de professoras qualificadas limitava a oferta de turmas para meninas.

A fim de solucionar a escassez de professoras na primeira metade do século XIX, propôs-se a criação de escolas normais públicas, que ofereceriam formação básica e noções pedagógicas.

Aos responsáveis pelas meninas bastava apenas o aprendizado das prendas domésticas mais do que a leitura e a escrita, portanto a educação escolar era vista como elemento de segunda necessidade para os pais das meninas pobres – a preocupação fundamental era de que as meninas arrumassem um bom casamento. Já a educação das meninas de famílias mais abastadas se dava na própria casa, uma vez que os pais pagavam um preceptor e acompanhavam todo o processo educativo (Cunha; Silva, 2020, p. 100).

A inserção da mulher nos ambientes educacionais foi um processo gradual e controlado, moldado pelo ideal da "bela, recatada e do lar". Almeida (1998) destaca que o pensamento burguês da época temia que a educação feminina comprometesse o papel tradicional da mulher como cuidadora do lar e da família, argumentando que o excesso de estudos poderia prejudicar sua saúde física e mental. Vasconcelos (2011, p. 34), por sua vez, analisa o papel da "mãe e mestra", figura idealizada no século XIX, que embora inicialmente voltada para a educação dos próprios filhos, gradativamente foi incorporada aos valores mais amplos da sociedade.

Para serem contratadas como professoras, segundo Stamatto (2002), as mulheres eram submetidas a rigorosos critérios de seleção, incluindo a comprovação de uma vida honesta, atestado de bom comportamento emitido pelo pároco, idade adequada e autorização paterna ou certidão de óbito do marido, no

⁷ Exame elaborado pelo governo para admitir professores.

caso de viúvas. Em contraste, os homens eram avaliados apenas quanto à boa conduta. O magistério emergiu como uma das primeiras profissões para as mulheres, porém, conforme aponta Stamatto (2002), os salários femininos eram significativamente inferiores aos dos homens.

A Lei de 1827 também impôs ao governo a criação de escolas públicas para atender à crescente demanda por educação. Essas instituições, sob gestão imperial, ofereceram os primeiros anos de escolaridade, no geral os quatro primeiros anos de formação das estudantes. A continuidade dos estudos, no entanto, era responsabilidade das escolas privadas.

A partir da segunda metade do século XIX, as escolas secundaristas femininas consolidaram-se na Corte e nas províncias, tornando-se importantes espaços de sociabilização da elite imperial. Conforme Cunha e Silva (2020), o ensino, muitas vezes, era secundário nessas instituições, que priorizavam as relações sociais. As escolas que buscavam oferecer uma educação mais rigorosa enfrentavam dificuldades financeiras e precisavam se adaptar ao modelo tradicional das escolas para "moças de família". Esses espaços elitizados excluía, em grande medida, jovens de camadas populares, incluindo negros e indígenas.

É fundamental destacar que, enquanto as mulheres lutavam por acesso à educação formal no século XIX no Brasil, a Europa vivenciava a transformadora Revolução Industrial. A intensificação do desenvolvimento tecnológico e da produção em larga escala impulsionou o crescimento econômico do continente europeu e aos poucos as mudanças chegavam ao Brasil. No entanto, as mulheres foram, em grande parte, marginalizadas. Confinadas à esfera doméstica e submetidas a longas jornadas de trabalho em fábricas, com condições precárias e salários inferiores aos dos homens, elas viam suas oportunidades de educação e ascensão social limitadas. Esse processo futuramente irá refletir na construção dos espaços das mulheres no cenário brasileiro.

Saffiotti (2013) relata que entre 1855 e 1865 houve um crescimento no número de meninas no primário, principalmente em estabelecimentos particulares do Município da Corte, que registram 2.111 alunos do sexo masculino e 2.056 do sexo feminino.

Segundo Moura (2007), no século XIX, surgiram iniciativas da sociedade civil, com o objetivo de atender crianças órfãs e abandonadas, ensinando-lhes

ofício, para o caso dos meninos. No entanto, instituições como o Liceu de Belas Artes (1858) e o Liceu de São Paulo (1882) não possuíam reconhecimento governamental. O autor argumenta que essa abordagem era predominantemente assistencialista, refletindo a persistência de uma visão escravocrata da época. As meninas órfãs e abandonadas eram direcionadas a instituições confessionais que as preparassem para o trabalho doméstico.

Apesar do século XIX ter sido marcado por uma rígida divisão de gênero e pela ausência de debates sobre o tema, Gomes (2020) ressalta que as mulheres nunca aceitaram passivamente essas desigualdades, resistindo a todo o esforço ideológico burguês de legitimá-las. Um exemplo dessa resistência neste contexto em que a educação feminina era relegada a segundo plano e limitada ao aprendizado de habilidades domésticas, Nísia Floresta ousou fundar o Colégio Augusto no Rio de Janeiro, em 1838. Essa iniciativa representou uma verdadeira revolução, pois a escola oferecia um currículo diversificado, incluindo ciências, história e línguas, com o objetivo de capacitar intelectualmente as mulheres.

A Proclamação da República no Brasil, influenciada pelos ideais liberais franceses, impulsionou a discussão sobre a educação feminina. No entanto, segundo Almeida (1998), quase dois terços das mulheres brasileiras ainda eram analfabetas nesse período, evidenciando o restrito acesso à escola.

Currículos das escolas femininas ainda eram dedicados ao trabalho doméstico. Eram comuns atividades como corte e costura, bordados, desenho e música. Com isso, pouco espaço era reservado ao ensino de caráter intelectual para as meninas e moças. As primeiras décadas do período republicano, iniciado em 1889, foram decisivas para a construção de um ideal de autonomia das mulheres. Foi nesse período que a imprensa feminina ganhou impulso e seu ideal de liberação sensibilizou diferentes setores sociais. O projeto republicano, contudo, tentou conciliar valores tradicionais às novas oportunidades urbanas para as mulheres. Assim, apesar das formas de socialização e participação se diversificarem, não houve no período grandes alterações na vida das mulheres (Almeida, 1998)⁸.

Apesar das transformações políticas e do surgimento do movimento feminista, a educação feminina no Brasil do século XIX era marcada pela precariedade e por um currículo centrado no papel doméstico da mulher. Almeida (1998) destaca, no entanto, que já havia debates sobre a educação mista (ambos os sexos).

⁸ Livro em formato e-book, não consta paginação

Em 1909, o Decreto-Lei n.º 7.556 instituiu a educação profissional no Brasil, com o objetivo de formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, focando especificamente nos menos favorecidos. Não configurava uma formação secundarista, e sim uma formação para o mercado de trabalho, excluindo as mulheres.

A preocupação com a industrialização do país levou o Estado a investir na criação de escolas profissionalizantes. Essa medida visava atender à demanda por mão de obra qualificada e promover o desenvolvimento econômico nacional. Nilo Peçanha, em 1910, instalou 19 “Escolas de Aprendizes Artífices” destinadas “aos pobres e humildes”, distribuídas em várias Unidades da Federação. Eram escolas voltadas basicamente para o ensino industrial, mas custeadas pelo próprio Estado. No mesmo ano foi reorganizado o ensino agrícola no país, com o objetivo de formar “chefes de cultura, administradores e capatazes”.

Moura (2007) argumenta que a educação profissional no Brasil sempre esteve associada a uma divisão social marcada pela desigualdade. Enquanto as elites tinham acesso a uma educação humanística, voltada para as letras, artes e ciências, os setores populares eram direcionados para uma formação técnica e profissionalizante. Essa divisão se estendia também ao gênero: até a década de 1930, a participação feminina na educação profissional de nível médio era ínfima, com a maioria das mulheres se concentrando em cursos normais e em menor número no comércio.

A promulgação da Constituição de 1934 representou um marco importante na história da educação brasileira, ao reconhecer a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos. Essa garantia constitucional, embora representasse um avanço significativo, não eliminou as desigualdades existentes no acesso à educação:

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (Brasil, 1934, p. 37).

A Constituição de 1934 resultou de um embate entre as demandas do movimento Escola Nova, que defendia a educação pública e laica para todos, e os interesses dos grupos religiosos, que buscavam manter a influência da Igreja no ensino. O texto constitucional, ao garantir o direito à educação pública em todos os

níveis, atendeu parcialmente às reivindicações do movimento Escola Nova, mas também contemplou as exigências dos grupos religiosos, mantendo o ensino religioso e permitindo a existência de escolas confessionais.

Bruschini e Amado (1988) apontam que, com a promulgação da Constituição de 1934, as mulheres iniciaram um processo de maior acesso à educação. A profissionalização dos cursos normais foi um avanço, mas o ensino superior continuava restrito, com os primeiros cursos superiores sendo predominantemente masculinos.

Conforme Rosemberg (2016), a formação oferecida pelos cursos normais, ao enfatizar habilidades pedagógicas e limitar o aprofundamento em áreas específicas, dificultava o acesso das mulheres ao ensino superior. A justificativa para essa desigualdade era a crença em uma menor capacidade intelectual feminina e a necessidade de prepará-las para papéis domésticos, o que limitava suas oportunidades de estudo em áreas consideradas mais "masculinas". Essa visão, que predominou por décadas, foi gradualmente superada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971, que abriu caminho para uma maior igualdade de oportunidades na educação.

A expansão dos meios de comunicação, em conjunto com a urbanização e a industrialização, potencializou os movimentos feministas no Brasil. Ao ampliarem a circulação de ideias e fortalecerem as redes de mulheres, esses meios contribuíram para a conquista do direito ao voto e para a reivindicação por igualdade de oportunidades na educação e profissionalização.

A Constituição de 1937, instaurada pelo Estado Novo, consolidou a discriminação social na educação. As escolhas educacionais eram fortemente influenciadas pelas condições sociais, especialmente para as mulheres, que eram direcionadas para áreas como saúde e educação. Os cursos profissionalizantes, por sua vez, não garantiam o acesso ao ensino superior, sendo equiparados ao ensino secundário somente em 1953.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei n.º 4.024/61) representou um marco importante para a educação brasileira. Ao estabelecer a equivalência entre todos os cursos de mesma categoria, a LDB democratizou o acesso à educação superior, permitindo que estudantes provenientes de diferentes modalidades de ensino pudessem dar continuidade aos

seus estudos.

Refletindo Beauvoir (1970), a opressão e exploração feminina vem de diferentes épocas e são submetidas à vontade dos homens e seus interesses de manter o poder. O trabalho doméstico e a criação dos filhos fizeram da mulher um sujeito dependente e submisso às vontades do homem.

Rosemberg (1975), em sua pesquisa sobre os papéis de homens e mulheres na educação entre os períodos de 1940 a 1970, verificou que os indicadores da época apresentavam a escolaridade masculina superior à feminina, principalmente no ensino médio, mas elas tinham melhor rendimento escolar. A autora cita o autoritarismo do professor como uma possível explicação para o bom desempenho feminino:

A escola exigiria preferencialmente de meninos e meninas e de rapazes e moças comportamentos submissos e passivos. Ao mesmo tempo, a menina é socializada, por agentes exteriores à escola (família, igreja, meios de comunicação, livros e manuais) a corresponder a este padrão espera-se e estimula-se que ela seja submissa, e que aceite um princípio não apenas a autoridade do mais velho, quando criança, mas do homem enquanto mulher. Sociedade e escola imporiam, a menina um mesmo padrão de interação sem atropelos. O menino ao contrário, viveria certo desaprumo: a escola e o mundo a lhe exigirem comportamentos diversos passivos e combativo. E os melhores resultados escolares equivaleriam a melhor respondência da menina uma única expectativa social (Rosemberg, 1975, p. 84).

A década de 1970 foi marcada por transformações significativas na educação brasileira. A Lei n.º 5.692/1971 reformulou o ensino de 1º e 2º graus, tornando o ensino profissionalizante obrigatório no 2º grau e alterando a duração da escolarização. Nesse mesmo período, as mulheres alcançaram um nível de escolarização superior ao dos homens, iniciando uma tendência que se consolidaria nas décadas seguintes. Paralelamente, a segunda onda do feminismo ganhava força, questionando a opressão masculina e as desigualdades de gênero e introduzindo conceitos como o de gênero, que desafiava a dicotomia entre sexo biológico e gênero.

Para Frigotto e Ciavatta (2006, p. 86):

Referindo-se à reforma conduzida pela Lei n. 5.692/71, destaca que a “última reforma do ensino médio e da educação profissional teve forte intervenção das agências multilaterais e de parte do empresariado brasileiro” que, com propostas economicistas, promoveram um “reducionismo pedagógico” para atender exclusivamente ao setor produtivo. A escola assume o papel de formadora de capital humano. Na formação profissional, os currículos são pautados pelo pragmatismo e pelo imediatismo da formação especializada.

Sob o regime militar, as discussões relacionadas a questões de gênero enfrentavam diversas restrições. No entanto, a década de 1970 foi marcada por importantes avanços nesse sentido. Eventos, como o Seminário de Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira, realizado no Rio de Janeiro durante o Ano Internacional da Mulher, contribuíram para colocar em evidência a desigualdade de gênero na educação brasileira, mesmo em um contexto de censura e repressão.

Este ato público tem sido considerado como ponto de partida para as ações que se seguiram, gerando a criação de grupos de mulheres ou de um novo feminismo brasileiro. Nesse seminário foram apresentados dois trabalhos sobre educação, de autoria de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas; o de Guimar Namó Mello (CP15, 1975) sobre estereótipos sexuais na escola e o de Fúlvia Rosemberg (CP15, 1975b) “A mulher na literatura infanto-juvenil; revisão e perspectivas” (Rosemberg; Amado, 1992, p. 63).

A XXVIII Reunião da Sociedade Brasileira para Pesquisa da Ciência (SBPC), realizada em Belo Horizonte/MG em 1975, apresentou dados importantes para o cenário educacional feminino e masculino do país.

Apoiando-se em estatísticas educacionais, os artigos vão apontando, então que as taxas de alfabetização feminina se equivalem ou são superiores às masculinas (Mello, CP15, 1975; Rosemberg, CP15, 1975a); que as mulheres constituem a maioria entre o alunado de 2º Grau (Mello, CP15; 1975 tema retornado por Rosemberg, CP68, 1989); que o número de universitários que o número de universitárias aumentou intensamente na década de 70 (Lewin, CP32, 1980). Ou seja, no plano descritivo mostram que a expansão do sistema de ensino brasileiro abriu oportunidades de acesso às mulheres, observando mesmo que, em certos graus escolares, eram mais numerosas que os homens (Rosemberg; Amado, 1992, p. 63).

Embora as mulheres tenham alcançado avanços significativos na educação, superando os homens em diversos indicadores, como taxa de conclusão do ensino médio, é preciso aprofundar a análise. Quais outros desafios as mulheres poderiam enfrentar na trajetória acadêmica, mesmo diante dos avanços observados? As conclusões das pesquisas apresentadas podem responder a essa questão:

[...] os artigos concluem que a discriminação no campo educacional não corre quanto ao acesso, permanência rendimento escolar femininos, mas na guetização sexual das carreiras escolares. Os Artigos mostram, então que estudantes de sexo masculino seguem preferencialmente cursos de conteúdo técnico e científico, as estudantes do sexo feminino seguem trajetórias escolares vinculadas as letras e humanidades, com nítidas vistas a preparação ao magistério (Rosemberg; Amado, 1992, p. 63).

No contexto da década de 1970 no Brasil, os homens buscavam prioritariamente a formação técnica para ingressar rapidamente no mercado de trabalho, enquanto as mulheres, em sua maioria, optavam pelo Ensino Superior.

As mulheres tendiam a escolher áreas como educação, saúde e artes, enquanto os homens se concentravam em carreiras consideradas "masculinas", como as exatas. No entanto, já se observava uma gradual mudança nesse padrão, com a crescente presença de mulheres em profissões como arquitetura, medicina, odontologia e matemática.

A reforma do ensino médio, promovida pela Lei n.º 7.044/1982, teve como principal consequência a separação entre educação profissional e educação acadêmica. Ao tornar a profissionalização facultativa, a lei restringiu a oferta de cursos técnicos nas escolas de ensino médio, concentrando-os em instituições especializadas. Segundo Jobim (2023), a lei veio a atender reivindicações das classes altas, para quem a educação para o trabalho não tinha espaço na concepção de mundo. Em sua maioria foram as escolas privadas que retornaram ao ensino propedêutico, voltado para a preparação aos cursos superiores.

A Constituição Federal de 1988 foi um divisor de águas na história do Brasil, assegurando direitos essenciais e criando alicerces robustos para o progresso da nação. No contexto educacional, essa Constituição facilitou o acesso e a disponibilização de educação profissional, criando possibilidades para as mulheres. Entretanto, é fundamental destacar que essas conquistas ocorreram de maneira desigual e que ainda existem obstáculos a serem enfrentados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394/1996, ao incluir a educação profissional na educação básica, ampliou as possibilidades de formação para os estudantes brasileiros. A Educação Técnica de Nível Médio, prevista nos artigos 36-A, 36-B, 36-C e 36-D da LDB, oferece uma formação que combina conhecimentos teóricos e práticos, preparando os jovens para o mercado de trabalho e para o prosseguimento dos estudos no ensino superior. Essa modalidade de ensino pode ser oferecida tanto em escolas de Ensino Médio quanto em instituições especializadas, podendo ser articulada com o Ensino Médio ou destinada a quem já o concluiu. O Decreto n.º 2.208/1997⁹, ao regulamentar a educação profissional e separar o Ensino Médio da Educação Profissional, abriu espaço para a oferta de cursos técnicos por escolas privadas, diversificando a

⁹ O Decreto n.º 2.208/1997 cria a possibilidade de oferta de Educação Profissional Concomitante, na qual o aluno pode ter duas matrículas em instituições diferentes, uma de Ensino Médio e outra profissional, e a opção do subsequente, que ocorre após a conclusão do Ensino Médio.

oferta e ampliando o acesso dos jovens a essa modalidade de ensino.

Apesar dos avanços em prol da igualdade de gênero na década de 1990, com o governo brasileiro assumindo compromissos internacionais, a distribuição por gênero nos cursos superiores ainda revelava desigualdades. Conforme os dados¹⁰ de Rosemberg (1994), as mulheres continuavam concentradas em áreas como as humanidades, enquanto os homens predominavam em cursos técnicos. Essa persistência da desigualdade pode ser explicada pelos obstáculos históricos que limitaram o acesso das mulheres à educação e a determinadas profissões.

O Decreto n.º 5.154/2004 instituiu a Educação Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio, estabelecendo o trabalho como princípio educativo e prevendo um currículo integrado. Essa medida estimulou o crescimento significativo dos cursos técnicos, especialmente nas redes federais de ensino. No entanto, segundo Bruschini e Unbehaum (2002), o nível de escolaridade em associação ao processo de incorporação da mulher no mercado de trabalho durante a década de 1990 não mostrou mudanças profundas na estrutura ocupacional entre elas, grande parte delas ainda ocupam profissões ligadas aos trabalhos tradicionais femininos, como magistério, enfermagem e funções administrativas.

A escolha da carreira acadêmica ainda a nível de ensino médio profissionalizante, numa perspectiva de construção histórica e que ocasionou a divisão sexual do trabalho, para Hirata e Kergoat (2007), designou os homens às esferas produtivas e as mulheres às esferas reprodutivas. Foram construídos socialmente trabalhos para “mulheres” e trabalhos para os “homens”.

As profissões ligadas às áreas da saúde e educação são frequentemente mais procuradas pelas mulheres, enquanto os homens buscam pelas áreas de tecnologia (exatas) ou agrárias por serem consideradas áreas com mais esforço físico, logo, associadas ao universo masculino. Segundo Saffioti (2013), os sujeitos planejam suas escolhas acadêmicas e profissionais considerando as implicações de seu sexo, e as mulheres se concentram em áreas de menor grau de prestígio, a autora ressalta que é a “ideologia da inferioridade feminina”. Até mulheres acostumadas a trabalhar com enxadas mesmo assim se sentem mais fracas em comparação aos homens, não se sentindo hábeis para algumas escolhas. “Estão

¹⁰ O autor utiliza dados do PNAD e do Censo Demográfico, não citando os anos utilizados para tal pesquisa.

de tal maneira embutidas desta ideia de inferioridade que se assumem como seres inferiores aos homens” (Saffioti, 2013, p. 12). Seguindo esse ponto de vista:

No discurso da divisão sexual do trabalho, oposições marcadas entre mulheres e trabalho, reprodução e produção, domesticidade e trabalho remunerado faziam da mulher trabalhadora um problema. Isso desviou a discussão de soluções das condições do seu trabalho, dos seus baixos salários, da falta de apoio social, criação dos filhos que eram todos considerados sintomas da violação da diferença funcional entre homens e mulheres mais do que causas da miséria das trabalhadoras assalariadas (Scott, 1995, p. 474).

As desigualdades de gênero têm raízes históricas e se manifestam de diversas formas, incluindo a educação. A escola, como espaço de socialização e aprendizado, possui o potencial de transformar essa realidade. Ao promover debates sobre gênero e desigualdades sociais, a escola contribui para a formação de cidadãos críticos, capazes de questionar e transformar os papéis socialmente construídos para homens e mulheres. Para Louro (2014, p. 109):

[...] estendendo a argumentação de Joan Scott, penso que podemos concordar que gênero é uma categoria útil para a história da educação. Uma categoria que articula as categorias de raça e classe, pode nos ajudar a propor novas questões, rever antigas formulações, tornar visíveis sujeitos dos processos até então ignorados [...] mas uma categoria que, pensada em sua radicalidade, talvez também ponha em questão muitas de nossas certezas e nos obrigue a revolucionar nosso modo de fazer “Histórias”.

Após quase dois séculos de luta das mulheres por acesso à educação, ainda enfrentamos desafios significativos na busca por uma educação que promova a igualdade de gênero. Embora tenhamos avançado significativamente, com um número crescente de mulheres ingressando nas universidades e ocupando cargos de liderança no ensino, persistentes desigualdades de gênero marcam o cenário educacional. É fundamental que continuemos a discutir e analisar essas questões para construirmos um futuro mais justo e equitativo.

1.3 Educação profissional da rede estadual de Santa Catarina

A expansão da industrialização a partir de 1930 impulsionou o governo federal a ampliar o incentivo ao ensino profissional. Marcada pela agricultura familiar, Santa Catarina, em 1935, incorporou o ensino agrícola ao currículo do Ateneu Provincial. Posteriormente, essa iniciativa se expandiu para as escolas rurais estaduais, visando capacitar jovens agricultores.

A primeira escola estadual exclusivamente dedicada à educação profissional foi a Escola Agrícola Caetano Costa, fundada em 24 de junho de 1940 no município

de Lages. Inicialmente instalada no prédio onde atualmente se localiza a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a escola foi transferida posteriormente para o município de São José do Cerrito. Conhecida hoje como CEDUP Caetano Costa, a instituição continua sendo um importante centro de formação para jovens interessados em agricultura, oferecendo ainda o regime de internato para meninos. No mesmo ano, outra escola agrícola foi criada em Canoinhas, no norte do estado.

Em 1963, o governo estadual instituiu o sistema estadual de ensino por meio da Lei n.º 3.191, que também permitiu a criação da Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC). Essa mesma lei estabeleceu a criação de escolas técnicas com foco em cursos nas áreas agrícola, industrial e comercial. Além disso, autorizou a oferta de cursos técnicos (com duração de quatro anos) e básicos (com duração de três anos) nas áreas de artesanato e mestría. Os cursos de mestría, com foco industrial, eram destinados a profissionais já formados em cursos técnicos industriais e tinham como objetivo capacitá-los para exercer funções de supervisão e gestão, abrangendo áreas como cerâmica, alfaiataria, marcenaria, serralheria, fundição, mecânica de máquinas, carpintaria, tipografia e encadernação.

No ano de 1964, o governo estadual criou, por meio do Decreto n.º 853 da Secretaria da Educação, de 4 de novembro de 1963, o Ginásio Industrial Vidal Ramos Júnior em Lages. A escola, inaugurada em 16 de março de 1964, tinha como objetivo formar mão de obra qualificada para a região. Inicialmente, o colégio atendia apenas alunos do sexo masculino, mas na década seguinte passou a admitir também alunas. A instituição contava com estrutura para o funcionamento em regime de internato.

A partir da década de 1970, a educação profissionalizante na rede estadual de ensino experimentou um crescimento expressivo. Tanto as escolas da Secretaria Estadual de Educação quanto a FESC passaram a oferecer cursos técnicos. Nas décadas de 1970, 1980 e 1990, foram criados diversos Centros Interescolares de Segundo Grau (CIS), como o Renato Ramos da Silva em Lages, o Hermann Hering em Blumenau, o Abílio Paulo em Criciúma, o Domício Freitas em Tubarão e o Dario Geraldo Salles em Joinville. Além disso, foram fundados os Colégios Agrícolas Vidal Ramos, Professor Jaldyr Broering da Silva, Getúlio Vargas e Campo Erê, instituições que permanecem em funcionamento até os dias atuais.

Posteriormente, todas essas escolas foram incorporadas à Secretaria de Estado da Educação, desvinculando-se da FESC.

Em 2000, essas escolas passaram a ser denominadas Centros de Educação Profissional (CEDUPs). Para atender às demandas locais do comércio e da indústria, foram criados CEDUPs, como o Jorge Lacerda em Florianópolis, o de Timbó e o Ernesto Antônio Debastiani em Abdon Batista.

A partir de 2004, o Estado de Santa Catarina passou a oferecer o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP). Na implantação desse modelo, a Secretaria de Estado da Educação (SED/SC) considerou a perspectiva dos estudantes e as possibilidades de inserção social proporcionadas pelas modalidades formativas oferecidas pelas escolas. Entre 2004 e 2006, foram elaboradas 29 propostas para a abertura de cursos de EMIEP, uma por região do estado.

Atualmente, dados¹¹ da Secretaria de Estado da Educação para o ano de 2024 na formação de Educação Profissional, sendo 7.035 matrículas no Ensino Médio Integrado (dados do Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina - SIGESC). Conforme a Meta 11 do Plano Nacional de Educação, o objetivo do Estado é triplicar as matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, garantindo a qualidade em pelo menos 50% da expansão no setor público, o que corresponde a 45.570 novas matrículas. Atualmente, Santa Catarina possui 21 CEDUPs.

Figura 1 - CEDUPs na rede estadual de ensino



¹¹ Dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação, coletados no SIGESC – Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina - 2024

Fonte: fornecida pelo setor de Educação Profissional da Secretaria de Estado da Educação.

Figura 2 - CEDUPs e Escolas de Educação Básica que ofertam educação profissional na rede estadual de Santa Catarina



Fonte: fornecida pelo setor de Educação Profissional da Secretaria de Estado da Educação.

No ano de 2024, a rede estadual de ensino está vivenciando um processo de expansão da educação profissional. Essa expansão se dá por meio da oferta de cursos profissionalizantes nas escolas de educação básica (Catec) e por meio de parcerias com a iniciativa privada. O objetivo dessa ampliação é duplo: atender às metas do Plano Nacional de Educação e suprir a demanda do mercado por profissionais qualificados.

1.3.1 Traçando a história das mulheres na rede estadual de educação profissional de Santa Catarina

Com a bússola da curiosidade, fui em busca de trilhas que revelassem a trajetória das primeiras mulheres na educação profissional da rede estadual de Santa Catarina. No entanto, o caminho se mostrou árduo. A expectativa inicial de encontrar uma vasta literatura sobre o tema, especialmente estudos de gênero, revelou-se infundada. A escassez, ou melhor, a inexistência de pesquisas sobre a participação feminina na educação profissional em nosso estado evidenciou páginas em branco da história da mulher (discente) catarinense na educação¹².

A busca por informações sobre as primeiras mulheres na educação profissional mostrou-se desafiadora. Apesar de ter consultado a Coordenadoria da

¹² Não localizamos dados, pesquisas, livros ou artigos sobre quem foram e como foi a inserção das primeiras mulheres na educação básica no papel de aluna.

Educação Profissional da rede estadual e os arquivos da Universidade do Estado de Santa Catarina, não encontrei estudos específicos sobre o tema. A ausência desses registros demonstra a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre a história da educação profissional em Santa Catarina, com foco na participação feminina. A própria Coordenação da Educação Profissional manifestou interesse em resgatar essa história, evidenciando a relevância do tema. Os únicos registros encontrados se limitavam aos cursos de magistério, não fornecendo informações detalhadas sobre a participação feminina na educação profissional.

Diante das dificuldades encontradas, compreendi que a história das mulheres na educação enquanto alunas catarinenses constitui um tema de grande relevância e complexidade, merecedor de pesquisas mais aprofundadas, como um mestrado ou doutorado. Embora as limitações deste estudo não permitam uma análise exaustiva, espero que este trabalho sirva como ponto de partida para futuras investigações, abrindo caminho para que outros pesquisadores possam aprofundar essa temática.

Com a esperança de encontrar novas pistas, dirigi-me ao Arquivo Público do Estado e ao Museu da Escola Catarinense. Nesse último, ao retornar ao prédio onde cursei Pedagogia e que abrigou a primeira Escola Normal Catarinense, revivi memórias e encontrei um ambiente propício para a pesquisa. A equipe do museu, compreendendo a importância do meu trabalho, me auxiliou na busca por informações.

As fotografias preservadas da Academia de Comércio constituem um valioso documento histórico, revelando a evolução da composição das turmas ao longo dos anos. A análise dessas imagens¹³ demonstra que enquanto nas primeiras décadas do século XX as mulheres eram uma raridade em alguns cursos, como de Contabilidade, a situação se modificou substancialmente nas últimas décadas, como pude constatar pessoalmente ao cursar Ciências Contábeis no início do século XXI.

A pesquisa foi finalizada com a busca por documentos digitais na SED/SC, no setor de documentação escolar. Desde 2019, a Secretaria vem digitalizando o acervo escolar, sendo: documentos históricos, diários de classe, documentação de

¹³ Não irei inseri-las nesta pesquisa, pois não consegui autorização.

alunos e professores. No entanto, o processo ainda está em andamento e nem todas as escolas enviaram seus documentos completos. A servidora responsável informou que muitas escolas guardam um rico acervo histórico, mas o acesso a esses documentos exige visitas *in loco*. Atuando como servidora da SED, tive acesso exclusivo ao Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), possibilitando a análise dos diários de classe e, conseqüentemente, o início do estudo.

A inserção das mulheres na educação profissional de Santa Catarina, assim como em outras áreas, é marcada por uma trajetória de lutas e conquistas. Inicialmente, os espaços profissionais eram predominantemente masculinos e a educação técnica era vista como um caminho mais adequado para os homens. No entanto, ao longo dos anos, as mulheres foram conquistando seu espaço e se tornando protagonistas nesse cenário.

A história da educação profissional em Santa Catarina está intrinsecamente ligada à construção de papéis de gênero. Cursos como mecânica, marcenaria, metalurgia e agricultura eram destinados predominantemente aos homens, enquanto as mulheres eram direcionadas para atividades consideradas tradicionalmente femininas, como costura, culinária e, posteriormente, o magistério. A Escola Normal Catarinense, fundada em 1890, foi um marco na formação de professoras no estado, moldando gerações de mulheres para a docência.

A pesquisa nos registros da SED identificou três Escolas Profissionais Femininas: a de Florianópolis, a Madre Fabiana (em Capinzal) e a Ivone Pereira de Mendonça. A partir desses dados, foi possível localizar um estudo realizado por graduandas de Moda da UDESC que aprofundou a análise dessas instituições.

As Escolas Profissionais Femininas funcionaram em Santa Catarina entre 1935 e 2000, com o objetivo de oferecer formação profissional às mulheres. Impulsionadas pelo discurso de modernização, essas escolas foram criadas para formar mulheres com habilidades técnicas, preparando-as para o mercado de trabalho. A Lei n.º 235/1948, em Santa Catarina, definia que essa formação deveria proporcionar uma compreensão mais ampla das diferentes profissões. No entanto, a proposta inicial de profissionalização feminina muitas vezes se coadunava com o modelo de mulher da época, limitando as opções profissionais e reforçando papéis

tradicionais, como esposa e mãe. Ao longo das décadas, a legislação que regulamentava as Escolas Profissionais Femininas passou por mudanças.

A legislação que criou as Escolas Profissionais Femininas, embora buscasse oferecer uma formação profissional, contribuiu para a manutenção de um modelo feminino restrito aos cuidados domésticos. A oferta de cursos como bordado, culinária e puericultura refletia a visão da época sobre o papel da mulher na sociedade. Eram ainda ofertados: Tapeçaria, Pintura, Corte e Costura, Tricô e Crochê, Ornamentação do Lar, Datilografia, Serviços, Educação para o vestuário, Educação Alimentar e Secretariado. Os registros indicam que o Estado criou 32 Escolas Profissionais Femininas, que funcionaram até os anos 2000. Embora os cursos fossem predominantemente voltados para mulheres, a análise das três escolas até os anos 1980 revelou a presença de homens em alguns cursos noturnos, como datilografia e secretariado.

Logo, de maneira paradoxal, a lei reforçou a condição do feminino ligado ao lar e dependente de suas funções de mãe, esposa e servidora da casa, mesmo quando ofereceu uma “escola profissional” às jovens mulheres.

Segundo Grigorazzi e Santana (2023), com a expansão da industrialização em algumas regiões do estado, como nos polos têxteis, principalmente na região do Vale do Itajaí, cursos como Corte e Confecções, Bordados e Rendas e Chapéus ofereciam uma formação que auxiliava a inserção da mulher no mercado de trabalho como autônomas, sem, contudo, formarem mão de obra capacitada para o trabalho industrial e sem que recebessem uma titulação específica que atestasse a conclusão de seus cursos profissionalizantes.

A pesquisa realizada nas escolas profissionais da rede estadual de Santa Catarina, a partir de 1969, revelou uma ampla oferta de cursos, como Processamento de Dados, Análise Química, Edificações, Mecânica e Secretariado. Entre as décadas de 1960 e 1980, surgiram os cursos de Processamento de Dados, Análises Química, Edificações, Mecânica, Secretariado, Química, Segurança do Trabalho, Serviços Bancários, Mecânico, Estatística, Mercadologia, Contabilidade, Eletroeletrônica, Administração e Agropecuária.

Avaliando nos registros da Escola Caetano Costa, no Curso de Agropecuária entre 1969 e 1980, localizamos apenas uma aluna matriculada, os dados mostram que até hoje são escolas com maioria masculina. Um fator colocado pela

Coordenação dos Cursos profissionalizantes da SED é sobre o alojamento, que ainda é destinado somente aos meninos. Como são unidades afastadas dos centros das cidades e distantes das residências de possíveis estudantes mulheres, é necessário a algumas famílias pagarem uma pensão para suas filhas estudarem.

Ao longo do período analisado, observa-se uma distribuição desigual de homens e mulheres nos diferentes cursos. Enquanto os cursos de Administração e Secretariado sempre apresentaram maior participação feminina, os cursos de Mecânica e Eletrotécnica eram predominantemente (100%) masculinos. É interessante notar que, mesmo em cursos tradicionalmente considerados masculinos, como Edificações e Processamento de Dados, as mulheres já ocupavam uma parcela significativa das vagas, em torno de 40%. A Contabilidade, por sua vez, apresentou um aumento na participação feminina ao longo do tempo.

Esta pesquisa buscou traçar um panorama geral da participação feminina nas escolas profissionais desde sua criação. Contudo, para construir uma narrativa mais completa e detalhada, é necessário realizar um trabalho de campo mais aprofundado. Isso envolve a consulta a arquivos escolares (*in loco*), a localização de ex-alunos e a análise de documentos históricos, permitindo assim construir uma história mais rica e complexa da inserção das mulheres nesse ambiente.

1.4 ESTADO DO CONHECIMENTO

O balanço do conhecimento, como define Ferreira (2002), é uma forma desafiadora de tomar consciência sobre o que já foi produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, além de conduzir para um número considerável de pesquisas realizadas em determinada temática e, por assim, torná-la pública à sociedade:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (Ferreira, 2002, p. 1).

Para definir os tipos de produções científicas que compõem este estudo, foi preciso realizar um levantamento prévio, chegando a um número considerável de produções dentro de três categorias, tais como: teses, dissertações e artigos. Essas produções constituem um quantitativo importante para este trabalho e vem ao encontro do que se busca, principalmente as pesquisas em nível de teses e dissertações que trazem pesquisas de campo associadas às discussões teóricas que possam trazer uma importante contribuição a esta pesquisa.

Morosini, Santos e Bittencourt (2021) compreendem Estado do Conhecimento como:

A identificação, registro, uma categorização que levem à reflexão da produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (Morosini; Santos; Bittencourt, 2021, p. 4).

As autoras ainda destacam algumas etapas metodológicas para a escrita do Estado do Conhecimento, sendo elas: 1 – identificação da temática da dissertação, da pergunta de partida e das palavras-chave ou descritores; 2 – leitura e discussão sobre a produção científica; e 3 – identificação das fontes. Desta forma, o pesquisador deverá realizar uma leitura dos textos para análise, organizar a bibliografia encontrada, catalogar as categorias e, posteriormente, compor um texto com material enumerado:

O estado do conhecimento é parte integrante da tese, contribuindo, primordialmente, na fase metodológica da ruptura de pré-conceitos (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005), que tem, entre seus itens, leituras e

exploração inerentes à revisão de literatura. Sem dúvida, a revisão de literatura engloba não só na perspectiva de paradigmas, de consolidação do arcabouço teórico sustentador das diversas posições relativas à temática, mas engloba aquilo que foi produzido como resultado de pesquisas nos níveis nacional e internacional (Morosini; Santos; Bittencourt, 2021, p. 4).

Esta pesquisa, baseada na análise da produção acadêmica publicada nos últimos 10 anos, tem como objetivo identificar os principais avanços e desafios na pesquisa sobre o tema. Através da análise de artigos científicos, teses e dissertações, almejou-se construir um panorama do Estado do Conhecimento da pesquisa na área, identificando lacunas e propondo novas perspectivas para futuras investigações.

O propósito deste capítulo foi mapear a produção científica brasileira sobre gênero, educação profissional, inserção acadêmica e censo escolar, alinhado aos objetivos desta pesquisa. Seguindo Morosini, Santos e Bittencourt (2021), a primeira etapa consistiu em definir a base de dados a ser utilizada, seguida da seleção de descritores ou palavras-chave.

Foram consultadas teses, dissertações e artigos científicos publicadas por programas de pós-graduação ou entidades científicas de ensino superior do país constantes no banco da Capes, BDTD e SciELO, o idioma selecionado foi o português, num período de 2014 a 2023, além da possibilidade de situar pesquisadores da atualidade.

1.4.1 Seleção dos descritores

Na primeira etapa da pesquisa, foram consultados os bancos de dados da Capes e BDTD para localizar teses e dissertações. A busca foi realizada utilizando os seguintes descritores:

Quadro 1 - Descritores

Descritores
Educação Profissional "AND" Gênero
Educação Profissional "AND" Mulheres
Educação Profissional "AND" Discentes
Educação Profissional "AND" Alunas
Inserção Acadêmica "AND" Educação Profissional
Educação Profissional "AND" Meninas
Gênero "AND" Inserção acadêmica
Ensino Técnico de Nível Médio "AND" Gênero
Ensino médio Integrado "AND" Gênero

Descritores
Ensino Técnico de Nível Médio "AND" Mulheres
Ensino médio Integrado "AND" Mulheres
Gênero "AND" Inserção acadêmica "AND" Educação Profissional
Educação técnica "AND" Mulheres
Educação técnica "AND" Gênero

Considerando a diversidade de termos utilizados para o mesmo tema nas pesquisas, realizamos diversas combinações de palavras-chave para garantir a exaustividade da busca.

1.4.2 Critérios para seleção de teses e dissertações

Para estabelecer as pesquisas a serem analisadas neste estudo, foram elencados alguns pontos importantes que serviram como caminhos norteadores para o processo de escolha:

Quadro 2 - Critérios estabelecidos para inclusão

Critérios de inclusão das pesquisas
Título que continha relação com as palavras-chave: Educação Profissional, Mulheres, Inserção acadêmica.
Que fossem estudos com proximidade ao objetivo geral, que é a inserção acadêmica das mulheres discentes nas diferentes áreas profissionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
Disponibilidade da pesquisa.
Pesquisas dentro da temporalidade estabelecida.
Leitura do resumo ter relação com o objetivo geral.

Quadro 3 - Critérios estabelecidos para exclusão

Critérios de exclusão das pesquisas
Pesquisas relacionadas à inserção docente na Educação Profissional.
Estudos relacionados ao tema, mas que estavam direcionados à Educação Superior.
Estudos relacionados à escolha da carreira no Ensino Médio, com foco em vestibular.

Após estabelecer os descritores e os critérios de inclusão e exclusão, a busca chegou a este resultado preliminar:

Tabela 2 - Descritores e resultados das pesquisas nos repositórios da Capes e BDTD – Teses e Dissertações

Descritores	CAPES	BDTD
Educação Profissional "AND" Gênero	81	68
Educação Profissional "AND" Mulheres	34	52
Educação Profissional "AND" Discentes	54	13
Educação Profissional "AND" Alunas	129	39
Inserção Acadêmica "AND" Educação Profissional	2	0
Educação Profissional "AND" Meninas	10	3
Gênero "AND" Inserção acadêmica	1	1
Ensino Técnico de Nível Médio "AND" Gênero	0	0
Ensino médio Integrado "AND" Gênero	14	5
Ensino Técnico de Nível Médio "AND" Mulheres	0	0
Ensino médio Integrado "AND" Mulheres	2	1
Gênero "AND" Inserção acadêmica "AND" Educação Profissional	0	0
Educação técnica "AND" Mulheres	6	14
Educação técnica "AND" Gênero	15	22

Na pesquisa na BDTD foi necessário estabelecer alguns critérios, pois as pesquisas abertas levavam a resultados não satisfatórios, com uma quantidade grande de dissertações e teses, mas sem o foco da pesquisa em sua grande maioria. Diante disso, optamos em fazer a busca avançada, realizando a pesquisa por assunto. Na pesquisa não foi utilizado o ano das pesquisas como critério de exclusão, no entanto, posteriormente, optamos por excluir pesquisas anteriores a 2014.

Localizamos uma dissertação em que a pesquisadora tem uma proposta com algumas semelhanças com a presente pesquisa: análise da situação das mulheres na Educação Profissional na Região Metropolitana de Belo Horizonte entre os anos de 2001 e 2006 com os dados do Censo Escolar. No entanto, saliento que a pesquisa data de 2009, período inclusive onde o Censo Escolar se consolidava em sua coleta no Sistema Educacenso¹⁴, que até 2007 era realizado somente com dados quantitativos através de caderno de coleta.

A próxima fase estabelecida nesta pré-seleção foi fazer uma leitura dos resumos de todas as dissertações e teses para verificar se realmente teriam alguma

¹⁴ Sistema Educacenso é o programa do INEP de coleta de dados do Censo Escolar, de acesso online pelo site: <https://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/>. Cada unidade escolar determina um executor e o Gestor Escolar tem perfil leitor para acompanhar a coleta.

correlação com a pesquisa pretendida. Observou-se que o maior foco de pesquisa neste campo está concentrado na mulher docente da Educação Profissional. Diante disso, procuramos manter o caminho desta pesquisa, que é o olhar sobre a discente. Ainda, muitas dissertações/teses eram comuns nos dois repositórios pesquisados, desta forma, reduzindo o universo de pesquisa sobre a temática.

Conforme Morosini, Santos e Bittencourt (2021), o Estado do Conhecimento segue algumas etapas: bibliografia anotada, bibliografia sistematizada, bibliografia categorizada e bibliografia propositiva.

A bibliografia anotada será a primeira etapa para a escolha das dissertações, teses e artigos selecionados, consistindo em dados como ano da publicação, nome do autor, título e o resumo na íntegra. A leitura dos resumos será um fator importante para selecionar o estudo. Completando a etapa inicial, seguimos para o segundo passo da bibliografia sistematizada, onde iremos procurar conhecer um pouco mais da obra pré-selecionada, como ano, autor, título, nível, objetivos, metodologia e resultados. Sobre a bibliografia categorizada, para as autoras, “o objetivo principal dessas etapas é realizar o que podemos chamar de ‘agrupamento’ das produções por temáticas”. Na bibliografia propositiva, última etapa dessa análise, há o condensamento dos resultados encontrados em cada categoria e a proposição de estudos emergentes associados à temática desse Estado do Conhecimento (Morosini, 2015).

As construções dessas etapas são necessárias para que tenhamos um resultado na pesquisa com elementos eficazes, utilizando critérios já estabelecidos e comprovados cientificamente.

Na busca por pesquisas que pudessem subsidiar este estudo, foram selecionadas 13 dissertações e teses. Constata-se uma lacuna de estudos nas redes estaduais de todo o país, apesar de os estados também oferecerem um quantitativo considerável de educação profissional. Nessa perspectiva, também não localizamos estudos da história da educação profissional no estado de Santa Catarina e como esse se constituiu.

Quadro 4 - Descrição dos trabalhos selecionados na BDTD e na Capes – Dissertações e Teses

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	UNIVERSIDADE	NÍVEL
1	2018	Aline Adams	Juventude feminina e a divisão sexual do trabalho no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFFAR - campus São Borja	Universidade Federal de Santa Maria	Dissertação
2	2015	Andreia de Almeida	Educação Profissional e relações de gênero: razões de escolha e a discriminação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP	Dissertação
3	2018	Eliane Isabel Belani	Relações de gênero em um centro Estadual de Educação profissional: o mesmo espaço, lugares de estranhamento	Universidade Federal da Fronteira Sul	Dissertação
4	2020	Erika Giacometti Rocha Beribili	Análise da influência dos estereótipos sexistas em adolescentes mulheres na escolha da carreira ou profissão em ciência e tecnologia	Universidade de Federal de São de Carlos	Tese
5	2017	Fernanda Greschechen	Educação, trabalho e mulheres: a inserção feminina em cursos da Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus Joinville	Universidade da Região de Joinville	Dissertação
6	2020	Karen da Silva Figueiredo Medeiros Ribeiro	Gênero, Tecnologia e Formação: o desenvolvimento da carreira das estudantes do ensino médio integrado a informática	Universidade Federal de Mato Grosso	Tese
7	2022	Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio	A verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Corumbá	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Dissertação
8	2023	Letícia Mossate Jobim	Narrativas de mulheres sobre o processo de feminilização na educação profissional e tecnológica: avanços e permanências nas relações de gênero em uma perspectiva interseccional	Universidade Federal de Pelotas	Tese
9	2020	Livia Daiane Gomes	Lugar das mulheres na Educação Profissional e tecnológica no Brasil: um estudo sobre relações patriarcais de gênero no IFRN - campus Natal Central	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Tese
10	2023	Rosângela Maria Pinheiro dos Santos Fernandes	Meninas na Educação Profissional e Tecnológica: lutas e desafios (vivenciados) da	Instituto Federal de Mato Grosso	Dissertação

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	UNIVERSIDADE	NÍVEL
			formação ao mundo do trabalho em documentário		
11	2017	Tânia Gracieli Veja Incerti	Brincadeiras persistentes, desigualdades de gênero presentes: relações de gênero na educação profissional, uma análise a partir da percepção de estudantes do IFPR - campus Curitiba	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Dissertação
12	2023	Telma Amélia de Souza Pereira	A inclusão no mundo do trabalho das mulheres Técnicas em Eletromecânicas egressas do IFS - campus Lagarto	Universidade Federal de Sergipe	Tese
13	2021	Silvana Camargo de Castro	A Participação feminina no ensino médio integrado/; desafios e perspectivas das meninas na área de exatas no IFSP – Campus Bragança Paulista	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Poço de Caldas	Dissertação

A análise permitiu notar que muitos estudos não se relacionavam à questão da presença das alunas na educação profissional, mas à questão da docente mulher neste universo da educação profissional que também remete a um caminho ocupado por homens em muitas áreas de formação.

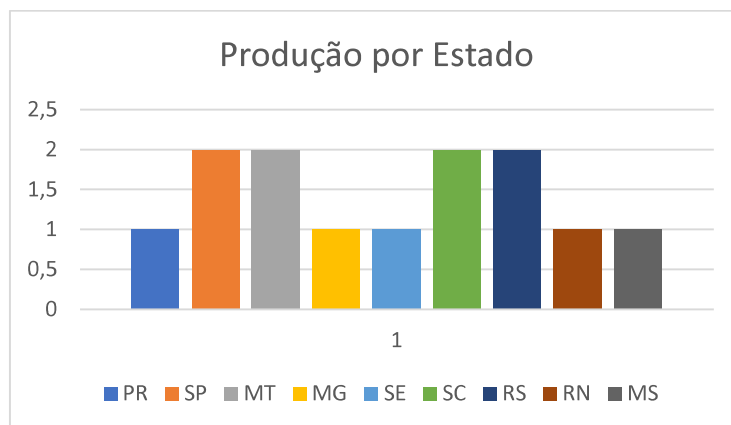
Neste universo de estudos apresentados pelas plataformas, podemos constatar que todas as pesquisas relacionadas ao tema estão associadas às pesquisadoras mulheres, assim como nas primeiras buscas onde não estabelecemos ano, nas quais poucas pesquisas foram encontradas com a temática, o que nos remete que as pesquisas se intensificaram principalmente após 2020.

Dentro do período de busca estabelecida nesta pesquisa, encontramos uma no ano de 2014, uma pesquisa de 2015, em 2017 localizamos duas pesquisas, duas em 2018, em 2021 e 2022 uma pesquisa foi relacionada e nos anos de 2020 e 2023 foram três pesquisas, apontando uma crescente de pesquisas durante a pandemia de Covid-19.

Avaliando a questão geográfica de publicações selecionadas, a região Sul apresentou cinco pesquisas, sendo duas construídas em Santa Catarina, a região teve uma maior participação na discussão da temática pretendida. A Região Nordeste apresentou duas pesquisas e na Região Sudeste três pesquisas se fazem presentes, com destaque ao estado de São Paulo, onde foram selecionados dois

estudos. O Centro-Oeste teve três pesquisas selecionadas. E a Região Norte do país não teve nenhuma pesquisa na área.

Gráfico 1 - Número de instituições superiores com pesquisa na temática por estado do brasileiro

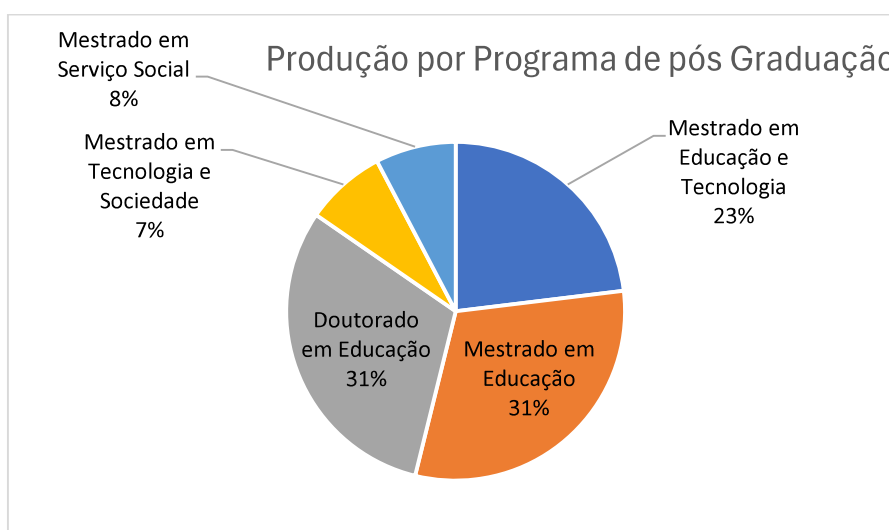


Fonte: Elaboração realizada pela autora.

Os Institutos Federais e Centros de Educação Tecnologia, apesar de ofertarem formações de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, apresentaram três pesquisas válidas para a temática pretendida, sendo as demais dez pesquisas relacionadas a instituições superiores sem vínculo com a Educação Profissional.

Ao avaliar o programa de pós-graduação, três pesquisas estão na área de Educação e Tecnologia, e as demais dez pesquisas se dividem nos mais diversos programas de pós-graduação: quatro de programas de Doutorado em Educação, quatro em Mestrado em Educação, uma em Tecnologia e Sociedade e ainda uma pesquisa em Serviço Social.

Gráfico 2 - Número por programa de pós-graduação - Teses e Dissertações



Fonte: Elaboração realizada pela autora.

Foram encontradas diversas pesquisas que abordavam a questão da mulher na Educação Profissional no contexto do Programa Mulheres Mil, cujo objetivo é integrar educação e trabalho para mulheres em situação de vulnerabilidade. Esses estudos foram descartados para a finalidade desta pesquisa, assim como outras dissertações e teses que focavam na análise de outros programas e projetos específicos voltados para a formação feminina na educação profissional e sua inserção no mercado de trabalho.

Parte das teses e dissertações tinham como foco a inserção da docente mulher na educação profissional, como a discussão da trajetória da mulher docente, não seguindo o caminho para esta pesquisa, todas as pesquisas relacionadas foram descartadas. Partimos do princípio de trazer para este estudo aquelas que mais se aproximassem do objetivo principal de nossa pesquisa.

Na próxima etapa, a qual podemos nos referir como bibliografia sistematizada, a análise dos objetivos é um elemento importante para a escolha, assim como a metodologia. Todos esses elementos foram coletados em cada pesquisa, e para uma melhor compreensão estão descritos a seguir:

Quadro 5 - Dissertações e Teses selecionadas e seus objetivos

Nº	ANO	AUTOR	OBJETIVOS	METODOLOGIA
1	2018	Aline Adams	Analisar quais as relações que se estabelecem entre as jovens estudantes do Curso Técnico em informática integrado ao em IFFAR campus São Borja em razão da divisão sexual do trabalho.	Metodologia qualitativa e a abordagem é um estudo de caso.
2	2015	Andreia de Almeida	Compreender como acontece a escolha profissional de alunos e alunas, examina também as diferenças e semelhanças entre homens e mulher na busca de formação profissional, analisando ainda a existência ou não discriminação sofrida ou praticada por homens e mulheres curso técnico majoritariamente masculino.	Pesquisa qualitativa e quantitativa.
3	2018	Eliane Isabel Belani	Procurar desvelar como os alunos e as alunas do Centro Estadual de Educação Profissional Sudoeste do Paraná - (CEEP) - Colégio Agrícola, percebem as questões referentes às suas relações de gênero no convívio em seu contexto escolar.	Pesquisa qualitativa.
4	2020	Erika Giacometti Rocha Beribili	Apontar como estereótipos sexistas influenciam escolhas de carreira de mulheres, considerando a Ciência e Tecnologia.	Abordagem qualitativa/ quantitativa, transversal e teve como instrumento de dados um

Nº	ANO	AUTOR	OBJETIVOS	METODOLOGIA
				questionário com perguntas sociodemográficas e escalas.
5	2017	Fernanda Greschechen	Compreender as implicações de gênero na construção da profissionalização de mulheres em cursos técnicos de nível médio em Eletroeletrônica e Mecânica.	Abordagem qualitativa.
6	2020	Karen da Silva Figueiredo Medeiros Ribeiro	O objetivo geral desta tese é compreender como o processo de desenvolvimento da carreira de estudantes de gênero feminino do Ensino Médio integrado à Educação Profissional em Informática é percebido e o que influencia este processo para que elas almejem pela continuidade da sua formação na área em um curso de Ensino Superior em Computação.	Abordagem qualitativa exploratória.
7	2022	Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio	Verificar quantas mulheres já verticalizaram, ou seja, já concluíram o curso de nível médio e estão frequentando ou já concluíram o curso de graduação na mesma área do conhecimento.	Pesquisa é considerada exploratória. A metodologia utilizada baseia-se em duas técnicas investigativas: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.
8	2023	Letícia Mossate Jobim	Identificar as transformações que ocorreram com o ingresso de meninas nessa instituição e com a implantação do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS).	Caracteriza-se por ser qualitativa e utiliza o método biográfico e História Oral temática, com entrevistas narrativas realizadas com estudantes egressas de duas gerações.
9	2020	Livia Daiane Gomes	Refletir, com embasamento histórico, como o modelo educacional atual e as políticas governamentais tratam a questão da educação voltada à diversidade e a equidade dos sujeitos.	Abordagem qualitativa, utilizou-se do método materialista histórico-dialético.
10	2023	Rosângela Maria Pinheiro dos Santos Fernandes	Investigar os desafios enfrentados por estudantes femininas dos cursos técnicos em Automação Industrial e Eletromecânica com relação ao ser mulher na área técnica, no sentido de trazer à tona um olhar sobre a formação e o exercício da profissão nessas áreas, em especial nos cursos ofertados no Campus Avançado Sinop.	Pesquisa aplicada, cuja culminância foi o desenvolvimento de um Produto Educacional (PE) à abordagem, é uma pesquisa qualitativa para a qual se utilizou da técnica

Nº	ANO	AUTOR	OBJETIVOS	METODOLOGIA
				de análise de conteúdo.
11	2017	Tânia Gracieli Veja Incerti	Compreender como se dão as relações de gênero na educação profissional, tendo por base a realidade educacional do Instituto Federal do Paraná – IFPR.	Abordagem qualitativa como referência.
12	2023	Telma Amélia de Souza Pereira	Analisar as experiências das mulheres egressas do curso técnico de Ensino Médio Integrado em Eletromecânica do Campus Lagarto do Instituto Federal de Sergipe, visibilizando dificuldades e avanços nas relações de gênero na formação profissional e no mundo do trabalho.	Caráter qualitativo, do tipo 'estudo de caso'.
13	2021	Silvana Camargo de Castro	O objetivo desta pesquisa foi analisar os desafios e dificuldades das estudantes do sexo feminino em termos de relações de gênero, tais como preconceitos e/ou estereótipos, tanto no êxito acadêmico, como na futura profissionalização e propor um produto educacional que possa contribuir na mitigação de tais questões.	Metodologia de abordagem qualitativa.

Analisando o Quadro 4, quanto à abordagem metodológica temos pesquisas em sua maioria de caráter qualitativo, estudos de caso, com aplicações de questionários ou conversas orais com alunos e docentes. Pesquisas com abordagem metodológica qualitativa e quantitativa foram duas relacionadas. A pesquisa de Andreia Almeida (2015) aplicou questionários para 25 estudantes entre meninas e meninos, na qual pretendia avaliar a justificativa para a escolha profissional, as expectativas do sucesso profissional e uma segunda hipótese era sobre certas carreiras serem dominadas por homens e como os alunos se manifestam em relação a isso. No estudo de Ekika Berribili (2020), a pesquisadora aplica um questionário para medir o sexismo (escala G) entre adolescentes na hora de escolher uma carreira ou profissão na Ciência e Tecnologia. Nenhuma das pesquisas quali/quantitativas trabalhou com dados do Censo Escolar, como se propõe esta pesquisa.

Dando continuidade a essa análise de cada pesquisa, fez-se o agrupamento por categoria, o que podemos classificar como bibliografia categorizada. Para chegarmos a esse fim, foram analisados os objetivos de cada estudo e as palavras-chave, onde conseguimos categorizar os trabalhos em três grupos:

- Categoria A: gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional;

- Categoria B: gênero e inserção acadêmica em cursos da área de Exatas;
- Categoria C: gênero e inserção acadêmica em cursos da área da Agropecuária.

Quadro 6 - Bibliografia categorizada – Categoria A: discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional

Nº	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	CATEGORIA
1	Análise da influência dos estereótipos sexistas em adolescentes mulheres na escolha da carreira ou profissão em ciência e tecnologia	Profissão de Mulher. estereótipos sexistas, mulheres, adolescentes, ciência e tecnologia, trabalho.	Categoria A - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional
2	Lugar das mulheres na Educação Profissional e tecnológica no Brasil: um estudo sobre relações patriarcais de gênero no IFRN - campus Natal Central	Educação Profissional e Gênero. Patriarcado. Mulheres. Educação. Divisão sexual do trabalho. IFRN.	Categoria A - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional
3	Brincadeiras persistentes, desigualdades de gênero presentes: relações de gênero na educação profissional, uma análise a partir da percepção de estudantes do IFPR - campus Curitiba	Educação e Gênero. Relações de Gênero. Educação Profissional. IFPR.	Categoria A - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional

Nesse primeiro grupo classificamos a categoria onde as autoras discutem a questão de gênero na educação profissional, em destaque à questão da mulher nesta busca pela qualificação profissional, como foi seu processo de inserção no curso, suas percepções em relação à instituição e futuro profissional.

Na segunda categoria elencamos as discussões da inserção acadêmica da mulher em cursos das áreas das exatas, carreiras tradicionalmente e culturalmente “masculinas”. São estudos com foco em determinadas carreiras e a inserção das mulheres nessas áreas.

Quadro 7 - Bibliografia categorizada – Categoria B - discussões de gênero na inserção acadêmica em cursos da área de Exatas

Nº	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	CATEGORIA
1	Juventude feminina e a divisão sexual do trabalho no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFFAR - campus São Borja	Educação e Gênero. Juventude Feminina; Ensino Médio Integrado à Educação Profissional; Divisão Sexual do Trabalho.	Categoria B - Discussões de gênero na inserção acadêmica em cursos da área de Exatas
2	Educação Profissional e relações de gênero: razões de escolha e a discriminação	Educação profissional " AND" Gênero educação e profissionalização; ensino técnico; juventude; teoria crítica da sociedade.	Categoria B - Discussões de gênero na inserção acadêmica em cursos da área de Exatas
3	Gênero, Tecnologia e Formação: o desenvolvimento da carreira das estudantes do ensino médio integrado a informática	Educação e Gênero. Desenvolvimento da Carreira, Ensino Médio, Educação Profissional, Gênero e Tecnologias.	Categoria B - Discussões de gênero na inserção acadêmica em cursos da área de Exatas
4	A verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Corumbá	Educação Profissional e Gênero. Verticalização de Mulheres. Divisão Sexual do Trabalho. Relações de gênero. Escolha Profissional.	Categoria B - Discussões de gênero na inserção acadêmica em cursos da área de Exatas
5	Meninas na Educação Profissional e Tecnológica: lutas e desafios (vivenciados) da formação ao mundo do trabalho em documentário	Educação profissional " AND" Gênero e Educação. Trabalho. Ciência e tecnologia. EPT.	Categoria B - Discussões de gênero na inserção acadêmica em cursos da área de Exatas
6	A Participação feminina no ensino médio integrado: desafios e perspectivas das meninas na área de exatas no IFSP- Campus Bragança Paulista	Meninas nas ciências exatas, Educação profissional e tecnológica, Rede Federal, Igualdade de gênero.	Categoria B - Discussões de gênero na inserção acadêmica em cursos da área de Exatas
7	Educação, trabalho e mulheres: inserção acadêmica em cursos de Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campis Joinville	Mulheres, gênero, feminismo, divisão sexual do trabalho, educação profissional.	Categoria B - Discussões de gênero na inserção acadêmica em cursos da área de Exatas
8	A inclusão no mundo do trabalho das mulheres Técnicas em Eletromecânicas egressas do IFS - campus Lagarto	Educação Profissional "AND" meninas. Gênero. Divisão sexual do trabalho. Educação Profissional. Mulheres.	Categoria B - Discussões de gênero na inserção acadêmica em cursos da área de Exatas

E a terceira categoria estabelecida trata-se das pesquisas da área da Agropecuária. A inserção da mulher nessa área de formação na Educação Profissional.

Quadro 8 - Bibliografia categorizada – Categoria C: discussões de gênero na inserção acadêmica em cursos da área da Agropecuária

Nº	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	CATEGORIA
1	Relações de gênero em um centro Estadual de Educação profissional: o mesmo espaço, lugares de estranhamento	Educação Profissional e Gênero. Educação profissional agrícola. Feminilidade. Masculinidade.	Categoria C - Discussões de gênero na inserção profissional em cursos da área da Agropecuária
2	Narrativas de mulheres sobre o processo de feminilização na educação profissional e tecnológica: avanços e permanências nas relações de gênero em uma perspectiva interseccional	Educação profissional " AND" Gênero Educação Profissional e Tecnológica. Relações de gênero. Feminilização. Divisão sexual do trabalho. Interseccionalidade.	Categoria C - Discussões de gênero na inserção profissional em cursos da área da Agropecuária

As três categorias compreendem e se assemelham no que tange a questão de gênero, neste caso, em específico a mulher e a escolha na educação profissional. As categorias se subdividem quando tendem a debates com a análise de um curso ou mais em específico, como acontece nas Categorias B e C. Todas as pesquisas se mostraram pertinentes aos objetivos deste estudo.

Realizamos a busca por artigos nas plataformas da Capes e SciELO seguindo os critérios de inclusão e exclusão já citados, além das palavras-chave utilizadas nas pesquisas das teses e dissertações, levando em consideração o período entre 2014 e 2023, em língua portuguesa e o tipo de literatura “Artigos”. Na plataforma da Capes foi utilizado entre as palavras “AND” para uma busca envolvendo somente os termos de interesse. Na plataforma da SciELO, por não ter números elevados na busca avançada, optou-se por uma busca aberta utilizando os descritores como apresentado na tabela:

Tabela 3 - Descrição de Artigos encontrados na SciELO e na Capes

Descritores	Capes	SciELO
Educação Profissional e Gênero	705	89
Educação Profissional e Mulheres	836	88
Educação Profissional e Discentes mulheres	44	82
Educação Profissional e Alunas	40	5
Inserção Acadêmica e Educação Profissional	145	15
Educação Profissional e Meninas	54	1
Gênero e Inserção acadêmica	49	3
Ensino Técnico de Nível Médio e Gênero	26	1
Ensino médio Integrado e Gênero	80	0

Descritores	Capes	SciELO
Ensino Técnico de Nível Médio e Mulheres	05	0
Ensino médio Integrado e Mulheres	20	0
Gênero e Inserção acadêmica e Educação Profissional	06	0
Educação técnica e Mulheres	398	38
Educação técnica e Gênero	343	33

Após a pesquisa realizada, foi necessário a leitura dos resumos para encontrarmos artigos que estivessem em afinidade com o tema pesquisado. Os valores apresentados nas pesquisas foram superiores nas buscas pelas teses e dissertações. No entanto, na seleção de artigos válidos para a pesquisa, o número de selecionados de acordo com os critérios estipulados reduziu notavelmente, pois não tinha relação com o tema pesquisado. Segue:

Tabela 4 - Descrição de Artigos de acordo com a temática na SciELO e na Capes

Descritores	CAPES	SciELO
Educação Profissional e Gênero	8	2
Educação Profissional e Mulheres	6	2
Educação Profissional e Discentes mulheres	0	0
Educação Profissional e Alunas	0	0
Inserção Acadêmica e Educação Profissional	0	0
Educação Profissional e Meninas	2	0
Gênero e Inserção acadêmica	0	0
Ensino Técnico de Nível Médio e Gênero	1	0
Ensino médio Integrado e Gênero	0	0
Ensino Técnico de Nível Médio e Mulheres	3	0
Ensino médio Integrado e Mulheres	2	0
Gênero e Inserção acadêmica e Educação Profissional	1	0
Educação técnica e Mulheres	4	0
Educação técnica e Gênero	0	2

Pensando na delimitação desta pesquisa, chegamos a um novo número de 11 artigos a serem utilizados como fonte de conhecimento para esta pesquisa. Ressalta-se que alguns artigos se repetiram nas buscas ao mudar os descritores, assim como alguns se tratavam da mesma pesquisa já selecionada no formato de tese ou dissertação. Seguindo as etapas estabelecidas por Morosini, Santos e Bittencourt (2021), o primeiro passo é relacionar as produções na bibliografia anotada.

Tabela 5 - Descrição dos trabalhos selecionados na SciELO e na Capes – Artigos Científicos

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
1	2017	Liliane Bordignon	A permanência das desigualdades de sexo na formação de Técnicos de Nível Médio no Brasil	Técnico, divisão sexual do trabalho, educação, technical training, gender division of labor e education.
2	2020	Jorge Luiz de Gomes Pereira e Fátima Cruz Souza	Formação de Técnico em Agropecuária no Brasil e na Espanha: Projetos de vida da juventude rural	Juventude Rural, formação técnica em agropecuária, projeto de vida, gênero.
3	2020	Elza Ferreira Santos, Ieda Fraga Santos e Amaro Arlindo Amorim Melo Nery	Relações de Gênero e Educação Profissional: a presença das mulheres	Educação Profissional. Gênero. Divisão Sexual do Trabalho.
4	2017	Sabrina Fernandes Pereira Lopes, Raquel Quirino	Relações de Gênero e Sexismo na Educação Profissional e Tecnológica	Relações de gênero; Sexismo; Educação profissional e tecnológica.
5	2022	Evelyn Rueb Lacerda de Araújo, Júlio Cezar Pinheiro de Oliveira	Educação Profissional e Tecnológica sob uma perspectiva de Gênero: uma breve retrospectiva da trajetória da educação feminina no Brasil	Educação Profissional e Tecnológica. Políticas Educacionais. Gênero. Desigualdade de Gênero.
6	2014	Elza Ferreira Santos	Educação Profissional e mercado de trabalho: uma investigação a partir das/dos jovens do IFS	Mercado de trabalho; Educação profissional; Gênero.
7	2023	Ana Cristina Santos Costa, Avelino Aldo de Lima Neto, Larissa Maia de Souza	O silêncio das desigualdades: Gênero e Formação Humana Integral no Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire/RN	Gênero. Educação Profissional. Silenciamento. Desigualdades. Análise documental.
8	2021	Thamiris Stephane Zangeski Novais Paiva, Juliana Saragiotto Silva	A Participação Feminina nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da Educação Profissional e Tecnológica	Estudo de gênero; meninas; Ciência e Tecnologia.
9	2021	Caíque Diogo de Oliveira, Maria Carla Corrochano	Jovens estudantes do ensino médio integrado	Juventude, Educação profissional, Gênero, Projetos de futuro.
10	2018	Fernanda Greschechen, Elizabete Tamanini	As escolhas profissionais femininas em cursos técnicos de nível médio/Women's occupational choices in technical courses at high school	Educação Profissional, Trabalho, Divisão Sexual do Trabalho, Escolhas Profissionais.
11	2021	Gisiê Balsamo, Catiane Mazocco Paniz	Um olhar sobre a inclusão das mulheres no curso de Agropecuária: um estudo específico em um Campus do Instituto Federal Farroupilha	Agropecuária. Mulheres. Preconceito.

A Tabela 6 foi elaborada com os títulos dos trabalhos analisados, ano de publicação e palavras-chave presentes nos artigos encontrados. Foram selecionados 11 trabalhos sobre a temática. Um destaque para o ano de 2021, com três publicações. Entre 2014 e 2016, somente 2014 teve a publicação de Elza Ferreira Santos (2014), com direção à educação profissional, mercado de trabalho e gênero. A autora teve a publicação de sua dissertação em 2013, com tema na mesma linha, mas pelos critérios de temporalidade foi excluído deste estudo. A mesma autora tem um segundo artigo publicado em 2020 com parceria de Elza Ferreira Santos, Ieda Fraga Santos e Amaro Arlindo Amorim Melo Nery (2020).

No comparativo de publicações de teses e dissertações no período de 2014 a 2016, também foram constatadas poucas pesquisas na área, crescendo a partir de 2017. Alguns autores de pesquisas em nível de dissertação e teses se mostraram presentes nas publicações de artigos, como Tânia Gracieli Vega Incerti (2017), que teve a conclusão de seu mestrado em 2017 e entre os anos de 2019 e 2021 teve três artigos publicados sobre a temática, no entanto, os artigos não foram selecionados para a pesquisa pois se tratavam de adaptações de sua dissertação, já incluída nesta busca. No ano de 2023 apenas uma pesquisa foi localizada.

No aspecto da regionalidade dos artigos listados acima, não relacionamos por região, pois muitas produções englobam mais de um autor, muitos artigos sendo representados por autores de diferentes partes do país, o que dificultava agrupar. No entanto, saliento que os artigos estavam com representações de todas as regiões do país, inclusive do Norte do país, que não tinha representações de estudos entre dissertações e teses, oportunizando uma leitura ampla territorial, com vários olhares sobre o objeto pesquisado.

Após a seleção prévia dos artigos que serão analisados e discutidos neste estudo, o terceiro e quarto passo foi analisar os objetivos, e, por último, categorizar todos os estudos selecionados seguindo o mesmo critério estabelecido na pesquisa de teses e dissertações. Em relação à abordagem metodológica, optou-se por não apresentar nesta análise, pois nem todas as publicações apresentavam sua metodologia.

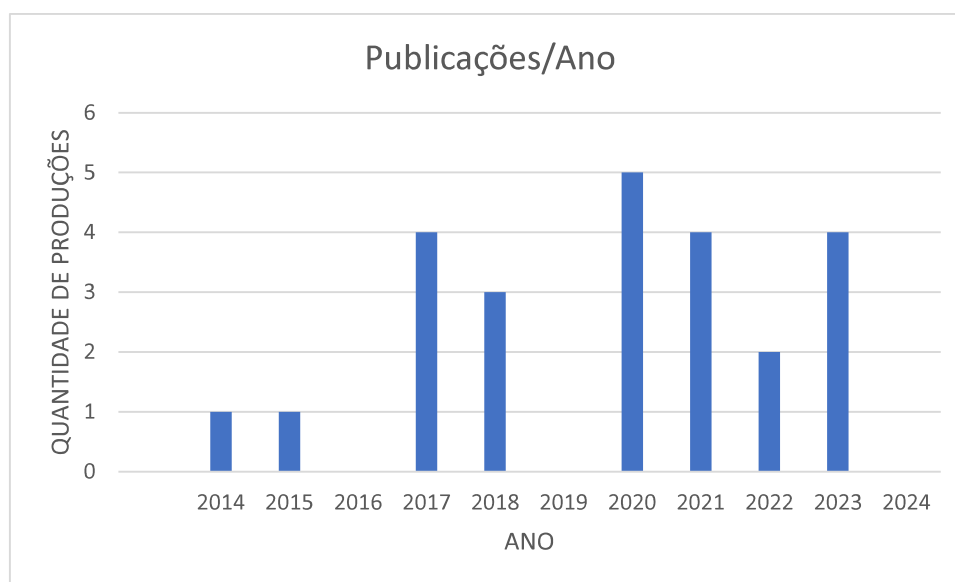
Tabela 6 - Artigos – Categorização

Nº	TÍTULO	OBJETIVOS	CATEGORIA
1	A permanência das desigualdades de sexo na formação de Técnicos de Nível Médio no Brasil	Analisa a participação de mulheres em cursos técnicos de nível médio no Brasil a partir de estatísticas educacionais extraídas do Censo Escolar MEC/INEP (2011-2013).	Categoria A - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional.
2	Formação de Técnico em Agropecuária no Brasil e na Espanha: Projetos de vida da juventude rural	Discute a articulação entre gênero, educação técnico-profissional em Agropecuária e projetos de vida de moças e rapazes rurais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do norte do Brasil e dos Centros de Formação Agrária do norte da Espanha.	Categoria C - Discussões de gênero na inserção profissional em cursos da área da Agropecuária.
3	Relações de gênero e Educação profissional: a presença das mulheres	Abordar as relações de gênero na educação profissional e tecnológica.	Categoria A - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional.
4	Relações de gênero e sexismo na educação profissional e tecnológica	Analisar as escolhas realizadas por alunas por um determinado curso técnico em detrimento de outros.	Categoria A - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional.
5	Educação Profissional e Tecnológica sob uma perspectiva de Gênero: uma breve retrospectiva de trajetória da educação feminina no Brasil	Se comprometer com a ampliação das discussões sobre gênero na Educação Profissional a partir de uma revisão bibliográfica sobre a educação feminina nos diferentes períodos da história do Brasil.	Categoria A - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional.
6	Educação profissional e mercado de trabalho: uma investigação a partir das/dos jovens do IFS	Tratar as expectativas que jovens estudantes brasileiros têm em relação ao mercado de trabalho.	Categoria A - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional
7	O silêncio das desigualdades: Gênero e Formação Humana Integral no Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire/RN	Analisar os lugares ocupados pelas questões de gênero e pela ideia de formação humana integral nos documentos norteadores do Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire (Cenep SJPF), situado em Natal/RN.	Categoria A - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional.
8	A Participação Feminina nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da Educação Profissional e Tecnológica	Investigar a representação feminina em alguns cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ofertados pelo Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá, Cel. Octayde Jorge da Silva, no período de 2010 a 2019.	Categoria A - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional.
9	Jovens estudantes do ensino médio integrado	Identificar as percepções de jovens estudantes do ensino médio integrado	Categoria A - Discussões gerais

Nº	TÍTULO	OBJETIVOS	CATEGORIA
		sobre o itinerário formativo profissionalizante e da base comum, bem como suas expectativas para depois desta etapa da educação básica, considerando as diferenças e desigualdades de gênero produzidas na escola.	sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional.
10	As escolhas profissionais femininas em cursos técnicos de nível médio / Women's occupational choices in technical courses at high school	Verificar as escolhas profissionais realizadas por mulheres em cursos técnicos de nível médio, procurando compreender a influência da divisão sexual do trabalho em suas escolhas.	Categoria A - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional.
11	Um olhar sobre a inclusão das mulheres no curso de Agropecuária: um estudo específico em um Campus do Instituto Federal Farroupilha	Compreender como elas vêm vivenciando esta experiência dentro de um curso considerado socialmente para homens. A análise dos dados foi realizada a partir da Análise Textual do Discurso (ATD).	Categoria C - Discussões de gênero na inserção profissional em cursos da área da Agropecuária.

Relacionando o quantitativo de produções sobre gênero e inserção acadêmica (teses, dissertações e artigos científicos) entre os anos de 2014 e 2023, temos o gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Quantitativo de Produções/Ano – 2014 a 2023



Fonte: Elaboração realizada pela autora.

Num contexto geral por ano, percebe-se que a partir de 2017 ocorreu um incremento de pesquisas na área. E apesar da pandemia da Covid-19, o ano de 2020 teve uma considerável quantidade de produções/publicações.

Agrupei um total de 24 estudos a serem discutidos entre teses, dissertações e artigos científicos, subdivididos em três categorias:

- **Categoria A** - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional: na Categoria A foram relacionadas 12 pesquisas, sendo duas teses, uma dissertação e nove artigos. Podemos observar que nesta categoria a maioria das pesquisas se encontra no nível de artigos científicos. E esta categoria detém metade dos estudos apresentados nesta pesquisa;
- **Categoria B** - Discussões de gênero na inserção acadêmica em cursos da área de Exatas: a Categoria B é composta por oito estudos, sendo seis dissertações e duas teses, nenhum artigo foi localizado dentro desta categoria;
- **Categoria C** - Discussões de gênero na inserção acadêmica em cursos da área da Agropecuária: nesta categoria foram localizadas quatro pesquisas, sendo uma tese, duas dissertações e dois artigos.

A categorização permite que no momento de analisar os estudos eles estejam inter-relacionados, facilitando a compreensão em relação aos “agrupamentos das produções por temáticas, ou seja, com os trabalhos selecionados deve ser realizado o reagrupamento das produções segundo blocos temáticos” (Morosini; Santos; Bittencourt, 2021, p. 4). Pensando na categorização, estabeleci caminhos que se assemelhavam entre as pesquisas para estabelecer a organização delas. Algumas pesquisas se apresentam como uma discussão geral do tema gênero e educação profissional a partir das percepções das(os) alunas(os) das escolas nos mais variados cursos, diante disso, ficou estabelecida uma categoria com esse grupo – Categoria A.

Um segundo agrupamento foi para temáticas onde os pesquisadores relacionam a questão de gênero à área de Exatas, associada constantemente como um setor masculino, surgindo a Categoria B. Ressaltamos que a maior parte das pesquisas estão relacionadas nessa área.

E a última categoria foram estudos relacionados aos cursos técnicos de Agropecuária, onde durante muito tempo o predomínio foi masculino, mas que tem mudado no decorrer dos tempos, e nasceu a categoria C.

Os trabalhos apresentados neste levantamento estão ajudando a compreender a inserção feminina na educação profissional. Esses trabalhos contribuíram até o momento para a compreensão histórica e social da construção da mulher discente na Educação Profissional e poderão embasar uma compreensão mais aprofundada da inserção da mulher na Educação Profissional e as questões de gênero nessa modalidade.

No capítulo a seguir, apresento a triangulação entre a análise qualitativa e as tabelas/quadros com obras por categoria dos achados mapeados no Estado do Conhecimento, estabelecendo conexões desses achados com a análise dos dados do Censo Escolar da Rede Estadual de Santa Catarina.

2 ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E LEVANTAMENTO DE DADOS DO CENSO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 Comentários gerais das pesquisas

Nesta etapa, analisamos as pesquisas selecionadas e explicitar a metodologia adotada pelos pesquisadores e seus referenciais teóricos, relatando que em muitos momentos as pesquisas não trouxeram claramente quais seriam suas referências, sendo necessária uma leitura profunda de toda obra para compreender qual caminho estava sendo traçado em seus teóricos. Assim como muitos artigos não deixaram claro sua metodologia, e para não inferir uma adequação não referenciada pelo autor, preferimos ocultar. E, por fim, apresento as conclusões dos autores e autoras.

Em termos do referencial teórico adotado nas pesquisas, muitos teóricos e teóricas se repetem em todas as categorias relacionadas, quando pensamos no conceito de gênero e nas discussões sobre o tema, o destaque é para as teóricas Scott (1995), Louro (1999, 2008, 2014), Butler (2015) e Beauvoir (1970). Na discussão da inserção acadêmica das mulheres, as teóricas mais citadas são Almeida (1998), Louro (1999, 2008), Bruschini e Amado (1988), Rosemberg (2014) e Auad (2018).

A divisão sexual do trabalho foi outro conceito recorrente pelos pesquisadores, com destaque para as teóricas Saffioti (2013), Hirata e Kergoat (2007), Hirata (1998), Federici (2017) e Birolli (2018). Constantemente, Foucault (1998) e Bourdieu (2012) são citados quando discutidas as questões relacionadas às relações de poder. Nos referenciais onde é debatida a questão de educação e educação profissional, temos como base Moura (2007) e Saviani (2003, 2007), e Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) nos levantamentos sobre a educação.

Todas as pesquisas são baseadas em estudos de campo, recorrendo a questionários para compreender a inserção feminina na Educação Técnica Integrada de Nível Médio, assim como os desafios da escolha e permanência na educação profissional, principalmente quando se trata de áreas tradicionalmente “masculinas”.

2.1.1 Perfil das estudantes: um olhar sobre as mulheres nos cursos técnicos de nível médio da rede estadual de Santa Catarina

Ao longo da pesquisa, enfrentamos o desafio de organizar e analisar um volume considerável de dados. Através da categorização e tabulação, buscamos identificar padrões e construir interpretações significativas. Este estudo contribui para a comunidade acadêmica e o público em geral ao tornar acessível um conjunto abrangente de dados anuais sobre a modalidade de ensino em questão.

O Censo Escolar, coordenado pelo INEP, é uma pesquisa declaratória de âmbito nacional que coleta dados quantitativos e qualitativos sobre os estabelecimentos escolares da educação básica anualmente, sendo estabelecida uma data referência, última quarta-feira do mês de maio. Através desse levantamento, é possível obter um retrato preciso da realidade educacional brasileira, permitindo a análise de indicadores como matrículas, evasão escolar, infraestrutura e formação dos profissionais da educação. Esses dados são essenciais para a tomada de decisões e o acompanhamento da implementação de políticas públicas educacionais (INEP, 2024).

A educação profissional é composta por inúmeros cursos baseados nos dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)/MEC. O INEP divide em 13 eixos a oferta de cursos técnicos regulamentados pelo MEC, sendo:

- Ambiente e saúde;
- Desenvolvimento educacional e social;
- Controle e processos industriais;
- Gestão e negócios;
- Turismo, hospitalidade e lazer;
- Informação e comunicação;
- Infraestrutura;
- Militar;
- Produção alimentícia;
- Produção cultural e design;
- Produção industrial;
- Recursos naturais;

- Segurança.

O Censo Escolar de 2023 mapeou 249 cursos técnicos distintos no Brasil. Em Santa Catarina, a rede estadual ofereceu mais de 30 cursos em dez áreas entre 2014 e 2023. Segue os principais cursos:

- Ambiente e saúde: Enfermagem, Estética, Análises Clínicas e Meio ambiente;
- Controle e processos industriais: Automação Industrial, Eletrotécnica e Mecânica;
- Gestão e negócios: Administração, Comércio, Contabilidade, Marketing, Recursos Naturais e Vendas;
- Infraestrutura: Edificações, Porto e Saneamento;
- Produção alimentícia: Alimentos;
- Produção industrial: Análise Químicas, Biotecnologia e Química e Vestuário;
- Recursos naturais: Agricultura, Agroecologia, Agronegócio, Agropecuária, Aquicultura e Zootecnia;
- Informação e comunicação: Informática, Manutenção de Computadores e Suporte/rede de Computadores;
- Segurança: Segurança do Trabalho;
- Turismo, hospitalidade e lazer: Hospedagem.

O objetivo nesta etapa é conhecer o público feminino matriculado na Educação Profissional Técnica de Nível Médio da rede estadual. Serão consideradas as três modalidades de oferta: integrada, concomitante e subsequente. A modalidade concomitante permite a articulação entre o ensino médio e a formação técnica em diferentes instituições de ensino. A modalidade subsequente, por sua vez, é destinada aos egressos do ensino médio que desejam complementar sua formação. É importante destacar que, em algumas situações, a rede estadual permite o ingresso antecipado na modalidade subsequente, ainda durante o último ano do ensino médio e a conclusão pode ocorrer após a sua formatura no Ensino Médio. Já na modalidade integrada, o aluno concentra seus estudos em uma única escola, combinando os conhecimentos gerais do ensino médio com a formação técnica específica, em uma proposta curricular integrada.

Os dados do Censo Escolar de 2023¹⁵ demonstram uma significativa presença feminina na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil, com as mulheres compondo mais da metade do público total. A análise por modalidade revela que, embora a participação feminina seja majoritária em todas elas, há variações: 54,38% na integrada, 60,1% na concomitante e 59,6% na subsequente. Ao analisar os dados dos anos anteriores (2014, 2015...), constatou-se que, nas etapas de ensino médio integrado, concomitante e subsequente, os percentuais de inscrição feminina superaram consistentemente 50%.

A seguir, apresentamos tabelas elaboradas a partir dos microdados do Censo Escolar da Educação Profissional Técnica de Nível Médio da rede Estadual de Santa Catarina (2014-2023), que resumem informações gerais sobre essa modalidade de ensino no estado.

Tabela 7 - Matrículas da Educação Técnica Profissional de Ensino Médio de Santa Catarina - 2014 a 2023

Ano	Total Integrado ¹⁶	% Mulheres	Total Concomitante	% Mulheres	Total Subsequente	% Mulheres	Média Anual
2014	6591	50,04	2085	27,70	4652	44	40,58
2015	4220	47,25	1235	26,64	4342	43,39	39,09
2016	4848	51,9	845	15,62	4819	45,05	37,52
2017	5261	50,64	842	16,86	5269	46,67	38,06
2018	6145	51,62	1315	26,39	5378	48,64	42,22
2019	6650	49,7	1188	28,7	3937	48,92	42,44
2020	7147	52,32	1209	21,59	4634	51,86	46,59
2021	7035	53,05	1236	22,98	2293	55,11	43,71
2022	6207	51,59	1260	31,35	3434	54,72	45,89
2023	5591	46,49	583	24,01	4005	51,64	40,71

Em comparação com a média nacional, a participação feminina na etapa concomitante da Educação Profissional de Santa Catarina apresenta um déficit significativo, permanecendo abaixo de 30% nos últimos nove anos, ou seja, menos da metade da média nacional.

Na etapa técnico concomitante, a menor participação feminina ocorreu em 2016, com apenas 15,62%. Já em 2022, houve um aumento, alcançando 31,31% de mulheres. A análise da oferta de cursos técnicos concomitantes nos últimos

¹⁵ Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjZjczODk3LWVM4YWVMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>

¹⁶ Total de alunos e alunas matriculados na modalidade.

nove anos revela uma concentração de mais de 70% das matrículas em Agropecuária, área tradicionalmente associada ao gênero masculino, no entanto, a participação masculina na área é muito superior às mulheres. Em contrapartida, cursos como Administração e Enfermagem, com menor oferta, atraem um público predominantemente feminino. Essa distribuição desigual pode ser explicada pela persistência de estereótipos de gênero que influenciam as escolhas acadêmicas das jovens.

Ao comparar as modalidades integrada e subsequente, percebemos que ambas apresentam uma participação feminina próxima à média nacional. Contudo, enquanto a educação integrada registrou uma redução no crescimento em 2023, a modalidade subsequente demonstra um crescimento constante, ultrapassando as demais etapas. Fortalecendo os desafios de gênero no subsequente, o curso com a maior quantidade de vagas ofertadas e ocupadas é enfermagem, curso tradicionalmente associado à presença feminina.

Embora o número de mulheres matriculadas em cursos profissionalizantes tenha crescido, elas continuam concentradas em áreas como Enfermagem e Administração. Essa segregação por gênero reforça desigualdades históricas e levanta a questão sobre como a raça e a cor se interseccionam com essa distribuição.

Raça e gênero são construções sociais que se entrelaçam, produzindo desigualdades profundas. No contexto brasileiro, a interseccionalidade dessas categorias, juntamente com a classe e outros marcadores, torna evidente a subordinação histórica principalmente de mulheres negras e a necessidade de políticas públicas que combatam essas desigualdades.

Tabela 8 - Percentual Médio (%) de mulheres de acordo com Cor/Raça na Educação Profissional Técnica de Ensino Médio – Integral

Ano	Amarela	Branca	Indígena	Não declarada	Parda	Preta
2014	0,08	15,61	0,03	32,36	1,56	0,39
2015	0,05	20,47	0,21	24,67	1,49	0,36
2016	0,06	34,39	0,02	14,03	2,5	0,91
2017	0,06	35,16	0,04	10,93	3,33	1,2
2018	0,07	37,88	0,03	8,43	3,74	1,46
2019	0,06	37,14	0,11	7,07	3,94	1,38
2020	0,1	38,86	0,06	6,28	4,72	1,3
2021	0,14	41,34	0,11	4,78	5,07	1,61
2022	0,16	42	0,06	2,53	5,17	1,66
2023	0,14	38,56	0,09	1,5	4,95	1,23

Tabela 9 - Percentual Médio (%) de mulheres de acordo com Cor/Raça na Educação Profissional Técnica de Ensino Médio – Subsequente

Ano	Amarela	Branca	Indígena	Não declarada	Parda	Preta
2014	0,04	17,5	0,09	24,46	1,2	0,58
2015	0,09	22,98	0,02	18,65	1,2	0,44
2016	0,25	30,77	0,02	9,26	3,57	1,18
2017	0,15	33,73	0,02	6,68	4,44	1,65
2018	0,09	35,11	0,02	6,17	5,39	1,86
2019	0,13	33,48	0	7,67	5,38	2,26
2020	0,09	34,33	0,09	7,79	6,78	2,78
2021	0,15	36,49	0,12	7,75	7,43	3,18
2022	0,5	34,27	0,12	10,77	10,77	3,61
2023	0,22	34,33	0,09	7,79	6,78	3,52

Tabela 10 - Percentual Médio de mulheres de acordo com Cor/Raça na Educação Profissional Técnica de Ensino Médio – Concomitante

Ano	Amarela	Branca	Indígena	Não declarada	Parda	Preta
2014	0,05	9,26	0,05	17,7	0,62	0,1
2015	0	13,12	0	12,55	0,81	0,16
2016	0	12,78	0	1,07	1,42	0,36
2017	0	14,13	1,07	1,43	0,24	0,24
2018	0	19,7	0,15	2,74	3,42	0,38
2019	0,08	22,39	0	1,85	3,79	0,59
2020	0,08	19,35	0	0,66	1,49	0
2021	0,08	20,06	0	1,13	1,54	0,16
2022	0	24,37	0	2,94	3,02	1,03
2023	0	20,07	0	1,03	2,4	0,51

Os formulários de coleta do Censo Escolar disponibilizam o campo “Cor/Raça¹⁷”. As opções são estabelecidas de acordo com o IBGE, sendo: Preta, Parda, Amarela, Branca, Indígena e não declarada¹⁸.

Segundo o INEP (2024, p. 64):

Os dados coletados pelo IBGE, ao serem analisados pela informação de cor/raça, demonstram como a população negra e indígena ainda enfrentam dificuldades de acesso e permanência nos diversos espaços educacionais. A desigualdade observada nos indicadores educacionais evidencia como a coleta de informações sobre cor/raça permite que políticas voltadas à eliminação de desigualdades históricas entre grupos populacionais possam ser elaboradas, implementadas, monitoradas e

¹⁷ Para o aluno, a declaração de cor/raça deve ser informada pelo seu responsável, se menor de 16 anos, ou pelo próprio aluno, a partir de 16 anos de idade.

¹⁸ A Resolução n.º 1/2018, de 15 de janeiro de 2018, do Conselho Nacional de Educação – que institui diretrizes operacionais para os procedimentos administrativos de registro de dados cadastrais de alunos e profissionais escolares –, determina que a informação de cor/raça deve constar obrigatoriamente nos registros administrativos das instituições de ensino. O INEP tem realizado diversas campanhas de conscientização para aumentar os índices de declaração no campo cor/raça.

avaliadas. Como o mais importante órgão de coleta de informações educacionais, o Inep contribui para transformar a realidade do País, a partir da obtenção e tratamento desses dados estatísticos. Sendo este um campo obrigatório no Censo Escolar, é fundamental que a escola tenha esta informação em sua ficha de matrícula.

O Censo Escolar de 2023, divulgado pelo INEP, revelou uma lacuna significativa nos dados sobre cor/raça. Em nível nacional, 25,5% dos estudantes da educação básica não tiveram essa informação declarada. Na educação profissional, o cenário apresentado é de 29,4% dos alunos ou escolas que omitem essa informação. A diminuição dos índices da rede estadual de ensino a partir de 2016 coincide com a implementação do processo de migração¹⁹ dos dados do SISGESC para o Sistema Educacenso, justificando a queda significativa da opção “Não declarado”.

Os dados apresentaram mudanças significativas na distribuição racial das mulheres matriculadas na Educação Profissional entre 2014 e 2023. Em 2014, a categoria "não declarada" predominou (24,84%), seguida pelas mulheres brancas (14,12%). No entanto, em 2023, houve uma inversão nesse cenário: as mulheres brancas passaram a representar a maior parcela das matriculadas (30,98%), enquanto o percentual de "não declaradas" diminuiu significativamente para 3,44%. Ao analisar as demais raças/etnias, observa-se um leve aumento na proporção de mulheres pardas (de 1,12% para 4,71%) e um pequeno crescimento no número de mulheres pretas (de 0,35% para 1,75%), amarelas (de 0,05% para 0,12%) e indígenas (de 0,05% para 0,06%). A categoria "não declarada" refere-se às mulheres que não informaram sua raça/etnia no momento da matrícula. A redução desse grupo entre 2014 e 2023 indica um avanço na coleta de dados sobre diversidade racial na educação profissional.

Ao compararmos a representatividade das mulheres pardas e pretas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio com os dados do último Censo IBGE²⁰ (2022), que apontam 45,3% da população brasileira como parda e 10,2% como preta, observamos uma sub-representação significativa dessas mulheres na educação profissional. Enquanto a população brasileira apresenta uma maioria

¹⁹ Os dados de matrícula dos alunos de toda rede estadual são enviados por um arquivo TXT, gerado a partir do Sistema de Gestão Educacional do Estado (Sisgesc) e encaminhados ao Sistema Educacenso,

²⁰ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>

parda, os dados da educação profissional indicam índices muito inferiores em Santa Catarina. Essa discrepância evidencia um desequilíbrio racial na educação profissional técnica, refletindo as desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade.

[...] as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e "raça" se reproduzem e se co-produzem mutuamente (Kergoat, 2010, p. 94).

A análise da série histórica revela padrões de concentração das mulheres por raça/etnia nos diferentes cursos. Mulheres brancas predominam em Enfermagem e Administração, assim como as amarelas, pretas e pardas também se concentram em Enfermagem e Administração. As indígenas, por sua vez, demonstram uma forte preferência por Enfermagem (90%).

A análise dos dados entre 2014 e 2023 revela que a maioria das mulheres catarinenses matriculadas na educação profissional subsequente se encontra na faixa etária entre 20 e 24 anos. Isso indica uma tendência por qualificação profissional logo após a conclusão do ensino médio. Essa concentração pode estar relacionada à busca por uma formação mais rápida e direcionada ao mercado de trabalho. A análise da distribuição por faixa etária no técnico concomitante revela uma mudança significativa ao longo dos anos. Enquanto em 2014 e 2015 as estudantes se distribuíam de forma mais equilibrada entre as faixas de 15 a 17, 18 a 19 e 20 a 24 anos, a partir de 2016 houve uma concentração crescente na faixa etária de 15 a 17 anos, que passou a representar cerca de 80% das matrículas. O técnico integrado apresenta uma concentração significativa de alunas na faixa de 15 a 17 anos. Cerca de 70% das alunas matriculadas nessas modalidades estão nessa faixa etária, o que condiz com a idade esperada para os cursos de nível médio.

Após apresentarmos um panorama inicial da presença feminina na educação técnica de nível médio da rede estadual de Santa Catarina, o próximo passo será correlacionar os dados do Censo Escolar com os resultados de pesquisas que investigam a relação entre gênero e formação técnica. Dessa forma, buscaremos compreender os fatores que influenciam a inserção acadêmica das mulheres discentes nessa modalidade de ensino e os motivos que as levam a

ocupar determinadas áreas, mesmo após séculos de luta por igualdade de oportunidades.

2.2 Em busca por respostas - análise de teses, dissertações e artigos e levantamento dos dados do Censo Escolar

Nesta etapa, procederemos à análise das três categorias estabelecidas com base no Estado do Conhecimento. Em seguida, os dados do Censo Escolar de Santa Catarina (rede estadual) serão integrados para uma discussão aprofundada sobre o tema.

2.2.1 Categoria A - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na Educação Profissional

Para esta categoria, foram selecionados 12 estudos, dos quais dois são teses, um é dissertação e nove são artigos científicos. A partir dessa amostra, buscamos compreender como as discussões de gênero e a inserção das discentes nas instituições de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são abordadas na literatura. Predominam estudos em Institutos Federais, onde, em geral, há núcleos de estudos de gênero que facilitam a investigação sobre a presença feminina nessa modalidade de ensino. É importante destacar que o ingresso das mulheres na educação profissional técnica é mais recente em comparação com o dos homens, mas elas já constituem a maioria dos estudantes. A seguir, apresentamos os estudos que serão analisados.

Quadro 9 - Produções Categoria A

Nº	TÍTULO	ANO	AUTOR	NÍVEL
1	Análise da influência dos estereótipos sexistas em adolescentes mulheres na escolha da carreira ou profissão em ciência e tecnologia	2020	Erika Giacometti Rocha Beribili	Tese
2	Lugar das mulheres na Educação Profissional e tecnológica no Brasil: um estudo sobre relações patriarcais de gênero no IFRN - campus Natal Central	2020	Livia Daiane Gomes	Tese
3	Brincadeiras persistentes, desigualdades de gênero presentes: relações de gênero na educação profissional, uma análise a partir da percepção de estudantes do IFPR - campus Curitiba	2017	Tânia Gracieli Veja Incerti	Dissertação

Nº	TÍTULO	ANO	AUTOR	NÍVEL
4	A permanência das desigualdades de sexo na formação de Técnicos de Nível Médio no Brasil	2017	Liliane Bordignon	Artigo
5	Relações de gênero e Educação profissional: a presença das mulheres	2020	Elza Ferreira Santos, Ieda Fraga Santos e Amaro Arlindo Amorim Melo Nery	Artigo
6	Relações de gênero e sexismo na educação profissional e tecnológica	2017	Sabrina Fernandes Pereira Lopes, Raquel Quirino	Artigo
7	Educação Profissional e Tecnológica sob uma perspectiva de Gênero: uma breve retrospectiva de trajetória da educação feminina no Brasil	2022	Evelyn Rueb Lacerda de Araújo, Júlio Cezar Pinheiro de Oliveira	Artigo
8	Educação profissional e mercado de trabalho: uma investigação a partir das/dos jovens do IFS	2014	Elza Ferreira Santos	Artigo
9	O silêncio das desigualdades: Gênero e Formação Humana Integral no Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire/RN	2023	Ana Cristina Santos Costa, Avelino Aldo de Lima Neto, Larissa Maia de Souza	Artigo
10	A Participação Feminina nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da Educação Profissional e Tecnológica	2021	Thamiris Stephane Zangeski Novais Paiva, Juliana Saragiotto Silva	Artigo
11	Jovens estudantes do ensino médio integrado	2021	Caíque Diogo de Oliveira, Maria Carla Corrochano	Artigo
12	As escolhas profissionais femininas em cursos técnicos de nível médio / Women's occupational choices in technical courses at high school	2018	Fernanda Greschechen, Elizabete Tamanini	Artigo

A tese de Berribili (2020), com abordagem mista (qualitativa e quantitativa), envolveu 696 adolescentes e revelou a persistência de estereótipos de gênero que desestimulam a participação feminina em áreas de Ciência e Tecnologia, sobretudo na crença de serem mais emocionais, trazerem beleza e graça aos ambientes e da responsabilização pelos cuidados com a casa e a família, indicando não dominarem armadilhas do preconceito sexista no trabalho. Conjuntamente, a disposição delas em abdicar de uma escolha profissional/acadêmica pela família aponta pouca consciência desse estereótipo. Os participantes cujos pais possuem ensino superior demonstraram níveis mais baixos de sexismo, sugerindo que a escolarização formal pode contribuir para reduzir as desigualdades de gênero. No entanto, os participantes com mães sem escolarização apresentaram pontuações

mais baixas em relação aos demais, indicando a importância do papel da mãe na formação de atitudes mais igualitárias. A pesquisadora utilizou o método da Escala G²¹. Segundo a autora, as mulheres são propensas em escolher profissões ligadas à Saúde e Ciências Humanas, a inserção da mulher nas suas escolhas acadêmicas se daria diante de premissas associadas ao senso comum, áreas femininas e áreas masculinas.

Gomes (2020) apresentou uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada na metodologia materialista histórico-dialética. O estudo combinou revisão bibliográfica e documental com pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas com 11 estudantes. Os resultados da pesquisa evidenciaram a presença de práticas machistas na instituição, com relatos de piadas, comentários e assédios por parte de alunos e servidores. As estudantes entrevistadas expressaram sentimentos de inferiorização e fragilidade, destacando a naturalização de comportamentos machistas e desigualitários. A pesquisa indicou que as mulheres são frequentemente percebidas como menos capazes em áreas tecnológicas e que as escolhas por determinados cursos são associadas a uma menor exigência. Além disso, as alunas relataram ser tratadas de forma diferenciada dependendo do curso escolhido, com algumas áreas sendo consideradas 'mais fáceis'. Os casos de machismo e assédio denunciados são minimizados e encarados como "brincadeiras", naturalizando a situação como algo normal. Brincadeiras colocam em dúvida a capacidade feminina de estar naquele ambiente ou por suas escolhas serem inferiores.

De acordo com Birolli (2018, p. 35): "diferenças codificadas como naturalmente femininas ou masculinas, imprimindo as vivências em uma concepção dual e binária, decorrem de habilidades, tarefas e alternativas na construção da vida de mulheres e homens".

Observa-se uma segregação de gênero nos espaços escolares, particularmente evidente nos cursos de ciências e tecnologias que predominam na instituição. As estudantes relatam uma preferência por homens em oportunidades como estágios, bolsas de pesquisa e monitoria, o que as faz se sentirem excluídas, apesar de terem as mesmas qualificações técnicas que seus colegas masculinos.

²¹ Segundo Beribili (2020), a Escala está baseada em trabalhos sobre discursos sobre preconceito de gênero no meio acadêmico e no mundo do trabalho.

A pesquisa indica que as meninas são desestimuladas desde a infância a se envolverem com a tecnologia, perpetuando a ideia de que essa área é predominantemente masculina. Ao contrário, em cursos como Administração, Edificações, Controle Ambiental e Geologia, onde são maioria, essas experiências de discriminação são ocorrem. A pesquisa indica uma tendência das mulheres a escolherem cursos nas áreas da saúde e de serviços.

Bordignon (2017), em seu artigo, apresenta dados extraídos do Censo Escolar (2011 a 2013), onde mostra a permanência das desigualdades de sexo nos cursos técnicos tradicionais, como Mecânica e Eletroeletrônica. E de um outro lado temos as áreas e habilidades tidas como “femininas”, tais como: cuidar, ensinar, atender pessoas, como Enfermagem e Administração, que são ocupadas na maioria por mulheres.

Bordignon (2017) enfatiza que as escolhas profissionais, especialmente na educação profissional, são frequentemente influenciadas por uma hierarquização histórica de gênero, que classifica as carreiras como 'masculinas' ou 'femininas'. Essa classificação está intrinsecamente ligada aos papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade. Embora se observe um aumento da presença feminina em diversas áreas, persiste a expectativa de que as mulheres sigam carreiras tradicionalmente associadas a papéis de gênero femininos, mesmo durante sua formação acadêmica

Lopes e Quirino (2017), em seu artigo, realizam um levantamento documental da Rede Federal de Educação Profissional e complementam a pesquisa com entrevistas semiestruturadas com alunas da instituição. O artigo evidenciou a presença de preconceitos em cursos com predominância masculina, ao mesmo tempo em que constatou a persistência da maior participação feminina em áreas consideradas tradicionalmente 'femininas'. As alunas demonstram consciência de que as áreas técnicas com maior presença feminina são menos valorizadas. Embora se sintam capazes de seguir qualquer curso técnico, as estudantes reproduzem, em seus discursos, a ideia hegemônica de que algumas áreas são mais difíceis e exigentes. O estudo aponta que a influência familiar desempenha um papel significativo na escolha profissional, com muitas alunas optando por carreiras já estabelecidas no âmbito familiar ou buscando ingressar em áreas tradicionalmente masculinas.

Pensando na participação feminina nos cursos técnicos integrados, Paiva e Silva (2021) tem como ponto de partida uma revisão bibliográfica para a construção do aporte teórico, contemplando temáticas de gênero, educação e educação profissional, utilizando dados do Instituto Federal do Mato Grosso. Com base nos resultados da pesquisa, indicam que a participação feminina nos cursos técnicos de Agrimensura e Edificações é superior a 50%. No entanto, em cursos como Eletroeletrônica e Informática, a situação é inversa, com uma diminuição no número de matrículas femininas ao longo dos anos, no caso da Eletroeletrônica. As autoras destacam essa contradição em relação ao cenário nacional, onde as mulheres são maioria na educação profissional. Outro ponto relevante é a menor taxa de evasão e a maior taxa de conclusão entre as mulheres, desafiando a ideia de que elas têm menos sucesso nesses cursos.

A análise dos dados do Censo Escolar da rede estadual de Santa Catarina corrobora com os achados de Paiva e Silva (2021), evidenciando as disparidades de gênero na escolha dos cursos técnicos.

A Educação profissional de nível médio da rede estadual de Santa Catarina reflete o que as pesquisas analisadas indicam, a concentração das mulheres em cursos como Administração, Enfermagem e Edificações. Os dados apresentados evidenciam o que as pesquisas levantadas apontam, como demonstra os dados a seguir para o curso de Administração:

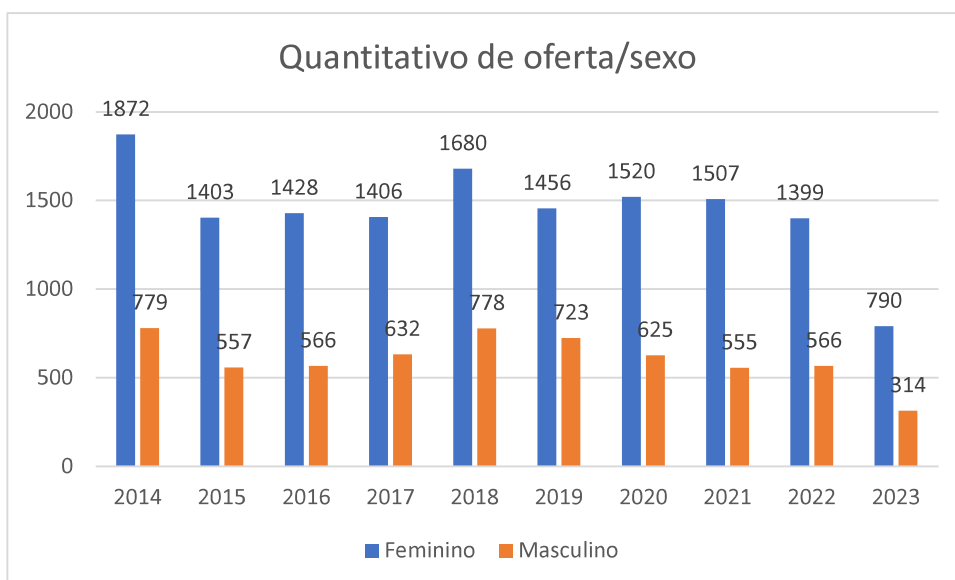
Tabela 11 - Presença feminina no Curso Técnico de Administração

	Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Feminino	Concomitante e Subsequente	72,30%	75,83%	71,43%	68,35%	65,76%
Masculino	Concomitante e subsequente	27,70%	24,17%	71,43%	31,65%	34,24%
Feminino	Integrado	70,03%	70,00%	71,68%	69,24%	70,00%
Masculino	Integrado	29,97%	29,80%	28,32%	30,76%	30,00%

	Ano	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	Concomitante e subsequente	63,79%	68,21%	71,24%	69,36%	69,18%
Masculino	Concomitante e subsequente	36,21%	31,79%	28,76%	30,64%	30,82%
Feminino	Integrado	68,53%	72,13%	73,85%	72,19%	75,54%
Masculino	Integrado	31,47%	27,87%	26,15%	27,81%	24,46%

Os dados confirmam o domínio da participação feminina no curso de Administração, que concentra a maior parte das vagas ofertadas, com as mulheres representando cerca de 70% dos estudantes.

Gráfico 4 - Total de vagas no Técnico de Administração na rede estadual



A análise dos gráficos confirma a persistência de estereótipos de gênero na inserção feminina na educação profissional, com as mulheres optando por áreas tradicionalmente femininas. As matrículas da educação profissional em Santa Catarina revelam que o número de mulheres estudantes (integrado e subsequente) é maior que o dos homens, mas é possível verificar que há distinção nas escolhas por áreas.

Gomes (2020) destaca o aumento da participação feminina em áreas técnicas, antes dominadas por homens, mas ressalta que a concentração de gênero em algumas áreas continua evidente. Para ela, essa realidade espelha as relações de gênero na sociedade como um todo. De acordo com Saffioti (2013), as relações homem e mulher são baseadas no poder. O poder atribuído aos homens atravessa toda a sociedade nas diferentes classes.

A análise de documentos históricos da Escola de Comércio Catarinense, realizada no contexto de um curso na área de Gestão - Contabilidade, revelou uma mudança significativa na composição do corpo discente ao longo das últimas décadas. Enquanto até a década de 80 do século XX a instituição era predominantemente masculina, atualmente observa-se uma maioria feminina, o que reflete as transformações sociais e a crescente participação das mulheres no

mercado de trabalho. O perfil profissional do contador, antes predominantemente masculino, foi transformado pela crescente inserção das mulheres na área, reconfigurando o perfil desses profissionais”.

Tabela 12 - Contabilidade (subsequente e concomitante) – Rede estadual de Santa Catarina

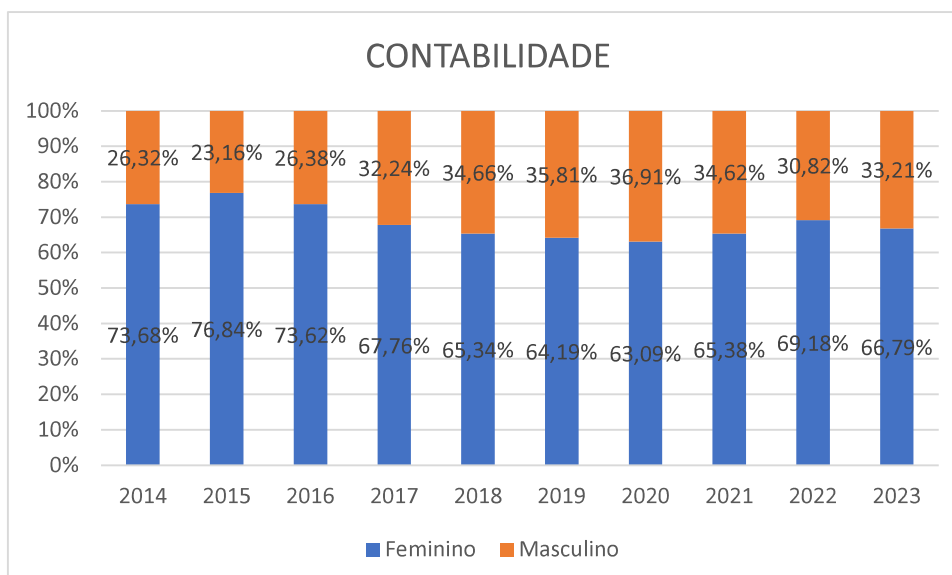
Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	418	343	283	279	236	209	254	183	146	159
Masculino	147	101	95	130	123	95	102	59	51	83
Total	565	444	378	409	359	304	356	242	197	242

Tabela 13 - Contabilidade (integrado) – Rede estadual de Santa Catarina

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	16	12	24	11	11	42	81	89	47	16
Masculino	8	6	15	8	8	45	94	85	35	4
Total	24	18	39	19	19	87	175	174	82	20

A participação feminina no curso de Contabilidade cresceu consideravelmente nos últimos anos, transformando uma área antes dominada por homens. Essa mudança, conforme apontam Silva e Paiva (2021), pode ser atribuída à crescente valorização das habilidades sociais e à percepção de que a Contabilidade é uma área promissora para as mulheres.

Gráfico 5 - Contabilidade em porcentagens – Rede estadual de Santa Catarina



O curso de Contabilidade²² já apresenta uma aproximação entre os índices, era uma profissão que até a alguns anos atrás era exercida por maioria masculino, por envolver cálculos, no entanto, trata-se de uma Ciência Social e aos poucos as mulheres foram assumindo como as principais interessadas na área.

Em seu estudo de 2017, Incerti buscou compreender como as normas de gênero influenciam a experiência dos estudantes em cursos com perfis distintos: Processo Fotográfico (maioria feminina) e Mecânica (maioria masculina), utilizando uma abordagem qualitativa com entrevistas semiestruturadas. Com base nos relatos dos alunos(as), identificou desigualdades de gênero nos cursos analisados. Essas desigualdades se manifestam em diversas situações, como brincadeiras e comentários, sendo mais evidentes no curso de Mecânica, onde os alunos, apesar de percebê-las, evitam abordá-las.

As questões de gênero são evidentes nos dois cursos analisados. No curso de Processos Fotográficos, majoritariamente feminino, os meninos são frequentemente estereotipados como homossexuais. Essa percepção, tanto interna quanto externa ao curso, reforça a ideia de que a área é mais associada às mulheres e aos LGBTQIA+. Por outro lado, o curso de Mecânica, dominado por homens, está ligado a estereótipos de masculinidade e brutalidade. Os alunos de Processos Fotográficos relatam que os meninos de outros cursos desvalorizam a área, preferindo cursos considerados mais 'masculinos' e promissores (Incerti, 2017).

Auad (2018) afirma que a escola, no que se refere às desigualdades de gênero, pode ser um espaço para perpetuar ações discriminatórias de divisão sexual, ao invés de ser um espaço de emancipação. Uma constatação na pesquisa é a importância da família e da infância nas suas escolhas, pais que estimulam filhos(as) desde a infância a brincarem com mecanismos que no futuro possam direcionar suas escolhas. Segundo Incerti (2017, p. 105):

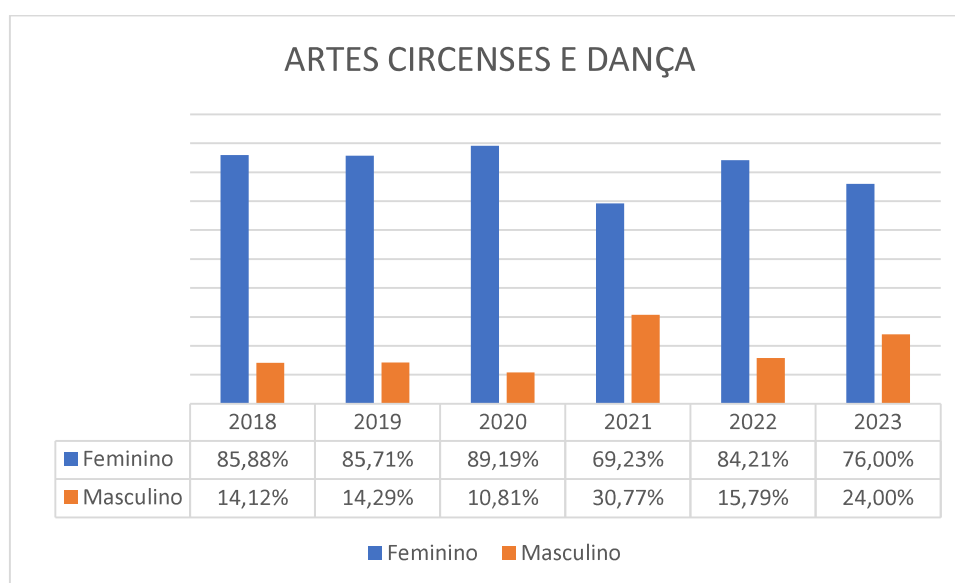
Aos meninos pelo acesso facilitado a brincadeiras e aos brinquedos que estimulem a criatividade, os cursos das áreas relacionadas as engenharias, exatas como uma realidade mais próxima [...] a influência da socialização a partir de brincadeiras e brinquedos não aparece para as meninas.

²² Conforme artigo de Silva e Gomes (2021), era uma área dominada por homens e vem se transformando no decorrer dos anos.

A fala da autora se refere à questão dos estímulos para as áreas de Tecnologia e Engenharia, como o curso de Mecânica. A pesquisa também mostra que a representatividade na docência pode influenciar na permanência dos cursos, e professoras mulheres podem estimular a permanência através de incentivos e exemplos de sucesso (Incerti, 2017).

Em Santa Catarina, a oferta de cursos na área de Cultura e Design na Educação Profissional é limitada à Artes Circenses (oferecido concomitante ao Ensino Médio entre 2018 e 2019) e Dança (como curso subsequente entre 2018 e 2023). Assim como o curso de Processos Fotográficos, que também faz parte dessa área, apresentam uma predominância feminina entre seus alunos(as).

Gráfico 6 - Produção cultural e Design - Rede estadual de Santa Catarina



Contribuindo com este estudo, Santos, Santos e Nery (2020) fazem uma reflexão em relação à responsabilidade da escola nas escolhas das meninas na sua inserção acadêmica, mas é responsável por questionar os valores persistentes na educação profissional. Essa diferença no número de matrículas, que reflete as escolhas acadêmicas dos estudantes, é resultado dos persistentes preconceitos sexistas na sociedade. Trata-se de um artigo com uma pesquisa bibliográfica que aborda as relações de gênero na educação profissional e tecnológica.

Cursos como Edificações são frequentemente escolhidos por mulheres, que veem nessa área uma conexão com a Arquitetura e outras áreas criativas, tradicionalmente associadas às mulheres. A seguir são apresentados os dados da rede estadual de Santa Catarina no quantitativo de matrículas por ano:

Tabela 14 - Edificações – Subsequente e Concomitante - Rede estadual de Santa Catarina

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	87	92	87	84	96	49	45	6	19	11
Masculino	222	181	166	163	154	84	64	23	30	28
Total	309	273	253	247	250	133	109	29	49	39

Tabela 15 - Edificações – Integrado - Rede estadual de Santa Catarina

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	85	76	102	142	137	113	119	135	117	44
Masculino	75	77	83	113	123	130	123	127	80	24
Total	160	153	185	255	260	243	242	262	197	68

Edificações é uma área associada ao curso de Arquitetura. Para Bruschini e Lombardi (2000), as mulheres passaram a engrossar as estatísticas dessa profissão porque têm a percepção da Arquitetura como o ramo mais próximo à decoração e às artes.

A análise dos dados revela uma disparidade de gênero mais evidente nos cursos concomitantes e subsequentes de Edificações, nos quais as mulheres representam, em alguns anos, menos de 30% das vagas. Esse dado contrasta com os estudos de Paiva e Silva (2021), os quais indicam uma participação feminina superior a 50% na área de Edificações da instituição por eles analisada, merecendo uma investigação mais aprofundada, uma vez que as pesquisas existentes não oferecem explicações suficientes para essa dinâmica. Nos cursos integrados, a presença feminina, embora variável, aproxima-se dos resultados relatados em outra pesquisa, oscilando em anos nos quais as mulheres representavam mais de 50% das matriculadas e em outros, os homens.

Araújo e Oliveira (2022), traçam uma linha histórica na perspectiva de gênero na educação profissional, com uma análise dos lugares “destinados” às mulheres nos cursos de formação profissional ao longo da história do Brasil. A pesquisa aponta que às mulheres foram impostas condições desfavoráveis de inserção no processo educativo na comparação aos homens. Esse mesmo processo histórico criou as condições para a manutenção de um cenário desigual de oportunidades, criando a perpetuação de uma inserção periférica no mundo do trabalho.

Santos (2014) realizou um estudo no Instituto Federal de Sergipe, baseando-se em dados institucionais e em conversas com alunos sobre as relações de

gênero. Os resultados indicam que os alunos mais novos veem a crescente presença feminina nos cursos como algo natural. No entanto, os alunos mais velhos percebem uma disparidade na inserção no mercado de trabalho, onde as mulheres enfrentam mais obstáculos.

Quanto às discentes, há nítida ambiguidade, algumas se mostram mais otimistas e confiantes, sentem-se bem no curso que escolheram, relatam receber apoio de seus pais e de professores, e as menos entusiastas narram ter se matriculado no curso por conta dos pais e de não ter abandonado o curso por conta deles também. Entretanto, o dia a dia do curso, as disciplinas, os colegas e os laboratórios fizeram com que elas gostassem do curso, mas não têm intenção de seguir na área. Santos (2014) aponta para a necessidade de uma reflexão acerca das relações entre mercado de trabalho e educação profissional.

Oliveira e Corrochano (2021) apresentam um estudo que vem numa abordagem quantitativa, com aplicação de questionários aos alunos e posterior análise descritiva das respostas. O estudo apresenta uma baixa quantidade de docentes mulheres nas áreas técnicas e em algumas áreas praticamente não existem e isso ajuda também a compreender as diferenças e desigualdades de gênero que compõem os cursos técnicos e algumas áreas. Outra observação feita nesta pesquisa é sobre a ocupação dos espaços de tecnologia na escola, que são em sua maioria com presença masculina. A infraestrutura da escola é um fator que precisa ser considerado no momento de formulação das políticas, a fim de evitar a produção de mais desigualdades e o afastamento das mulheres das áreas acadêmicas associadas à tecnologia. A inserção das mulheres nos espaços de tecnologia pode ser um fator importante para a futura ocupação desses espaços por todos.

Na rede estadual de Santa Catarina, não realizamos uma análise da presença de professores homens e mulheres por área, a fim de verificar se o movimento identificado pelo pesquisador se aplica à nossa realidade.

Greschechen e Tamanini (2018) desenvolveram seu estudo com base em uma conversa semiestruturada com alunos de uma Instituição de Educação Técnica Federal, com a participação de alunos de três cursos: Enfermagem (subsequente), Mecânica e Eletroeletrônica. A pesquisa evidencia características sexistas. É necessário salientar que a inserção feminina em cursos técnicos é um

grande desafio, pois se faz preciso superar as históricas desigualdades de gênero presentes durante a permanência de estudantes mulheres na instituição, sobretudo em cursos “masculinos”.

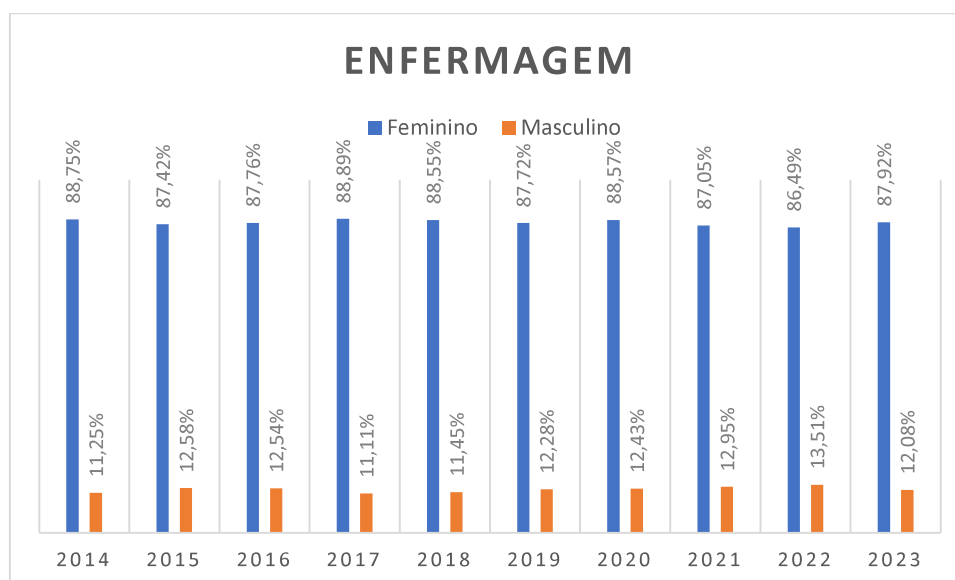
Pode-se concluir que o padrão de naturalização de atividades masculinas e femininas impostas pela condição sexista reflete nas escolhas e percursos nos cursos técnicos. O estudo de Greschechen e Tamanini (2018) ressalta que o ensino técnico oferecido na forma integrada permite maior envolvimento feminino e novos caminhos perceptivos em cursos entendidos socialmente como masculinos, possibilitando o rompimento dos estereótipos de gênero.

Esse mesmo movimento pode ser observado nos cursos de Edificações e Contabilidade oferecidos pela rede estadual, em ambas as etapas. No Ensino Médio Técnico Integrado, notamos uma maior equidade entre as matrículas de alunos e alunas. Essa maior igualdade pode corroborar a hipótese das autoras de que um maior envolvimento em atividades práticas e projetos colaborativos, comuns no Ensino Médio Técnico Integrado, desafia os estereótipos de gênero e incentiva a participação feminina em áreas tradicionalmente masculinas.

E, por último, apresento o estudo de Costa, Lima Neto e Souza (2023), que ressalta a ausência de políticas e estratégias na formação integral, em especial na questão de gênero. As mulheres estão num espaço de apagamento, de controle, em muitos cursos técnicos elas são invisivelmente silenciadas. Os autores destacam que a construção da sociedade mais igualitária perpassa pelo entendimento da divisão sexual do trabalho como base para a opressão das mulheres. Os documentos construídos pelas escolas técnicas normalizam e refletem as práticas masculinas. As pesquisadoras afirmam que ao desnaturalizar as relações entre os gêneros na escrita dos documentos institucionais da educação, quebram-se os silêncios dos esquecidos no processo de formação. A abordagem foi qualitativa e exploratória.

A seguir, apresentamos os dados do curso de Enfermagem, que tradicionalmente é associado ao gênero feminino e, de fato, apresenta predominância feminina em todos os anos analisados.

Gráfico 7 - Enfermagem – Rede estadual de Santa Catarina



A experiência do curso técnico de Enfermagem, com predominância feminina, nas modalidades integrada e concomitante, entre 2014 e 2015, não foi continuada devido à baixa adesão dos estudantes. Os dados disponíveis não permitem concluir se essa oferta experimental influenciou a demanda pela modalidade subsequente, embora a área da saúde continue sendo uma das mais procuradas por mulheres.

Tradicionalmente associado ao cuidado, o campo da Enfermagem tem atraído predominantemente mulheres, refletindo uma construção social de gênero arraigada na história. Para Wainberg (2004), as atividades de enfermagem se assemelham às atividades do mundo privado, tais como limpar, organizar, alimentar, entre outras, indo ao encontro dos modelos ideológicos da sociedade, os quais refletem modelos conservadores de gênero.

2.2.2 Categoria B - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica na cursos das áreas de Exatas

A categoria foi construída a partir de oito estudos: seis dissertações e duas teses, em nível de programas de pós-graduação. Essa foi a área em que mais encontramos estudos, no entanto, nenhum artigo foi selecionado de acordo com os critérios utilizados.

Tabela 16 - Produções Categoria B

Nº	TÍTULO	ANO	AUTOR	NÍVEL
1	Juventude feminina e a divisão sexual do trabalho no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFFAR - campus São Borja	2018	Aline Adams	Dissertação
2	Educação Profissional e relações de gênero: razões de escolha e a discriminação	2015	Andreia de Almeida	Dissertação
3	Gênero, Tecnologia e Formação: o desenvolvimento da carreira das estudantes do ensino médio integrado a informática	2020	Karen da Silva Figueiredo Medeiros Ribeiro	Tese
4	A verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Corumbá	2022	Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio	Dissertação
5	Meninas na Educação Profissional e Tecnológica: lutas e desafios (vivenciados) da formação ao mundo do trabalho em documentário	2023	Rosangela Maria Pinheiro dos Santos Fernandes	Dissertação
6	A Participação feminina no ensino médio integrado: desafios e perspectivas das meninas na área de exatas no IFSP- Campus Bragança Paulista	2021	Silvana Camargo de Castro	Dissertação
7	Educação, trabalho e mulheres: inserção acadêmica em cursos de Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campis Joinville	2017	Fernanda Greschechen	Dissertação
8	A inclusão no mundo do trabalho das mulheres Técnicas em Eletromecânicas egressas do IFS - campus Lagarto	2023	Telma Amélia de Souza Pereira	Tese

Para Louro (2014, p. 89):

A escola não é um espaço neutro, mas um local onde circulam as diferenças sociais e se convive com as desigualdades. Por isso ela mesma tem um lugar de transformação. Assim a “a escola é atravessada pelos gêneros, que é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino”.

A determinação de espaços femininos e masculinos foram construções desenvolvidas com o decorrer do tempo, onde a sociedade foi estipulando o que era apropriado à mulher e ao homem, baseando-se em determinismos biológicos, fragilidade, delicadeza feminina, questão maternal, emocional e afetiva. A partir dessas construções, os pesquisadores apresentam critérios que podem possibilitar nos tempos atuais a inserção e exclusão da mulher nesses espaços ocupados pelos homens, como as áreas tecnológicas e exatas.

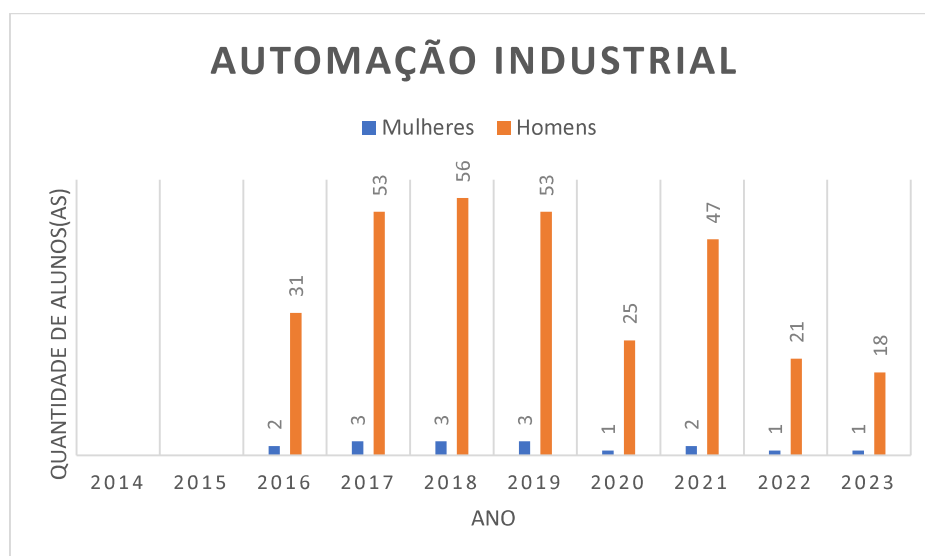
Almeida (2015) desenvolveu sua dissertação com abordagem qualitativa, com aplicação de um questionário para alunas e alunos do curso técnico de automação industrial. A autora se baseou na hipótese de a escolha profissional estar associada às oportunidades de trabalho na área como primeira hipótese.

A hipótese levantada foi comprovada parcialmente, visto que os alunos colocaram com principal critério para escolha do curso a questão de “gostar da área” seguida pelo interesse pelo financeiro; já as meninas, que eram minoria no curso, alegam que o principal motivo é a qualidade do curso no aspecto educacional, sendo uma oportunidade de dar continuidade aos estudos com vistas à ascensão financeira. A segunda hipótese é de os(as) alunos(as) perceberem a questão de certas áreas serem predominantemente masculinas. Através dos questionamentos, pode-se notar que persiste a discriminação das mulheres pelas escolhas acadêmicas na escola, denotando a elas características de organização, fragilidade, delicadeza, calma, sensibilidade e paciência, para os homens foi definido pela brutalidade, centrados, inteligentes, competitivos e ágeis, reforçando com talento para as exatas deles. Questão também ligada à inferioridade feminina e sua função social ligada à maternidade e ao cuidado.

Os questionários revelaram que na permanência das poucas jovens meninas que se aventuram a seguir o curso há presença das diferentes formas de discriminação, mas a mais frequente é em função da sua escolha acadêmica, apesar dos avanços de igualdade de gênero, sendo o curso de automação industrial ainda socialmente “destinado” a homens, o que representa preconceito na opinião das alunas.

A análise dos dados catarinenses revela uma persistente sub-representação feminina na área de automação industrial. O gráfico evidencia essa disparidade, com uma presença feminina quase inexistente ao longo dos anos. O pico de 5% de matrículas femininas em 2018 demonstra que a situação em Santa Catarina reflete um padrão nacional.

Gráfico 8 - Automação Industrial – Rede estadual de Santa Catarina



Fernandes (2023) realizou um estudo aprofundado sobre a participação feminina em cursos técnicos de Automação Industrial e Eletromecânica. Através de entrevistas, a pesquisadora buscou compreender os fatores que influenciam a escolha acadêmica das meninas. A pesquisa revelou a persistência da discriminação contra mulheres na educação profissional. As meninas enfrentam resistência em desenvolver suas habilidades técnicas, sendo frequentemente excluídas de atividades práticas e subestimadas por professores. O machismo estrutural permeia o cotidiano escolar, limitando as oportunidades para as estudantes.

As alunas relataram que sofrem discriminação por parte dos professores, que demonstram favoritismo pelos meninos. Elas sentem a necessidade de se esforçar mais para serem reconhecidas e temem enfrentar as mesmas desigualdades no mercado de trabalho. Diante desses desafios, muitas meninas acabam desistindo dos cursos técnicos, perpetuando o ciclo de desigualdade de gênero nessas áreas (Fernandes, 2023).

Belani e Moura (2018), argumentam que a escola não é passível de neutralidade, as práticas escolares produzem e reproduzem marcas de gênero da exclusão e distinção.

Utilizando entrevistas semiestruturadas, Pereira (2023) investigou a experiência de mulheres em cursos de Eletromecânica. A pesquisa, realizada com ex-alunas de 2009 e com alunas matriculadas no período do estudo, busca

compreender os desafios enfrentados pelas mulheres em uma área historicamente masculina. Apesar de reconhecerem a qualidade da instituição, as alunas relatam que os estereótipos de gênero representam um obstáculo significativo em sua trajetória no curso de Eletromecânica. A dificuldade em encontrar estágios e a falta de oportunidades no mercado de trabalho as levam a considerar outras áreas, principalmente na hora de decidirem pelo curso superior, pois percebem a falta de mercado por serem mulheres.

Os relatos das alunas evidenciam a persistência de estereótipos de gênero no ambiente escolar. A subestimação, a exclusão em atividades práticas (estágio) e o assédio moral, expresso através de 'piadinhas' machistas, eram práticas comuns que reforçavam a ideia de que as mulheres não pertencem a áreas técnicas exatas. A normalização dessas práticas dificultava a percepção das alunas sobre a discriminação sofrida (Pereira, 2023).

O desprestígio das mulheres no mercado de trabalho e a divisão social de papéis entre homens e mulheres são consequências de um processo sócio-histórico. E através desses relatos podemos confirmar que ainda estão presentes na sociedade moderna, a academia é reflexo do mercado de trabalho e dos estereótipos estabelecidos nessa construção.

O trabalho de Greschechen (2017) utilizou uma abordagem qualitativa, realizando entrevistas com estudantes que estão cursando e estudantes desistentes dos cursos de Eletromecânica e Mecânica. A pesquisa indica que embora as estudantes escolham o curso por diversos motivos, a permanência delas é dificultada pela divisão sexual do trabalho e pela violência de gênero. Atitudes sexistas, inclusive por parte de professores, criam um ambiente hostil e contribuem para a evasão feminina. Essa situação é resultado de um processo histórico de desigualdade e exige ações efetivas das instituições de ensino.

A desistência das alunas é um problema multifacetado. A violência de gênero, manifestada através de 'piadinhas' e assédio, é um fator relevante, mas não o único. A sensação de incapacidade de denunciar e outros desafios também contribuem para essa decisão. O incentivo familiar é um fator importante para a escolha e a permanência das mulheres em cursos profissionalizantes. Quando as famílias encorajam as meninas a seguirem carreiras técnicas, assim como fazem

com os meninos, elas têm mais chances de se dedicar e persistir em seus objetivos, constata Greschechen (2017).

Saffioti (2013) destaca que a violência de gênero muitas vezes se disfarça de normalidade. As pesquisas de Pereira (2023), Greschechen (2017) e Fernandes (2023) comprova essa afirmação, revelando que as 'brincadeiras' relatadas pelas alunas são, na verdade, manifestações de violência naturalizada.

Castro (2021), em sua pesquisa qualitativa com alunas de Mecânica e Eletromecânica, evidenciou o aumento da presença feminina nessas áreas, embora as mulheres continuem sendo minoria. As participantes relataram vivenciar um ambiente machista, com linguagem e atitudes direcionadas aos homens. A pesquisa também destacou a importância do apoio familiar na escolha e na permanência dessas mulheres nos cursos, indicando que o incentivo familiar é um fator crucial para o sucesso delas. Foi possível à autora analisar e compreender melhor a influência da família na escolha de um curso profissionalizante, bem como a valorização e o apoio que as meninas recebem de suas famílias para a continuidade dos estudos rumo a uma graduação e/ou a inserção no mercado de trabalho.

A análise dos dados da rede estadual de Santa Catarina reforça a persistência da desigualdade de gênero nos cursos de Eletromecânica e Mecânica, corroborando as descobertas de Castro (2021), Fernandes (2023) e Greschechen (2017).

Gráfico 9 - Eletroeletrônica – Rede estadual de Santa Catarina

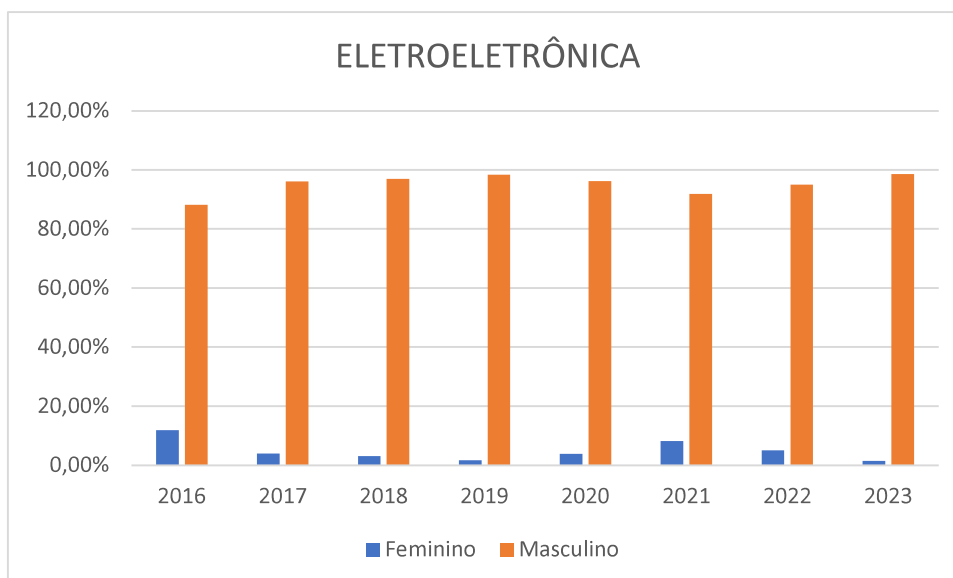


Gráfico 10 - Mecânica – Rede estadual de Santa Catarina

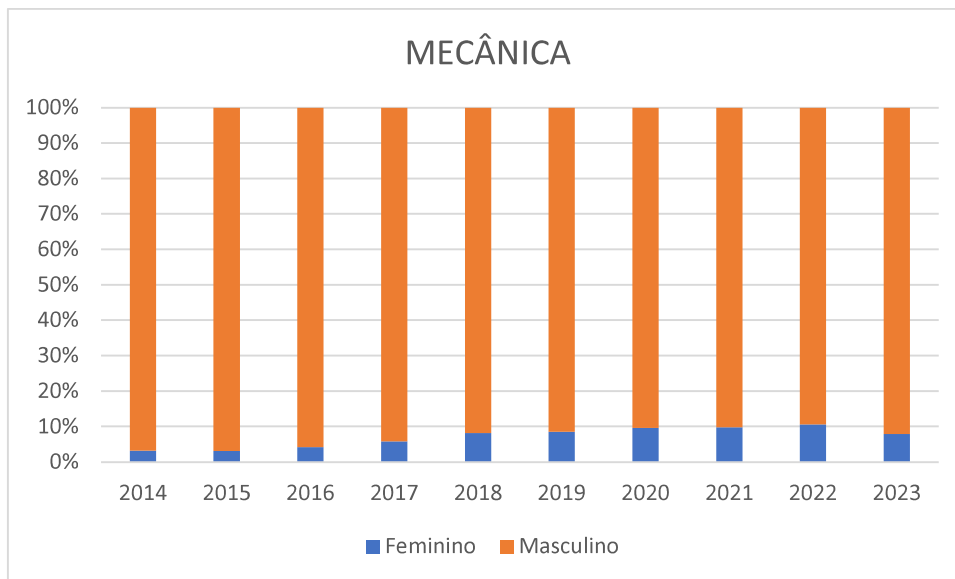
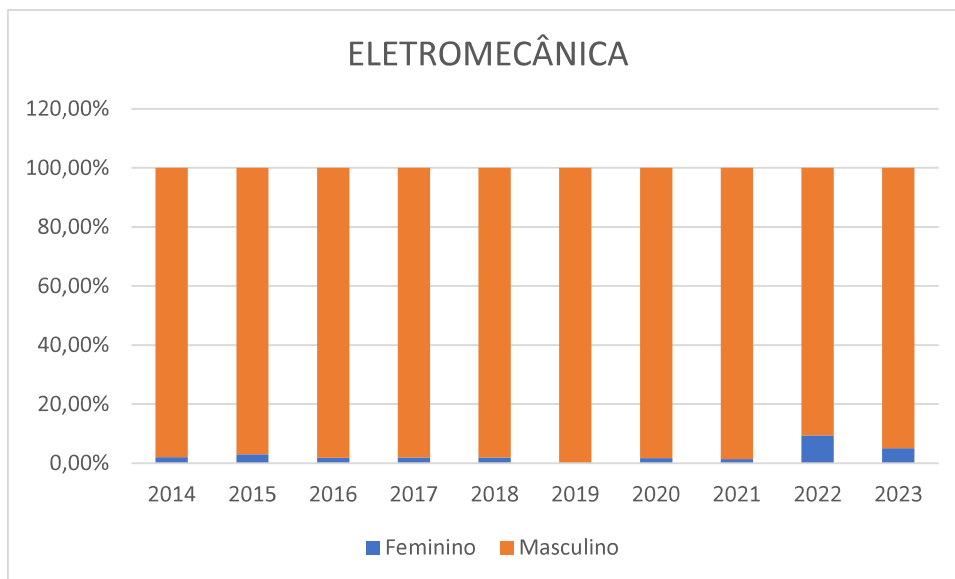


Gráfico 11 - Eletromecânica – Rede estadual de Santa Catarina



A baixa procura por cursos de Eletromecânica e Mecânica entre as mulheres em nosso estado reflete um padrão nacional e global, onde essas áreas são historicamente dominadas por homens. Nossos dados reforçam a necessidade de políticas públicas que incentivem a participação feminina e promovam a equidade de gênero.

A participação feminina em Eletroeletrônica apresentou uma variação significativa, com um aumento em 2014, seguido por uma queda nos anos seguintes. Essa instabilidade pode indicar dificuldades de permanência das mulheres nessas áreas. Os cursos de Mecânica e Eletromecânica demonstram um padrão de oscilação na demanda, com períodos de maior interesse seguidos por quedas, o que pode indicar fatores que influenciam sua inserção nessas áreas.

A pesquisa de Adams (2018), de natureza qualitativa, analisou as experiências de 38 estudantes do Curso Técnico Integrado em Informática, buscando compreender a percepção das mulheres sobre a questão de gênero nessa área. Embora as 38 estudantes selecionadas não se percebam como excluídas do grupo e não identifiquem o machismo de forma explícita, suas falas revelam a internalização de falas clássicas sexistas, como a crença de que os homens são mais aptos para as exatas. A pesquisa indica que, apesar do crescimento da participação feminina na área, impulsionado em parte pela crescente presença do ciberespaço²³, persistam nuances de machismo, inclusive reproduzidas pelas próprias mulheres. As alunas, por exemplo, tendem a considerar cursos ligados à área de serviços (Administração) como menos desafiadores, revelando um machismo velado e internalizado.

Ribeiro (2020) realiza uma pesquisa qualitativa com 78 estudantes e duas docentes do Curso Técnico em Informática, investigando como as relações de gênero e as experiências prévias com tecnologia influenciam a escolha profissional e a permanência das mulheres na área, e revela que a associação da tecnologia com o universo masculino, desde a infância, pode limitar as escolhas das meninas. A autora demonstra que a percepção de que meninos têm mais aptidão para áreas exatas, reforçada por experiências cotidianas, como os jogos eletrônicos e mesmo nos jogos coletivos entre meninos e meninas, onde era uma insatisfação perder para meninas, e perder para meninos nesses jogos contribui para a construção de um imaginário que associa a tecnologia à masculinidade. Essas situações influenciam significativamente a decisão das mulheres de seguir carreira na área da computação, segundo a autora. Apesar das influências culturais que associam

²³ É um espaço existente no mundo de comunicação, em que não é necessária a presença física do homem para constituir a comunicação como fonte de relacionamento, dando ênfase ao ato da imaginação, necessária para a criação de uma imagem anônima, que terá comunhão com os demais.

a tecnologia ao universo masculino, as falas das meninas indicam uma resistência a esses estereótipos, demonstrando um crescente engajamento com a área.

Os dados indicam uma mudança significativa no perfil das estudantes catarinenses, com um aumento expressivo da procura por cursos da área de Informática. A seguir, apresenta-se a tabela com os dados de alunos(as) matriculados(as) por ano na área:

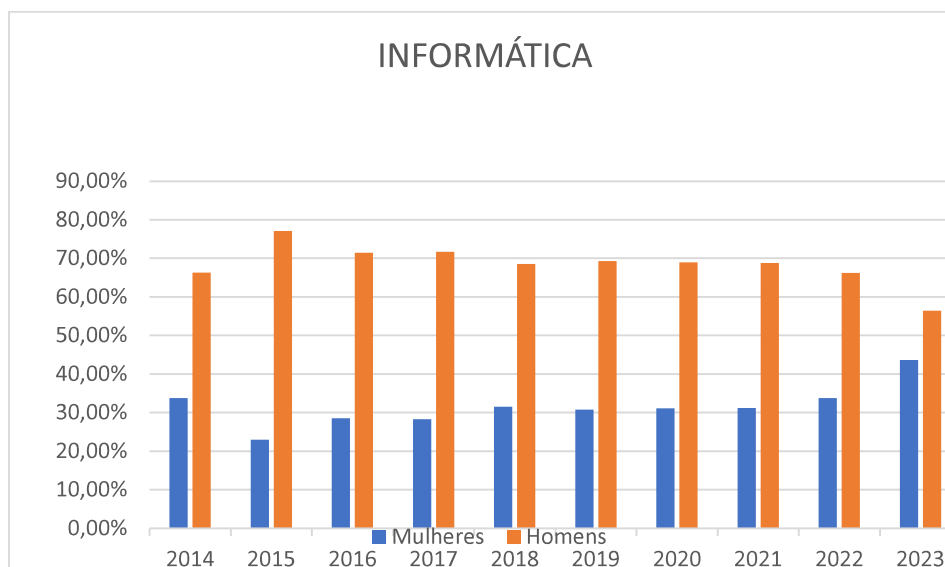
Tabela 17 - Informática (subsequente e concomitante) – Rede estadual de Santa Catarina

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	26	8	28	35	81	69	40	26	16	43
Masculino	158	139	172	183	184	202	171	96	89	166
Total	184	147	200	218	265	271	211	122	105	209

Tabela 18 - Informática (integrado) – Rede estadual de Santa Catarina

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	465	215	307	352	437	449	563	552	622	1363
Masculino	807	609	666	797	942	965	1166	1179	1162	1653
Total	1272	824	973	1149	1379	1414	1729	1731	1784	3016

Gráfico 12 - Informática– Rede estadual de Santa Catarina



A análise dos gráficos revela uma tendência crescente de mulheres optando por cursos da área de Informática em Santa Catarina. Entre 2014 e 2023, houve um aumento de 10% na participação feminina, alcançando 43,60% das matrículas em 2023. Ao contrário dos dados nacionais do IBGE de 2022, que revelam uma menor participação feminina na área de TI (22%), os resultados desta pesquisa

para Santa Catarina apresentam a tendência de aumento da presença feminina nesse setor, conforme apontado por Adams (2018).

A pesquisa exploratória de Gianvecchio (2022) revela que embora as mulheres sejam maioria em alguns cursos de Metalurgia, elas enfrentam desafios específicos. O estudo sinaliza que as mulheres que escolhem a área da metalurgia enfrentam diversas dificuldades, tanto na academia quanto no mercado de trabalho, o que dificulta a conclusão do curso e a inserção profissional, desestimulando-as a seguir carreira na área. É paradoxal que, apesar de serem maioria em alguns cursos, as mulheres na Metalurgia enfrentem dificuldades significativas para encontrar estágios e seguir carreira e ainda assim carregam uma tradição histórica associada como profissão feminina.

Evidencia-se que as mulheres não têm se conformado com o local em que culturalmente lhes foi pré-estabelecidos, por conseguinte, elas têm atuado em profissões que ainda são vistas socialmente como masculinas, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas no cotidiano, tanto no âmbito educacional quanto no educacional (Gianvecchio, 2022, p. 103).

Apesar das dificuldades em áreas historicamente masculinas, as mulheres têm conquistado cada vez mais espaço, desafiando os padrões construídos. Embora ainda existam barreiras a serem superadas, cursos como Metalurgia, apresentada nesta pesquisa, área que já foi maioria masculina, e Informática, com a crescente inserção feminina na rede estadual de Santa Catarina, nos mostra que a educação tem um papel fundamental na promoção da igualdade de gênero e na inclusão de mulheres em áreas como a tecnologia e a indústria.

5.2.3 Categoria C - Discussões gerais sobre gênero e inserção acadêmica em cursos de Agropecuária

Os primeiros cursos técnicos em Santa Catarina surgiram para atender à necessidade das famílias de agricultores de oferecer educação profissional aos seus filhos, especialmente aos meninos, em um modelo de internato. Embora essa demanda tenha sido fundamental para o desenvolvimento da educação técnica no estado, ainda há uma lacuna significativa em pesquisas que investiguem essa temática.

Quadro 10 - Produções Categoria C

Nº	TÍTULO	ANO	AUTOR	NÍVEL
1	Relações de gênero em um centro Estadual de Educação profissional: o mesmo espaço, lugares de estranhamento	2018	Eliane Isabel Belani	Dissertação
2	Narrativas de mulheres sobre o processo de feminilização na educação profissional e tecnológica: avanços e permanências nas relações de gênero em uma perspectiva interseccional	2023	Leticia Mossate Jobim	Tese
3	Formação de Técnico em Agropecuária no Brasil e na Espanha: Projetos de vida da juventude rural	2020	Jorge Luiz de Gomes Pereira e Fátima Cruz Souza	Artigo
4	Um olhar sobre a inclusão das mulheres no curso de Agropecuária: um estudo específico em um Campus do Instituto Federal Farroupilha	2021	Gisiê Balsamo, Catiane Mazocco Paniz	Artigo

Belani (2018) realizou uma pesquisa qualitativa em um curso técnico integrado de nível médio de Agropecuária, com o objetivo de analisar as representações sociais de gênero entre estudantes do ensino médio rural. Para tanto, foram realizados grupos focais com dois grupos homogêneos (meninos e meninas) e um grupo heterogêneo, baseados na contextualização sócio-histórica com análise do discurso pautada em Orlandi (2009).

A autora concluiu que, a partir da análise dos discursos dos jovens e do contexto da educação profissional agrícola, a profissão de técnico em Agropecuária continua associada à masculinidade. Os resultados indicam a persistência de estereótipos e preconceitos de gênero, que são reproduzidos de forma naturalizada por estudantes, docentes e outros membros da comunidade escolar. Essa naturalização pode desestimular a participação feminina na área, perpetuando desigualdades de gênero na educação profissional agrícola, podendo constituir um desestímulo às alunas a prosseguirem o curso ou a estimular a entrada de novas alunas de forma inconsciente (Belani, 2018).

Nos relatos, as alunas geralmente executam atividades consideradas apropriadas à sua força e características corporais. Segundo as alunas e Belani (2018), aos meninos cabem as tarefas mais importantes, promovendo uma ocultação ou esquecimento das mulheres em determinadas funções. Aos meninos também é atribuído maior conhecimento na área de Agropecuária, e aqueles que não correspondem a esse estereótipo podem se sentir à margem daquilo que é

considerado masculino.

Saffioti (2013) diz que o fato de a mulher ter menos força física não é um fator determinante para decretar sua inferioridade:

A força desta ideologia de “inferioridade” das mulheres é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentado maior produtividade que homens, admitem sua “fraqueza”. Estão de tal maneira embutidas desta ideia de sua inferioridade que se assumem como seres inferiores aos homens. (Saffioti, 2013, p. 12).

Um retrato da área é que muitas mulheres adotam vestimentas mais masculinas, sentindo-se assim mais respeitadas. Segundo a pesquisa, essa necessidade de adequação parece ser exigida apenas das mulheres, perpetuando um padrão desigual.

Jobim (2023), em sua tese qualitativa, investigou as experiências de estudantes egressas de duas gerações do curso técnico em Agropecuária, com o objetivo de compreender a inserção acadêmica das mulheres e os desafios enfrentados por elas nesse contexto. Através de entrevistas narrativas, a pesquisa identificou a persistência de práticas sexistas, machistas e racistas, mesmo em gerações distintas. As narrativas revelaram que, apesar do aumento da presença feminina no curso, as mulheres continuam sendo submetidas a piadas, comentários sexistas e assédio moral, além de serem direcionadas para tarefas consideradas mais femininas. A criação do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na instituição representou um avanço significativo, proporcionando um espaço de escuta e apoio para as estudantes. No entanto, a pesquisa indica que ainda há muito a ser feito para garantir a igualdade de gênero na educação profissional agrícola.

Pereira e Souza (2020) realizaram um estudo exploratório com o objetivo de comparar as motivações e expectativas de estudantes de cursos técnicos em Agropecuária no Brasil e na Espanha. A pesquisa utilizou um questionário autoaplicável, distribuído para alunos do Norte dos dois países. A análise descritiva dos dados revelou que, embora a participação feminina seja baixa nos dois contextos, as motivações para a escolha do curso diferem. No Brasil, a maioria das mulheres escolhe o curso como uma opção de transição, buscando posteriormente ingressar em outras áreas mais concorridas. Na Espanha, a continuidade das atividades agrícolas familiares é um fator motivacional importante.

Balsamo e Paniz (2021), em um estudo qualitativo, utilizaram questionários semiabertos para investigar a experiência de alunos do curso técnico de

Agropecuária. Apesar do aumento da matrícula feminina em cursos de Agropecuária, a presença de mulheres ainda é inferior à dos homens. O estudo evidenciou discursos machistas, indicando que conceitos e costumes tradicionais persistem na área, exigindo políticas públicas específicas.

Considerando as evidências apresentadas nas pesquisas anteriores sobre a presença de desigualdades de gênero na educação, passaremos agora a analisar os dados da rede estadual para complementar essas informações:

Tabela 19 - Agropecuária – (Concomitante e subsequente) - Rede estadual de Santa Catarina

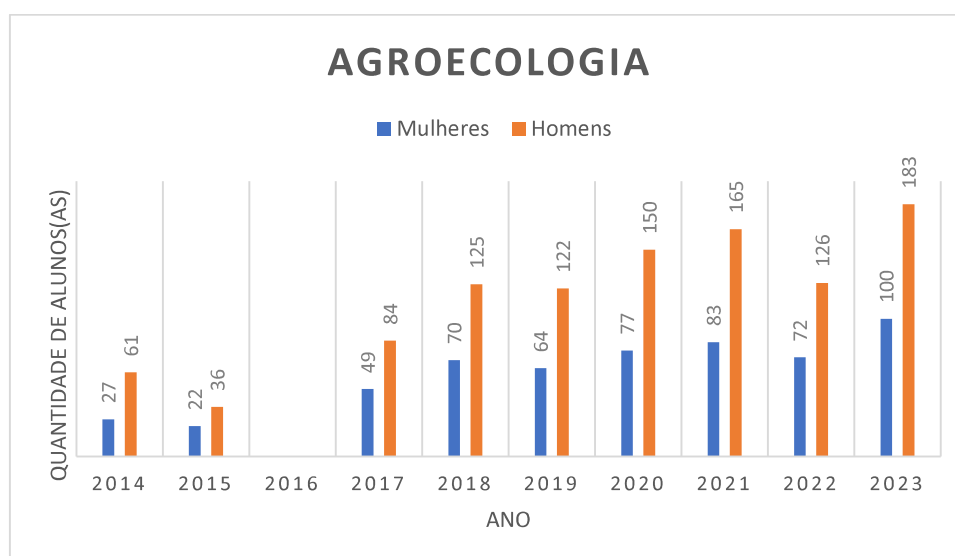
Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	12,93%	14,03%	14,74%	16,21%	17,72%	17,63%	21,34%	22,88%	24,13%	23,72%
Masculino	87,07%	85,97%	85,26%	83,79%	82,28%	82,37%	78,66%	77,12%	75,87%	76,28%

Tabela 20 - Agropecuária – (integrado) - Rede estadual de Santa Catarina

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	21,16%	19,02%	26,67%	32,45%	35,21%	26,97%	31,64%	29,87%	28,38%	28,05%
Masculino	78,84%	80,98%	73,33%	67,55%	64,79%	73,03%	68,36%	70,13%	71,62%	71,95%

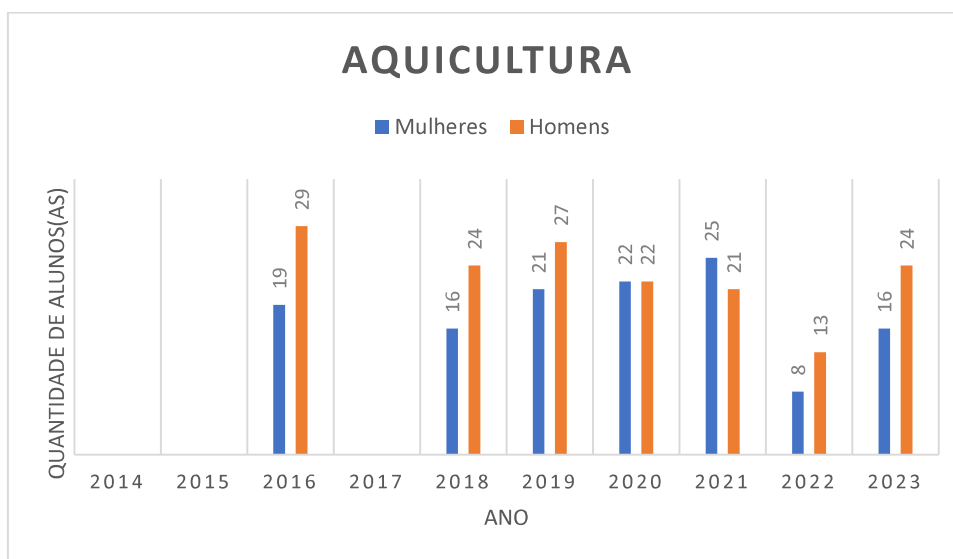
Observamos um aumento considerável na oferta de vagas em cursos relacionados à Agropecuária em 2023, com predominância masculina. Essa tendência se confirma em cursos como Agricultura e Agroecologia. Os dados revelam uma porcentagem maior de alunas no Técnico Integrado. Houve um aumento gradual de 10% da presença feminina nos cursos subsequentes e concomitantes no período de 2014 a 2023.

Gráfico 13 - Agroecologia – Rede estadual de Santa Catarina



No curso de Aquicultura, a participação feminina está se aproximando da masculina. A presença de mulheres na aquicultura é bastante antiga, embora, na maioria das vezes, os homens é que são identificados como produtores e as mulheres são colocadas em plano secundário (Costa *et al.*, 2020). Analisando por esse ângulo, podemos ser otimistas e notar que as mulheres estão em busca de aprimoramento para romper com sua função secundária na área.

Gráfico 14 - Aquicultura – Rede estadual de Santa Catarina



Pesquisas do século XXI revelam que muitas questões enraizadas em séculos passados ainda persistem na sociedade brasileira. Apesar dos avanços, algumas ideias precisam ser desmistificadas e despatriarcalizadas. Segundo Rosemberg (2014, p. 352):

As vivências de currículos diferenciados por rapazes e moças ao longo do processo de educação histórico brasileiro deixou marcas, já atualmente mesmo escolas sendo mistas, quando é permitida a escolha por currículos diferentes, os meninos tendem a seguir trajetórias nas áreas tecnológicas e das ciências exatas e as meninas seguem as ciências humanas, linguagens e o próprio magistério.

Os dados do Censo Escolar confirmam as descobertas das pesquisas, reforçando a relevância dos resultados encontrados pelos autores, mesmo em contextos distintos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de minhas investigações, desenvolvi uma compreensão mais sofisticada dos processos que moldam as identidades individuais e coletivas. As nuances das questões de gênero revelaram-se cada vez mais complexas, com impactos profundos na cultura e nas relações sociais. A partir de minhas próprias experiências e questionamentos, emergiu um interesse particular pelo gênero feminino, impulsionando uma jornada de pesquisa que, a cada resposta encontrada, abria novas perspectivas.

Motivada por minha experiência pessoal e pela complexidade das questões de gênero na atualidade, decidi analisar como a inserção acadêmica das discentes é construída e vivenciada na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Para delimitar o escopo da pesquisa e torná-la viável para uma dissertação, optei por realizar um levantamento bibliográfico – Estado do Conhecimento – sobre as pesquisas publicadas nos últimos nove anos, com o objetivo de compreender a literatura das pesquisas nessa área e buscar as respostas. Além disso, complementei a análise com dados do Censo Escolar para verificar se os movimentos e tendências identificados nas pesquisas levantadas refletem na realidade da rede estadual de ensino. Essa abordagem permitiu identificar lacunas e contribuições das pesquisas anteriores, bem como analisar a situação da inserção das mulheres na educação profissional técnica em Santa Catarina.

Para revestir o caminho, em primeiro lugar, foi indispensável conceber a categoria gênero como relacional, a partir das proposições de Joan Scott e Guacira Lopes Louro. Essa perspectiva permitiu compreender os conceitos de gênero e suas conexões com diversas formas de interação humana, além de elucidar como o poder é articulado nessas relações. A seguir, traçamos a construção histórica da inserção da mulher brasileira na educação profissional, desde o período imperial, e apresentamos os elementos que fundamentam as construções de gênero estabelecidas até hoje na relação da mulher com suas escolhas acadêmicas. Ao tentar reconstruir a história da inserção da mulher catarinense na educação profissional, deparamo-nos com um cenário de quase invisibilidade. Isso demonstrou a necessidade de aprofundar os estudos sobre a temática, contribuindo para a construção de um conhecimento mais completo sobre a trajetória das mulheres catarinenses na educação profissional.

Para responder à pergunta de pesquisa, foi utilizada a metodologia do Estado do Conhecimento proposta por Morosini e Fernandes (2014). Essa metodologia compreende cinco etapas sequenciais de filtragem da literatura científica, a fim de identificar os estudos mais relevantes para o tema em questão. Neste trabalho, foram apresentados os resultados das quatro primeiras etapas, que permitiram delimitar o campo de estudo e construir um panorama geral das pesquisas sobre o tema.

Embora os repositórios indiquem um crescimento nas pesquisas sobre gênero na educação profissional a partir de 2020, a produção científica nessa área ainda é limitada, especialmente em Santa Catarina, onde a ausência de estudos demonstra uma lacuna significativa. A carência de pesquisas sobre gênero na educação profissional em Santa Catarina contribui para a invisibilização das desigualdades de gênero nesse setor, limitando a capacidade de identificar e abordar as necessidades específicas das mulheres, o que pode dificultar a formulação de políticas públicas eficazes para promover a equidade de gênero nesse contexto.

Em que medida o levantamento literário e os dados do Censo Escolar conseguiram elucidar o questionamento proposto neste estudo?

Partimos da pergunta-problema: o direcionamento das escolhas profissionais sofre a influência das construções socioculturais de gênero, sobretudo em relação a espaços e lugares tidos como masculinos e femininos e quais?

Apesar do crescente ingresso de mulheres na educação profissional, a pesquisa demonstrou que a igualdade de oportunidades ainda é um desafio a ser superado. Dados mostraram que, embora as mulheres representem mais de 50% dos estudantes da educação profissional, elas estão concentradas em áreas como saúde e serviços, enquanto os homens predominam em áreas exatas, como cursos de Mecânica, Eletroeletrônica e Tecnologia. Essa segregação pode limitar as oportunidades de ascensão acadêmica e profissional e perpetua desigualdades de gênero no mercado de trabalho, exigindo a adoção de medidas que promovam a equidade e o combate à discriminação. Conforme Bruschini e Unbehaum (2002) afirmam, há a necessidade de se investir na Educação Profissional das mulheres para que a sua participação no mercado de trabalho melhore.

A situação das mulheres na Educação Profissional reflete também as relações de gênero presentes na sociedade. As escolas acadêmicas, ao reproduzirem normas de gênero, influenciam as escolhas de suas estudantes. Embora ofereçam um leque de opções, mecanismos subjacentes perpetuam a associação de determinadas áreas de formação a características masculinas ou femininas. Diversos estudos revelam que alunas em áreas consideradas masculinas enfrentam diversos constrangimentos, como piadas sexistas, ambientes hostis, dificuldade em conseguir estágios e a sensação de não pertencimento. A falta de referências femininas nesses campos reforça a ideia de que as mulheres não pertencem ali.

Outro ponto importante é o apoio familiar, ao mostrar para as meninas que elas são capazes de alcançar qualquer objetivo, independentemente de seu gênero, ajudando a desconstruir os estereótipos que limitam as escolhas acadêmicas, assim como demonstrou algumas pesquisas.

O direcionamento nas escolhas acadêmicas não é neutro, sendo moldado por fatores como o apoio familiar, a educação e as representações sociais sobre as diferentes profissões. Os dados da rede estadual de Santa Catarina confirmaram os estudos nacionais, demonstrando que a escolha por determinadas áreas ainda é influenciada por gênero, com uma concentração maior de mulheres em algumas áreas e de homens em outras.

A análise partindo das pesquisas e dos dados não permite um otimismo excessivo quanto à situação da mulher na Educação Profissional de Nível Médio. Embora haja um aumento na participação feminina, os dados indicaram que a distribuição por áreas de formação ainda reproduz padrões tradicionais, com uma concentração maior em determinadas áreas. Sugere-se, para futuras pesquisas, um aprofundamento da análise sobre a inserção acadêmica de mulheres negras na educação profissional, tema praticamente sem discussão nos estudos analisados e que através dos dados podemos verificar um público totalmente esquecido na Educação Profissional.

Diante da falta de estudos identificados na área da inserção das mulheres na educação profissional, é relevante investigar os índices de conclusão, especialmente nas áreas consideradas masculinas. Ao acompanhar a trajetória dessas mulheres desde a matrícula até a formação, poderemos identificar os

desafios e os fatores que contribuem para a sua persistência, aprofundando a discussão sobre as desigualdades de gênero nesse contexto, seguindo como outra sugestão para futuras pesquisas.

Esperamos que este estudo contribua para novas reflexões e estimule a realização de pesquisas mais aprofundadas sobre a temática. Além disso, almejamos que os resultados desta pesquisa sensibilizem os órgãos governamentais para a importância de implementar políticas públicas que promovam a inserção equitativa das mulheres.

REFERÊNCIAS

ADAMS, A. **Juventude feminina e a divisão sexual do trabalho no Curso Técnico em Informática Integrado ao ensino médio IFFAR – Campus São Borja**. 2018. 191f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

ALMEIDA, A. de. **Educação Profissional e Relações de Gênero: razões de escolha e a discriminação**. 2015. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. E-book Kindle Scribe.

ARAÚJO, E. R.; OLIVEIRA, J. P. C. Educação Profissional e Tecnológica sob uma perspectiva de gênero: uma breve retrospectiva da trajetória da educação feminina no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, p. 22, 2022. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W4292136385>. Acesso em: 10 jun. 2024.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2018. E-book Kindle Scribe.

BALSAMO, G. M.; PANIZ, C. M. UM olhar sobre a inclusão das mulheres no curso de Agropecuária: um estudo específico em um campus do Instituto Federal Farroupilha. **Perspectivos em Diálogo**, v. 8, n. 16, p. 1-18, abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4ZVmmTR3dDWr5KtFbYYrZTg/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BELANI, E. I. **Relações de Gênero em um Centro Estadual de Educação Profissional: o mesmo espaço, lugares de estranhamento**. 2018. 115f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

BELANI, E. I.; MOURA, N. C. de. Profissão feminina ou masculina: Uma questão de gênero? *In*: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 7; SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 3; LUSO BRASILEIRO EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE, 3. **Anais...** Rio Grande: FURG, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/257.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BERRIBILI, E. G. R. **Análise da influência dos estereótipos sexistas em adolescentes mulheres na escola na carreira ou profissão em Ciência e Tecnologia**. 2020. 203f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018

BORDIGNON, L. A permanência das desigualdades de sexo na formação de Técnicos de Nível Médio. **Revista Labor**, n. 18, p. 14, dez. 2017. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W2901272752>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim..-15-10-1827.htm. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 4, de 8 de dezembro de 1999.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_99.pdf. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.** aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. **Resolução n.º 1, de 15 de janeiro de 2018.** Institui Diretrizes Operacionais para os procedimentos administrativos de registro de dados cadastrais de pessoa natural referentes aos estudantes e profissionais de educação que atuam em instituições públicas e privadas de ensino em todo o território nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=59321>. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2021>. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRUSCHINI, C.; AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de pesquisa**, v. 64, p. 4 -13, 1988.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A Bi-Polaridade do Trabalho Feminino no Brasil: O Emprego Doméstico e as “Novas” Ocupações. **Cadernos De Pesquisa**, v. 110, p. 67-104, 2000.

BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2002.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização, 2015.

CARDOSO, V. L. **A inserção da mulher no ensino técnico de nível médio: caso da antiga escola técnica federal de Minas Gerais – CEFET-MG**. 2011. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CASTRO, S. C. de. **A participação feminina no Ensino médio integrado: desafios e perspectivas das meninas na área de exatas no IFSP – Campus Bragança Paulista**. 2021. 68f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Poços de Caldas, 2021.

COSTA, A. C. S.; LIMA NETO, A. A. de; SOUZA, L. M. de. O silêncio das desigualdades. Gênero e Formação Humana Integral no Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire/RN. **Revista Contexto & Educação**, v. 120, n. 38 p. 1-16, 2023.

COSTA, F. P. *et al.* Mulheres na aquicultura: um estudo de caso no arquipélago do Marajó, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. 1-22, 2020.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007

CUNHA, W. D. S.; SILVA, R. J. V. A Educação Feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. **Revista Gênero**, Niterói, v. 11, n. 1, p. 1-16, 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, R. M. P dos S. **Meninas na Educação profissional e Tecnológica: lutas e desafios (vivenciados) na formação ao mundo do trabalho em documentário**. 2023. 143f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação de Mato Grosso, Cuiabá, 2023.

FERREIRA, N. S. de A. As Pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade**, ano XXIII, n. 79, ago. 2002.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **A formação do cidadão produtivo**: a cultura do mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado**: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GIANVECCHIO, L. A. de A. **A verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Corumbá**. 2022. 124f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2022.

GOMES, L. D. **O Lugar das Mulheres na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**: um estudo sobre relações patriarcais de gênero no IFRN Campus Natal Central. 2020. 184f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

GRESCHENCHEN, F. **Educação, Trabalho e Mulheres**: a inserção feminina em Cursos de Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus Joinville. 2017. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2017.

GRESCHENCHEN, F.; TAMANINI, F. G. E. As escolhas profissionais femininas em cursos técnicos de nível médio. **Educação em foco**, abr. 2018. Dissertação em: <https://www-periodicos-capes.gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaador.html?task=detalhes&source=&id=W2804602931>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GRIGORAZZI, G. A. L.; SANT'ANNA, M. R. A falta de vestígios: o caso das escolas profissionais femininas do estado de Santa Catarina. *In*: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 33. **Anais...** Florianópolis: UDESC, 2023.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de estudos del trabajo**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 5-17, 1998.

HIRATA, H.; KÉRGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

INCERTI, T. G. V. **Brincadeiras persistentes, desigualdades de gênero presentes**: relações de gênero na Educação Profissional, uma análise a partir da percepção de estudantes do IFPR – Campus Curitiba. 2017. 168f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar. **INEP**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 15 ago. 2023.

JOBIM, L. M. **Narrativas de mulheres sobre o processo de feminilização na educação profissional e tecnológica**: avanços e permanências nas relações de gênero em uma perspectiva interseccional. 2023. 228f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010.

LOPES, S. F. P.; QUIRINO, S. F. P. L. Relações de Gênero e Sexismo na Educação Profissional e Tecnológica. **CGT - Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 10, n. 36, dez. 2017. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaador.html?task=detalhes&source=&id=W2784964425>. Acesso em: 12 jun. 2024.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, G. (Org.). **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed., 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed., 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.

MELO PACHÊCO, A. R. **Educação profissional técnica de nível médio**: uma análise da produção acadêmica e da matematização de seus indicadores de matrículas de 2007 a 2017. 2020. 40f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

MEYER, D. E. E. Gênero e educação: teoria e política. *In*: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 2009.

MOROSINI, M. C. Estado de conhecimento: sua contribuição à ruptura de pré-conceitos. **Revista de Educação da UFSM**, Santa Maria, v. 40, 2015.

MOROSINI, M.; SANTOS, P. K.; BITTENCOURT, Z. **Estado do Conhecimento**: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.

MOURA, D. H. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração. **Holos**, Ano 23, v. 2, 2007.

OLIVEIRA, D.; CORROCHANO, M. C. Jovens estudantes do ensino médio integrado: relações de gênero na formação profissional. **Cadernos do Aplicação**, v. 34, n. 1, p. 12, 2021. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W3157122749>. Acesso em: 15 maio 2024.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

PAIVA, T. S. Z. N. **Meninas na Educação Profissional e Tecnológica: caminhos, vivências e sonhos constados em um podcast**. 2021. 155f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Vitória, 2021.

PAIVA, T. S. Z. N.; SILVA, J. S. A participação feminina nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, 6 ago. 2021. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W4214643152>. Acesso: 15 jun. 2024.

PEREIRA, A. de S. **A inclusão no mundo do trabalho das mulheres técnicas em Eletromecânicas egressas do IFS – Campus Lagarto**. 2023. 137f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

PEREIRA, J. L. de G.; SOUZA, F. C. Formação de Técnico em Agropecuária no Brasil e na Espanha: Projetos de vida da juventude rural. **Revista de Economia e sociologia Rural**, v. 58, n. 4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4ZVmmTR3dDWr5KtFbYYrZTg/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

REIS, E. A.; REIS, I. A. **Análise Descritiva dos dados**. Volume 1. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

RIBEIRO, K. da S. F. **Gênero tecnologia e formação: o desenvolvimento da carreira das estudantes do ensino médio integrado em Informática**. 2020. 264f. Tese (Doutorado) – Universidade de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

ROSEMBERG, F. A escola e as diferenças sexuais. *In*: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 27, 1975. **Anais...** Belo Horizonte: SBPC, 1975.

ROSEMBERG, F. Educação e Gênero no Brasil. **Revista Enfoques e abordagens**, São paulo, nov. 1994.

ROSEMBERG, F.; AMADO, T. Mulheres na escola. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 80, 1992.

ROSEMBERG, F.; MADSEN, N. Educação Formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. *In*: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011.

ROSEMBERG, F. **A Educação da mulher**. São Paulo: Nobel, 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes – mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTA CATARINA. **Lei n.º 235, de 17 de dezembro de 1948**. Dispõe sobre a Escola Profissional Feminina. Disponível em: https://leis.alesc.sc.gov.br/html/1948/235_1948_Lei.html. Acesso em: 17 jan. 2025.

SANTA CATARINA. **Resolução n.º 001, de 21 de fevereiro de 2022**. Estabelece Normas Complementares e Operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <file:///C:/Users/w10/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%202022001CEESC.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SANTOS, E. F. Educação Profissional e mercado de trabalho: uma investigação a partir dados jovens do IFS. **Cadernos de gênero e tecnologia**, v. 30-31, n. 11, p. 17, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/xK6TBsPxXfGJ7Tpj64qpWJz/>. Acesso em: 10 jun. 2024

SANTOS, E. F.; SANTOS, I. F.; NERY, M. A. A. M. Relações de Gênero e Educação Profissional: A presença das mulheres. **Educação teoria e Prática**, v. 30, n. 63, 2020. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W3082364938>. Acesso em: 10 maio 2024.

SAVIANI, D. O choque teórico da politécnica. Trabalho, educação e saúde. **Revista da EPSJV-Fiocruz**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 131-152, 2003.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, G. R.; GOMES, A. S. A história da contabilidade e a evolução da mulher: empoderamento e crescimento profissional feminino. **Reiva Revista**, v. 4, n. 2, p. 1-16, 2021.

STAMATTO, M. I. S. Um olhar na história: a mulheres na escola (brasil): 1549 – 1910). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2, 2002. **Anais...** Natal: SBHE, 2002. Disponível em: <http://sbhe.org.br//congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

VASCONCELOS, M. C. C. Mulheres preceptoras no Brasil oitocentista: gênero, sistema social e educação feminina. *In*: FRANCO, S. P.; SÁ, N. P. (Orgs.). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**. Vitória: Edufes, 2011.

WAINBERG, S. **Experiências e vivências de auxiliares de enfermagem do sexo masculino no exercício de uma profissão majoritariamente feminina**. 2004. 62f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.